

Wilson Thiesen **Meu legado, minha vida**

Samuel Zanello Milléo Filho

MUITO MAIS QUE UMA BIOGRAFIA

Esta não é apenas mais uma biografia. É a biografia de um homem que passou por vários cargos públicos e sempre saiu de cabeça erguida, sem nada a dever. Apenas deixou amigos e conquistas. A verdadeira história de um jovem sonhador, que saiu do interior de Santa Catarina na década de 1960, com seus pais para o interior do Paraná. Ainda na adolescência, seguiu sozinho para a capital, Curitiba, em busca dos seus sonhos.

Na capital paranaense, conseguiu dois feitos: se formar em Agronomia pela Universidade Federal do Paraná e casar com a mulher da sua vida, com a qual constituiu uma exemplar família. Se fosse defini-lo em apenas numa frase, diria que é um homem chamado trabalho. Desde a tenra idade, sempre lutou para seu sustento e hoje, no alto dos seus 77 anos bem vividos, continua na ativa e deixa aqui nestas páginas toda a trajetória de vida, um verdadeiro legado para que as futuras gerações possam se espelhar na tenacidade deste ser humano de coração bondoso, de muita fé e perseverança.

Foram mais de três anos, cerca de 20 horas de gravações, pesquisas em arquivos diversos, para chegar ao resultado desta obra. Com ele, tive o privilégio de trabalhar no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), no início da minha atividade profissional, e depois na Cooperativa de Laticínios Curitiba (Clac).

Agradeço o fato de ter sido escolhido para poder contar a história de Wilson Thiesen, personagem que passei a conhecer melhor e admirar ainda mais depois desta biografia.

Ao ler este livro você entenderá.
Boa leitura!

O autor



**WILSON
THIESEN**

**MEU LEGADO,
MINHA VIDA**



WILSON
THIESEN

MEU LEGADO, MINHA VIDA

1ª Edição

Curitiba - PR
Samuel Zanello Milléo Filho
2019

Copyright® Samuel Zanello Milléo Filho

Autor

Samuel Zanello Milléo Filho

Capa

Aquarela do artista plástico, Osni Chacon Manzini (in memorian)

Apoio

Coamo - José Aroldo Gallassini

Revisão

Andrea Bittencourt

André Martins de Oliveira Franco

Projeto Gráfico e Diagramação

Celso Arimatéia

Fotos

Acervo Wilson Thiesen

Impressão

Gráfica Radial

**WILSON
THIESEN**

MEU LEGADO, MINHA VIDA

FICHA CATALOGRÁFICA

Milléo Filho, Samuel Zanello

Wilson Thiesen: Meu legado, minha vida/Samuel Zanello Milléo Filho.

Curitiba: 2019.

316 p. il.

1.Thiesen, Wilson - Biografia I. Título.

CDD - 920

Catálogo: Edite Viana dos Santos Alves – CRB/09-nº 683

2019

Todos os direitos desta edição reservados a Wilson Thiesen.

“ Todo caminho que
você toma, você está
deixando seu legado.”

History, Michael Jackson

AGRADECIMENTOS

Fiz questão de publicar minha biografia por vários motivos. Primeiramente, como forma de agradecer a Deus pela vida, afinal chego aos meus 77 anos com saúde e vitalidade. Estou realizando um antigo sonho: poder deixar registrado para meus descendentes de onde vim, o que fiz e o que deixarei como legado.

Agradecer pela família, em especial, minha mãe, Leonila May Thiesen, pela insistência em me fazer estudar, mesmo com todas as dificuldades; e aos ensinamentos do meu pai, Fredolino Thiesen.

À minha esposa, Rucliu Teresinha Pupo Thiesen, pelo incentivo constante e compreensão pelas minhas ausências, assim como por ter se dedicado tanto à educação de nossos três filhos.

Aos meus filhos, Márcia, Marcos e Maurício, pela obediência, respeito e dedicação aos estudos, ao trabalho e, hoje, às esposas, marido e filhos. Aliás, nos presentearam com belos netos.

Aos meus eternos professores, pelos ensinamentos e bons conselhos dados ao longo dos meus estudos.

Aos amigos e companheiros de diretorias de todas as entidades, órgãos e colegiados de que participei.

Aos colaboradores dos lugares pelos quais passei, pelo respeito, apoio e amizade.

Enfim, orgulho de ter convivido com centenas de colegas que se tornaram grandes amigos nessas cinco décadas de trabalho. Sempre semeei o bem, nunca cultivei inimigos.

Creio que cumpri toda essa trajetória de forma exemplar. Nunca deixei, um dia sequer, de comparecer aos meus compromissos. A não ser quando sofri um infarto.

Desde pequeno, aprendi com meus pais sobre a importância das palavras: responsabilidade, fé, perseverança e honestidade.

Nunca desisti dos meus sonhos. Sempre procurei ir atrás de sua realização e, com muito esforço, consegui realizá-los com apoio dos meus familiares. Especialmente, com o apoio da esposa Rucliu. Sonhos que se tornaram realidade e que compartilho, de forma muito humilde, com todos vocês por meio deste livro de memórias.

Dentro de mim, sempre existiu uma força de vontade para buscar as soluções dos problemas que enfrentei na vida. Assim, consegui superar obstáculos com galhardia.

Talvez, o fato de ser uma pessoa bastante comunicativa e espontânea tenha me ajudado a galgar posições de destaque ao longo da minha vida profissional. Confesso que, em todas elas, jamais me deixei levar pelo poder. Contrariamente, nunca mudei meu estilo de vida. Sempre tratei as pessoas da mesma forma, independentemente do cargo ou posição social que elas ocupavam. Eu trouxe isso de casa: da educação que recebi dos meus pais na infância.

Sempre preservei o diálogo. Afinal, um dos setores, no qual atuei quase toda a minha vida, foi o cooperativismo: filosofia que me ensinou muito sobre democracia e respeito às diferenças.

Por meio do cooperativismo, podemos melhorar a vida das pessoas, possibilitando a sua participação efetiva e democráti-

ca na sociedade, como também satisfazendo suas necessidades comuns em benefício do coletivo. Em nossas vidas, devemos pensar sempre no próximo. Pois se todos crescem, eu também desenvolvo.

E, para encerrar esses agradecimentos, quero deixar aqui um pensamento: o homem vale pelo que ele é e não pelo que ele tem. Assim, sempre pautei minha vida.

Muito obrigado e uma boa leitura.

Wilson Thiesen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 MINHAS ORIGENS	12
CAPÍTULO 2 PONTO CHIQUE	18
CAPÍTULO 3 NOVA CIDADE	25
CAPÍTULO 4 PRIMEIRO REGISTRO EM CARTEIRA	30
CAPÍTULO 5 COISAS DO CORAÇÃO... O GRANDE AMOR DA MINHA VIDA	34
CAPÍTULO 6 NÚCLEO FAMILIAR	45
CAPÍTULO 7 FÉ E DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO	60
CAPÍTULO 8 INÍCIO DE ATIVIDADES NO INDA/INCRA	71
CAPÍTULO 9 O VISIONÁRIO HENRY GERBER	78
CAPÍTULO 10 COOPERATIVISMO AINDA ERA INCIPIENTE	80
CAPÍTULO 11 PASSAGENS RÁPIDAS PELA ASSOCEP E OCEPAR	110
CAPÍTULO 12 COCAP, O NOVO DESAFIO	114
CAPÍTULO 13 APASEM, EXPERIÊNCIA NO SETOR SEMENTEIRO	118
CAPÍTULO 14 DE VOLTA A UM CARGO PÚBLICO, AGORA NO MAPA	124
CAPÍTULO 15 CONFEPAR, RUMO AO SETOR LEITEIRO	136

CAPÍTULO 16 OCEPAR: ORGULHO E CONQUISTAS	142
CAPÍTULO 17 DO PARANÁ A BRASÍLIA	174
CAPÍTULO 18 CANDIDATURA A DEPUTADO FEDERAL	194
CAPÍTULO 19 SINDILEITE: DESAFIOS NO SETOR LEITEIRO DO PARANÁ	202
CAPÍTULO 20 OS 87 ANOS DO SINDILEITE	216
CAPÍTULO 21 CLAC, A PRIMEIRA ELEIÇÃO QUE DISPUTEI NA VIDA	220
CAPÍTULO 22 VOLTA DA HOLANDA: O INFARTO	236
CAPÍTULO 23 PROTEÇÃO DIVINA E MOTORISTAS HABILIDOSOS	240
CAPÍTULO 24 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A VIDA	250
CAPÍTULO 25 PAPEL DO HOMEM DO CAMPO	268
CAPÍTULO 26 VIDA SOCIAL E ESPORTIVA	280
CAPÍTULO 27 ORGULHO DE SER ENGENHEIRO AGRÔNOMO E TER UMA LEGIÃO DE AMIGOS	288
CAPÍTULO 28 HOMENAGENS RECEBIDAS	298
CAPÍTULO 29 CURRICULUM WILSON THIESEN	308
CAPÍTULO 30 REFERÊNCIAS	314

CAPÍTULO 1

MINHAS ORIGENS

Pedra Grande ou Morro Grande, nomes que, traduzidos do português para a língua indígena, viraram Taió, uma prática comum de ressaltar as nossas origens em uma época marcada por iniciativas patrióticas. Foi assim que um município catarinense, localizado no Vale do Itajaí, entre várias e belas serras, passou a ser chamado. E foi aí que, no dia 11 de janeiro de 1942, exatamente em um domingo de verão, eu nasci. Minha vida iniciava-se em um mundo marcado por batalhas, destruição e morte. Era a Segunda Grande Guerra e suas notícias chegavam até Taió pelas ondas de rádio.

Na formação do município catarinense, não faltou diversidade de etnias de imigrantes. Entre estes, estavam meus bisavós paternos e maternos. Meu pai, Fredolino Thie-

sen, era descendente dos Thiesen, imigrantes alemães vindos da aldeia Merl, situada às margens do rio Mosel (Moselle, em francês), uma região famosa pela viticultura, atividade que ajudava no sustento da família antes de virem para o Brasil, entre os anos de 1854 e 1859. Minha mãe, Leonila May Thiesen, descendia dos May, nascidos em Hunsruck, localizada no estado da Romênia e Palatinado, no Sudeste da Alemanha, uma região cercada pelos vales dos rios Mosel ao norte, Nahe ao sul e Reno ao leste. Já a origem Berkenbrock veio das minhas avós, tanto materna quanto paterna. Eram alemães da Westefália, região histórica da Alemanha, cercada pelas cidades de Dortmund, Munster e Onabruck, localizada entre os rios Reno, Weser e Rutr.

Meu nascimento aconteceu seis anos antes de Taió ter se emancipado do município de Rio do Sul (SC), fato que ocorreu apenas em 30 de dezembro de 1948. Por meio da Lei nº 247 daquele ano, Taió foi elevado à categoria de município, porém sua instalação deu-se somente em 12 de fevereiro de 1949. Seu primeiro prefeito, nomeado na época, foi Bertoldo Jacobsen.

Naquela pequena cidade, em uma casa simples, mas muito grande, reinavam o cuidado e o amor pelos filhos. Além de meus pais, éramos eu e meus três irmãos: Ilza, Nilson e Nelson. Em meio à simplicidade do casal, que se destacava pela sua honesti-



Foto: Alexandre Salvador/Assessoria Imprensa.as

Foto atual do município de Taió, Santa Catarina

dade e dedicação ao trabalho, crescíamos com tudo de que precisávamos. Depois de tantos anos, as lembranças chegam até mim como um sopro suave, carregado de histórias e memórias compartilhadas por vozes ainda tão presentes. Lembro-me de meus pais contando que, logo após meu nascimento, nossa casa foi transformada em uma espécie de hospital. Isso porque um médico recém-formado foi morar conosco. Nossa casa passou a abrigar o doutor Luiz Lacerda e sua esposa, Dona Maninha, naturais do município paranaense da Lapa. Como grandes amigos de nossa família, batizaram-me. Apesar da convivência e de tamanha proximidade com minha família naquela época, somente os conheci muitos anos mais tarde, quando os convidei para que fossem meus padrinhos de casamento. Lembro-me do doutor Luiz. Ele era muito prestativo e caridoso. Cresci ouvindo que todos os seus atendimentos aconteciam em nossa casa. Esta, conseqüentemente, acabou se transformando no hospital da cidade e, como ele era o único médico em Taió, longas filas formavam-se em frente à nossa residência. Eram pessoas em busca de cura e alento. Lá, também vendiam remédios. Em muitos casos, era necessário montar a cavalo para se dirigir até as casas dos colonos, onde os pacientes eram atendidos.



Meus irmãos, Nilson, Ilza, Nelson e meus pais, Leonila e Fredolino, no meio eu, com meus 11 anos



NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO CATARINENSE, NÃO FALTOU DIVERSIDADE DE ETNIAS DE IMIGRANTES. ENTRE ESTES, ESTAVAM MEUS BISAVÓS PATERNOS E MATERNOS.



Título de eleitor da minha mãe, Leonila May Thiesen, nascida em 30/01/1903 em Gravatal, Santa Catarina, filha de Bernardo Jacob May e Anna Berkenbrock



Título de eleitor do meu pai, Fredolino Thiesen, nascido em 17/03/1898 em Imaruí, Santa Catarina, filho de Antônio Thiesen e Filomena Berkenbrock

Quando completei dois anos de vida, meus pais decidiram se mudar de Taió para outra cidade próxima. Primeiramente, fomos para Rio do Sul e, depois, para Lages (SC), uma cidade mais desenvolvida que a anterior e que ficava a 100 km de distância de Taió. A mudança era justificada pela busca de mais oportunidades e de um futuro melhor para todos os membros da família. Lembro-me dos sonhos e da vontade de vencer. Eles chegavam até meus ouvidos em alemão, idioma que dava voz à rotina de nossa família. Contudo, meus pais falavam alemão apenas em casa. Com o tempo, entendi a razão de a língua ser praticada apenas entre quatro paredes. Vivíamos os anos da guerra e, apesar de distantes da Europa, meu pai evitava falar em alemão, primeiramente, porque ele queria que a família se integrasse, de forma mais rápida, à cultura brasileira; além disso, havia a questão da insegurança. Frente às incertezas e ao medo da época, meu pai proibiu meus irmãos de falar ou aprender o alemão. Como caçula da família, eu acabei não aprendendo nada da língua germânica. Meus irmãos ainda aprenderam um pouco e até se comunicavam, mas eu, infelizmente, não tive a mesma chance. Acredito que esse fato, marcado pelo impedimento, proibição e censura, acabou me bloqueando até para aprender outras línguas mais tarde, não aprendi nem o inglês. Ter conhecimento de outra língua passou a ser algo impossível. Era o meu inconsciente armando-se contra o vetado e o ilícito.



Foto aérea da cidade de Lages da década de 1960. Ao centro da foto, Colégio Vidal Ramos, onde cursei o ginásio

Certificado de conclusão do curso primário elementar em Lages no ano de 1954



Início da caminhada da minha fé em Deus: Primeira Comunhão em Lages, Santa Catarina



CAPÍTULO 2

PONTO CHIQUE

Começos e recomeços. Quando a Europa iniciou a abertura para o processo de paz, sinalizando o fim do conflito bélico, meu pai decidiu abrir um bar em Lages. O nome do estabelecimento era Ponto Chique. O local era ponto de encontro de amigos e destino certo para todos aqueles que buscavam um momento de tranquilidade. Entre as especialidades oferecidas pelo novo bar, estavam um bom bate-papo, os melhores sorvetes da cidade e o tradicional chope gelado. A procura pela bebida era tanta que meu pai chegava a abrir de seis a oito barris de chope em um único dia. O Ponto Chique também era famoso pelo pastel que as cozinheiras, auxiliadas pela minha mãe, preparavam diariamente. Meus irmãos e eu só ajudávamos no bar durante meio expediente. A decisão

dos nossos pais, que limitava o nosso tempo no estabelecimento comercial, visava à dedicação máxima dos seus filhos aos estudos. A preocupação de ambos era garantir o estudo para mim e meus irmãos.

Como uma família alemã tradicional, fomos criados em um sistema bastante rígido. Por isso, sair à noite, nem pensar! Eu e meus dois irmãos mais velhos tínhamos que fazer de tudo em casa. Minha mãe nunca admitiu ter empregada. Assim, os filhos limpavam a sujeira mais pesada, passavam roupa, enceravam e lustravam o assoalho. Além dos afazeres internos, cuidavam da horta. Entre tantas tarefas domésticas, tínhamos, como a maior diversão, tirar leite da única vaquinha que a nossa família possuía. Era um animal da raça Jersey, criado no fundo de casa, situada em pleno centro da cidade. Minha mãe sempre reconhecia a importância daquele animal. Ela insistia em dizer que a vaca nos ajudava na metade das despesas de casa. Com o leite, ainda fazia manteiga, coalhada e queijos. Também mantínhamos uma imensa horta. Nossa família tinha a tradição de cultivar o próprio alimento e, da nossa horta, saía grande parte de tudo que comíamos diariamente. Meu pai comprava porco vivo e nós o ajudávamos a abater o animal. Com parte da carne, fazíamos chouriço e linguiça. Outro tanto era conservado na banha, que também servia para fritar a comida. Também não faltavam galinhas no quintal.

No período de férias escolares, eu ia para Taió. Lá, ficava no sítio do tio Durvalino May. Era uma típica propriedade de colono alemão. Lembro-me da existência de um engenho de cana, em que fazíamos açúcar mascavo e geleia de frutas, que existiam em abundância. Laranja, pera, maçã. O meu trabalho era descascar as frutas. Também ajudava a encilhar os cavalos para colocar a moenda para funcionar e cuidava do tacho no fogo para fazer doces. Adorava subir na carroça e ver a lavoura com meu tio, onde colhia milho e abóbora, que também serviam para alimentar os porcos. Além de tudo isso, aproveitava para andar a cavalo e pescar no tanque, que ficava ao lado do engenho. O dia passava muito depressa! Ao escurecer, a alegria do dia, aos poucos, tornava-se melancolia. Era hora de entrar, tomar banho, jantar e dormir.

Na época em que meu pai tocava o bar em Lages, meu irmão

Nilson, o segundo filho, casou-se. Então, ele passou a cuidar do Ponto Chique pelo período de um ano. Foi a maneira que meu pai encontrou para dar apoio financeiro ao meu irmão. Assim, ele e sua esposa iniciaram a vida de casados com uma nova fonte de renda. Depois de juntar alguma economia durante aquele período, o casal mudou-se para Pouso Redondo (SC) e, mais tarde, para São Paulo (SP), onde mora até hoje. Nilson é o único irmão vivo. Apesar disso, confesso: é o irmão com quem menos convivi. Ele casou-se muito jovem, quando eu ainda era criança, e logo se mudou.

Entre os meus 12 e 14 anos de idade, já pensava em ganhar meu próprio dinheiro. Não queria ficar dependendo dos meus pais. A vontade de ser independente fez com que, muito cedo, começasse a aparecer o meu lado empreendedor. Ideias na cabeça, trabalho nas mãos! Comecei a fazer gaiolas para vender, um negócio que era familiar para mim, pois criava canarinhos. No imenso terreno no fundo de casa, além da horta, havia um viveiro de dez metros quadrados, em que mantínhamos muitos passarinhos. A maioria deles era formada por canários-belgas, que eu costumava vender. Com o tempo, passei a criar e vender galos de briga. Estava sempre de olho nos galos mais velhos, que não podiam brigar, mas bastavam ter uma boa linhagem para eu comprá-los e colocá-los para cruzar com minhas galinhas puras. Contudo, meus pais nunca permitiram que eu participasse das disputas de galos em rinhas. Em casa, era expressamente proibido. Naquela época, as chamadas “brigas de galo” eram permitidas, mas, nem por isso, meus pais permitiam a minha participação.

Com meu faro empreendedor, logo descobri outra atividade que poderia me garantir algum ganho. Na época, todas as casas da cidade possuíam assoalhos de madeira; então, acabavam usando muita cera. Não tive dúvidas: comecei a pegar as latas de cera vazias que encontrava pela vizinhança. Com elas, minha mãe fazia vasos de flores e mudas. Aos sábados, eu me dirigia até o Mercado Público de Lages, onde vendia as mudas cultivadas em latas de cera. E as iniciativas não pararam por aí. Eu e meu irmão, Nelson, pegávamos sorvetes no bar do nosso pai para vender. Colocávamos os picolés em um carrinho próprio e saíamos vendendo pelas ruas da cidade. Para ter um lucro maior,

demos os nossos primeiros passos na tentativa de agregar valor à nossa atividade, colocando uma tampa sobre o carrinho de sorvetes. Nela, cortávamos melancias, que eram vendidas em fatias. Para aproveitar melhor o tempo, algo tão necessário no mundo dos negócios, transformei um espaço que ficava ao lado da entrada da nossa casa em engraxataria. Assim, quando não estávamos vendendo sorvetes pelas ruas da cidade, engraxava e lustrava sapatos de quem passava.

Durante um período, também ajudei aqueles comerciantes que traziam, em seus caminhões, frutas de Taió para serem vendidas em Lages. Eram cargas de vergamota (ou tangerina), frutas a granel, vendidas em cento. Os caminhões sempre estacionavam no Mercado Municipal, onde os feirantes compravam citros. Eu ajudava a descarregá-los aos sábados. Também fui auxiliar de motorista de caminhão do meu irmão, Nelson. Íamos buscar lenha no interior para entregá-la às padarias, que a utilizavam nos fornos de assar pão. Foi assim que aprendi a dirigir. O desafio era ganhar dinheiro para não depender dos meus pais, uma condição para poder sair com os amigos e ter algum dinheiro para gastar. Aproveitava para comprar gibis, uma vez que os colecionava, e bolinhas de gude para jogar com os amigos nas horas vagas. Hoje, relembro o passado, posso afirmar que tive uma infância muito feliz, mesmo tendo que trabalhar muito desde cedo, o que não é demérito algum. Pelo contrário: tenho muito orgulho disso!

Minha infância foi marcada por muito amigos. Gostávamos de jogar futebol em um enorme pátio que ficava em frente à Igreja Santa Cruz. Lá, muitos dos meninos sonhavam ser, um dia, craque de um grande time. Em uma dessas partidas, tivemos a ideia de constituir uma equipe batizada de Santa Cruz Esporte Clube. Lembro-me do dia em que fizemos uma vaquinha para comprar o uniforme para o time. A cor escolhida foi o ver-



DURANTE UM PERÍODO, TAMBÉM AJUDEI AQUELES
COMERCIANTES QUE TRAZIAM, EM SEUS CAMINHÕES, FRUTAS
DE TAIÓ PARA SEREM VENDIDAS EM LAGES.





ESTUDEI EM UM COLÉGIO DIOCESANO. DEPOIS,
FUI PARA O COLÉGIO VIDAL RAMOS, EM LAGES. NA ÉPOCA,
ACONTECEU UM FATO QUE MARCOU A MINHA INFÂNCIA DE
MANEIRA LAMENTÁVEL: MEU PAI VENDEU O PONTO CHIQUE.
NÃO ERA MAIS PROPRIEDADE DA FAMÍLIA AQUELE ESTABELECIMENTO
QUE, ALÉM DE GARANTIR UM MAIOR RENDIMENTO, FOI TÃO
IMPORTANTE NOS MEUS PRIMEIROS PASSOS DE EMPREENDEDOR.



de. No primeiro jogo, choveu muito! E toda a tinta verde das camisetas acabou manchando a nossa pele. O uniforme desbotou por completo. Ficamos parecendo o Hulk, personagem de gibi.

Estudei em um colégio diocesano. Depois, fui para o Colégio Vidal Ramos, em Lages. Na época, aconteceu um fato que marcou a minha infância de maneira lamentável: meu pai vendeu o Ponto Chique. Não era mais propriedade da família aquele estabelecimento que, além de garantir um maior rendimento, foi tão importante nos meus primeiros passos de empreendedor. O bar, com seus sorvetes de sabores inesquecíveis, ajudou-me na minha tentativa de independência financeira em alguns momentos da minha infância. Decidido a oferecer mais conforto à família, meu pai vendeu a casa no centro da cidade. A ideia era construir outra no bairro Coral. Para isso, negociou o bar com o filho de um empresário do setor de transportes de Lages, porém o suposto comprador não pagou o que devia a ele. O empresário era bem de vida. Entretanto, não aceitou ser o avalista do filho. Diante disso, o jovem, que havia negociado a compra do bar com meu pai, acabou vendendo o estabelecimento para outra pessoa e, infelizmente, não pagou a dívida. O prejuízo foi todo do meu pai. A decepção deve ter sido grande, mas meu pai nunca mais tocou no assunto. Ele era muito pacífico, tranquilo e trazia no rosto certo ar de resignação. Pelo jeito, jamais perdeu uma hora de sono devido a negócios malsucedidos, parecia não dar importância para as coisas materiais.

Diante do prejuízo com a venda do bar, ele pediu que rezássemos para que o filho do empresário nunca passasse pela situ-

ação em que nos colocou. Em nossa prece, meu pai pediu para que agradecêssemos por não sermos os causadores daquele mal. Como ele sempre dizia, era infinitamente melhor ser a vítima do que o causador de um sofrimento. Se, por um lado, meu pai era a paz em pessoa, por outro, minha mãe destacava-se por ser muito severa. Quando ela achava que precisava dar um corretivo nos filhos, não perdia tempo, pegava o fio do ferro elétrico, que era encapado com pano naquela época, e demonstrava toda a sua ousadia. Lembro-me de quando íamos escondidos tomar banho de rio. Bastava chegarmos em casa para começar o suplício. Ela sempre descobria a nossa arte e, imediatamente, com aquele ar severo, dizia que precisávamos acertar nossas contas. Do nada, surgiam o fio do ferro de passar, o medo, a dor e a ordem de sempre; não podíamos chorar.

Mas o rio também era motivo de muitas alegrias. Com muitas saudades, lembro-me dos domingos em que eu ia pescar com meu pai. Levantávamos às quatro horas da madrugada. Antes de sair, participávamos da missa no hospital. Depois, passávamos o dia todo no rio Caveiras. Como almoço, tínhamos pinhão e galinha com farofa, preparados pela minha mãe. Quando estava com meu pai, eu ganhava liberdade, tirava o atraso ao nadar



Meus pais participavam do Movimento Religioso do Santíssimo da Igreja de Lages, Santa Catarina. Nesta foto, está Cândido Maria Bampi, pai do meu amigo Hélio Bampi, vice-presidente da Fiep

naquelas águas cristalinas, aproveitava ao máximo! E o melhor: sem o medo de estar fazendo algo proibido. A única regra era: nadar sem espantar os peixes.

Com a venda do bar, ou melhor, com a perda do Ponto Chique, senti que eu precisava fazer a minha parte para evitar maiores gastos. Meu pai manteve a decisão de construir a nova casa no bairro Coral e, para economizar no gasto com a mão de obra, decidi ajudar na construção – trabalhei como servente de pedreiro. Apesar da minha decisão de trabalhar de graça, o mestre de obras fez questão de pagar pelo meu trabalho. Com o dinheiro que recebi, comprei minha primeira bicicleta. Com ela, vieram a aventura sobre os pedais e a facilidade de ir, diariamente, até a escola, que tinha ficado um pouco mais longe da nossa nova residência.



Atrás, minha avó materna, Anna May, primas Rainildes Sandrini e Paulina May Sandrini. Sentados, eu, meu pai, Fredolino, minha mãe, Leonila, e meu irmão, Nelson

CAPÍTULO 3

NOVA CIDADE

Em 1960, em decorrência da frustração com a venda do bar, meu pai decidiu trocar nossa propriedade em Lages por um sítio de café, localizado no município de Santa Isabel do Ivaí, no interior do Paraná. Antes de mudarmos, eu e meu irmão, Nelson, fomos conhecer a cidade paranaense. Na época, eu tinha 18 anos. Para ir até Santa Isabel do Ivaí, era preciso passar por Curitiba (PR). Não havia asfalto e a viagem levava três dias para ser concluída. Naquela semana, tinha chovido muito; com isso, não tínhamos condições de chegar a Maringá (PR). Então, mudamos os nossos planos: de Curitiba a Ourinhos, no interior de São Paulo, iríamos de trem. Depois, deveríamos nos dirigir para o Norte e, em seguida, para o Noroeste do Paraná, onde ficava Santa Isabel do

Ivaí. Porém houve um imprevisto: o trem descarrilhou. A viagem foi muito além de uma simples aventura. Depois de muito mais diversão do que cansaço, chegamos! Era a nossa primeira vez em Santa Isabel do Ivaí, uma cidadezinha próxima a Loanda (PR).

Na época, eu cursava o terceiro ano do antigo ginásio e, pela primeira vez, havia reprovado na escola. O vilão desse drama não poderia ser outro: o inglês. Chegando a Santa Isabel do Ivaí, escrevi uma carta para os meus pais, que permaneciam em Lages. Nela, contei que iria parar de estudar e começar a trabalhar. Na época, era muito fácil conseguir um emprego. Para minha surpresa, recebi uma carta-resposta da minha mãe que dizia: “Se você parar de estudar, pode voltar para Lages, não vamos mais mudar para o Paraná”.

Conhecendo minha mãe, decidi ir para Nova Esperança (PR) estudar. Era o único lugar, mais próximo, em que havia ginásio. Assim que cheguei, arrumei um emprego no cartório eleitoral da cidade. Era 1960, ano de eleições. O desafio era grande: organizar todo o processo eleitoral no município. O juiz José Lemos contratou-me pela prefeitura para organizar os títulos de eleitor e dar conta de outros afazeres. O município de Nova Esperança era muito grande, tanto que, depois, foi desmembrado em vários outros – talvez, na época, fosse maior do que o município de Maringá (PR). No novo emprego, eu trabalhava de dia. Como ia para o ginásio à noite, aproveitava o intervalo do almoço, que era das 12h00 às 13h30, para estudar e colocar a matéria em dia. Ainda cursava datilografia na Escola Remington.

Eu dormia em uma pensão, que não oferecia refeições. Como pagamento do aluguel, cuidava dos galos de briga do dono, o catarinense Eriberto Bruning. Diariamente, antes das 8h, retirava os galos das gaiolas e só voltava a recolhê-los depois das 18h. Nos sábados e domingos, costumava ir a Maringá com Seu Eriberto. Lá, acompanhávamos as brigas de galo na rinha de um japonês, localizada no bairro Maringá Velho. Foi nessa época, em que cursava o ginásio, que conheci o jovem Toyoshi Sasaki. Há muito tempo, ele trabalhava na Drogaria Morifarma. Com isso, adquiriu um profundo conhecimento do ramo farmacêutico. Sua família era de Loanda, onde possuía uma beneficiadora de arroz. Ficamos muito amigos. Certo dia, convidou-me para abrir com ele uma farmácia naquele município. Aceitei. Na época, meus



Cartório de Nova Esperança, onde, em 1960, organizei os arquivos eleitorais

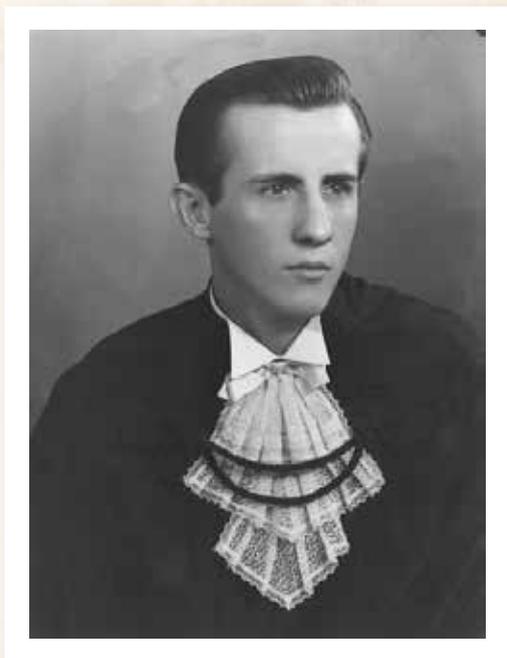
pais já estavam morando em Santa Isabel do Ivaí. O conteúdo da carta-resposta da minha mãe tinha sido mais um alvo certo para que eu não abandonasse os estudos.

Animeimei-me com o convite do meu amigo. Assim que foi possível, viajei até Santa Isabel do Ivaí e contei a novidade para os meus pais. Gostaria muito de participar da sociedade, mas sabia que o grande obstáculo era a falta de capital para tal empreendimento. Contudo, para a minha sorte, um pouco antes de surgir aquele convite, meu irmão, Nelson, que ainda estava indignado com o calote que meu pai havia levado com a venda do Ponto Chique, surpreendeu-nos. Ele voltou a Lages e cobrou a dívida do rapaz. Enfim, sob as ameaças do meu irmão e com muito custo, o devedor pagou a dívida até o último centavo. Com parte do dinheiro recebido, meu irmão adquiriu 30 novilhas da raça Jersey e trouxe os animais para a propriedade que meu pai havia comprado em Santa Isabel do Ivaí. Em seguida, meu pai vendeu aquelas novilhas para o padre Bernardo Rech. O dinheiro recebido com a venda, meu pai deu-o para mim. Assim, eu pude ter o meu primeiro negócio de fato: a Farmácia Santa Terezinha, em Loanda (PR).

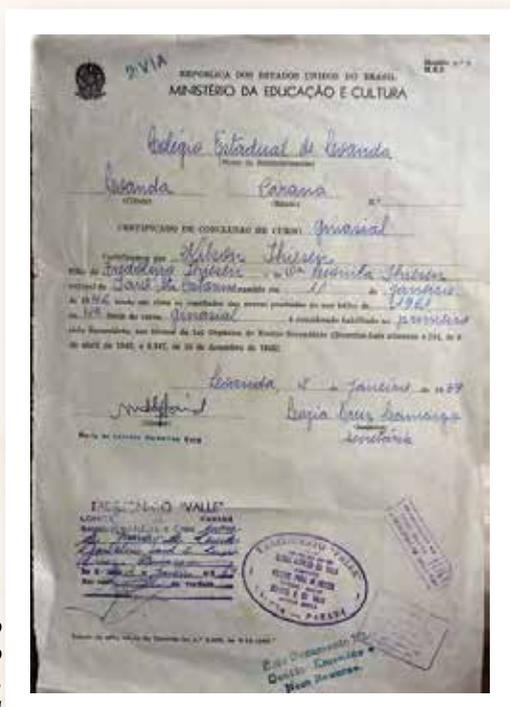


Farmácia Santa Terezinha, que existe até hoje em Loanda, meu primeiro empreendimento

Minha rotina era cursar a quarta série do ginásio à noite e, durante o dia, trabalhar na minha farmácia. Quando me formei, com a primeira turma do ginásio, veio outro dilema. Para continuar os estudos, como minha mãe tanto desejava, tinha que ir para outra cidade fazer o científico (atual segundo grau). A dúvida era: o que fazer? Eu precisava continuar estudando, tinha consciência de que era o melhor a fazer. Então, decidi vender minha parte da farmácia. Devolvi o dinheiro para os meus pais e fui para Curitiba estudar. Meu irmão, Nilson, insistia que eu deveria ir para São Paulo, mas optei pela capital paranaense. Assim que cheguei a Curitiba, fui procurar meus colegas lageanos. A maioria deles também tinha ido para lá. Minha nova moradia era a pensão da Dona Nena, situada na rua Ébano Pereira. O local abrigava, na sua grande maioria, catarinenses de Lages. Naquela pensão, acabei morando por quase oito anos.



Registro importante da minha conclusão do ginásio, em Loanda



Certificado de conclusão do ginásio, em 1961

CAPÍTULO 4

PRIMEIRO REGISTRO EM CARTEIRA

Para me sustentar em Curitiba, fui atrás de emprego. Consegui trabalho em uma construtora chamada Empreendimentos Labor. Eu era o responsável pela parte burocrática do escritório da empresa. Como possuía o diploma de datilografia, tive, em relação aos outros candidatos, vantagem ao cargo. Ganhei respeito por ser um profissional de escrever a máquina. Aos sábados, eu fazia o pagamento dos operários que atuavam nas obras. Naquela época, estavam construindo o Edifício América, localizado na praça Rui Barbosa, o primeiro grande empreendimento da construtora.

Em 1962, Curitiba tinha cerca de 360 mil habitantes, já era considerada uma metrópole. A cidade crescia geometricamente. Então, veio outra proposta de trabalho: ofereceram-

-me uma vaga no Instituto Medicamenta Fontoura S/A. Com a proposta de um salário superior, aceitei o emprego. Passei a ser o responsável por fazer o acerto de contas com os vendedores do interior. Na época, eu trabalhava durante o dia e, à noite, estudava no Colégio Estadual do Paraná (CEP), cujo ensino já era bastante rígido. Não era nada fácil conseguir passar de ano.

Passado algum tempo e procurando outras oportunidades de trabalho, fiz um teste na Kibon S/A, em São Paulo, para trabalhar em Curitiba. Fui aprovado. Na ocasião, eu já havia terminado o primeiro ano do científico. Entretanto, diante dos muitos afazeres do novo emprego, cheguei à conclusão de que não poderia continuar estudando no CEP. Era muito difícil, exigia muito e era necessário estudar dia e noite para passar de um ano para outro. Então, decidi me matricular no Colégio Iguazu, que, mais tarde, foi incorporado ao Colégio Pathernon – ambos ofereciam o científico. Para os meus amigos, em tom de brincadeira, eu costumava dizer que, agora, estudava em um colégio “PP”, ou seja, um colégio do tipo “pagou-passou”. Nele, não eram muito exigentes. Lá, concluí o segundo e o terceiro anos. Formei-me, como havia planejado, e não precisei deixar de trabalhar na Kibon.

Sem dúvida, o período em que estive naquela empresa foi o que mais ganhei dinheiro em toda a minha vida. Há quase 60 anos, além do salário fixo, recebia comissão. No início, eu vendia os chocolates Ki-Bamba e Lingote, jujubas, pirulitos, amendoim coberto com chocolate e outras guloseimas, mas o grande salto nas vendas ocorreu quando chegaram a Curitiba os famosos sorvetes da Kibon. Eram produtos que já tinham um mercado



PASSADO ALGUM TEMPO E PROCURANDO OUTRAS
OPORTUNIDADES DE TRABALHO, FIZ UM TESTE NA KIBON S/A,
EM SÃO PAULO, PARA TRABALHAR EM CURITIBA. FUI APROVADO.
NA OCASIÃO, EU JÁ HAVIA TERMINADO O PRIMEIRO ANO DO CIENTÍFICO.
ENTRETANTO, DIANTE DOS MUITOS AFAZERES DO NOVO EMPREGO,
CHEGUEI À CONCLUSÃO DE QUE NÃO PODERIA CONTINUAR
ESTUDANDO NO CEP.





Curso de capacitação para gerentes da Kibon, realizado em Ribeirão Preto, São Paulo. Estou ao centro, no canto direito da foto, com cigarro na boca



Foto: Arquivo Kibon

Marca que dominou o mercado por muitos anos, especialmente com Chicabon e Eskibon

cativo nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Eram famosos, com seus carrinhos amarelos e azuis. Com os sorvetes, veio o lucro maior. Eu ganhava comissão para cada freezer instalado em um novo ponto de venda. Na época, foi uma loucura: todo mundo queria um freezer ou carrinho. Mesmo em uma cidade com clima frio, como Curitiba, havia essa febre pelos sorvetes da Kibon. Lembro-me, entre as delícias transportadas por aqueles carrinhos amarelos e azuis, dos sorvetes Ja-Ja, de coco, Ka-Lú, de abacaxi, Ton-Bon, de limão, e os ainda famosos Chicabon e Eskibon. Apesar de a Kibon ser sinônimo de sorvete de qualidade, a marca ainda produzia ovos em pó, usados na indústria de alimentos, balas, chocolates, cereais e o famoso refresco Ki-Suco. Era uma estratégia inteligente para não depender só dos gelados, consumidos mais no verão. A empresa mudou os hábitos de consumo dos brasileiros. Em Curitiba, não foi diferente.

Quando fui prestar vestibular, percebi que não estava preparado. Na verdade, eu não havia estudado o suficiente durante o segundo e o terceiro anos do científico. Por isso, resolvi pedir demissão da Kibon, lugar em que adorava trabalhar e onde, mesmo jovem, ganhei muito dinheiro. Na época, o gerente não acreditou que eu havia tomado aquela decisão, até porque eu tinha um bom desempenho em vendas, tanto que, recentemente, tinham me oferecido o cargo de gerente. Mesmo diante de proposta tão tentadora, decidi sair da empresa para estudar. Mais uma vez, segui os conselhos de meus pais, principalmente, da minha mãe, e matriculei-me no cursinho Sandoval Ribas – havia poucos cursinhos; mais tarde, foram criados outros. Dediquei-me muito aos estudos. Durante os 365 dias daquele ano, eu e outros dois colegas de Lages não tiramos os olhos dos livros. Não havia sábados, domingos ou feriados livres. Estudávamos todos os dias! No entanto, a tão esperada recompensa veio. Passei em dois vestibulares: em Odontologia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e em Agronomia, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Optei por ficar na capital.

Iniciei os estudos em Agronomia e, como o curso era bem puxado, só estudava, não trabalhava. Na metade do terceiro ano da faculdade, percebi que a poupança que havia feito na época da Kibon estava chegando ao fim.

CAPÍTULO 5

COISAS DO CORAÇÃO... O GRANDE AMOR DA MINHA VIDA

Lembro-me dos casais deslizando pelo salão! A animação era sinal de que o baile não tinha hora para acabar. Apesar de fazerem parte do cotidiano da juventude dos anos 1960, as noites de bolero, samba-canção e foxtrote pouco me atraíam. Entretanto, depois de aceitar o convite de um amigo que morava na mesma pensão em que eu estava instalado, entrei pelo salão da Sociedade Thalia, clube social alemão, localizado na rua Comendador Araújo, região central de Curitiba.

Na noite daquele sábado, quando cursava o segundo ano de Agronomia, mal sabia que aquele baile seria uma das peças fundamentais para o perfeito funcionamento do que estava prestes a acontecer na minha vida. Em meio à música e aos casais que disputavam

cada espaço da pista de dança, surgiu a jovem Rucliu Teresinha da Graça Pupo Bueno. Ao som da orquestra, que tocava *Besame mucho*, nossos primeiros olhares cruzaram-se. Bastou meu convite para uma dança para bailarmos a noite toda. No fim da noite, anotei o telefone de Rucliu, atitude indispensável para poder reencontrá-la no dia seguinte. No domingo, o cenário do reencontro foi a casa de um tio dela, situada na praça da Espanha.

Logo depois, conheci os pais de Rucliu. Soube que ela era filha única. Entretanto, ao perceber que o padrão de vida da jovem era diferente do meu, fui dominado pela insegurança de prosseguir com aquele relacionamento há pouco iniciado. Apesar de termos marcado um próximo encontro, a dúvida e o receio prevaleceram; como resultado, não compareci ao reencontro. A decisão de não ir me incomodou, tanto que, ao retornar à pensão, comentei com os colegas Carlos Eduardo Barreti e Gilberto Germano Meyer, respectivamente conhecidos como Carlão e Gil, sobre o decidido, uma tentativa de, expondo a situação aos companheiros, aliviar o peso do sentimento contraditório que tanto me incomodava. Eu estava apaixonado! Mas a paixão esbarrava no primeiro obstáculo: vivíamos em mundos diferentes. Ela era da cidade, eu, do campo. Outro detalhe é que muitas famílias, nessa época, viam os estudantes de fora com certa desconfiança, ainda mais eu, filho de agricultor.

Aproximadamente um mês depois, enquanto estava na sala de aula, fui informado de que havia um telefonema para mim. O susto dominou-me! Nunca tinham telefonado para mim na faculdade. Na mente, o medo de receber a notícia do falecimento de algum familiar, mas, à resposta do meu "alô", prevaleceu minha certeza de que quem estava do outro lado da linha era aquela moça, a inesquecível Rucliu. As primeiras palavras da jovem confirmaram suas dúvidas e insatisfação por eu não ter comparecido ao reencontro. Segundo Rucliu, ela teve uma boa impressão de mim, comentou que eu passava responsabilidade. Foi aí que veio outro convite para um novo encontro. Imediatamente, defendi-me, dizendo que eu era estudante e não tinha condição de oferecer nada a ela. Fui claro: o máximo que eu poderia fazer era reencontrá-la em um fim de semana. Assim, o primeiro reencontro aconteceu e, após ele, nosso namoro foi inevitável!

Realmente, os reencontros só ocorriam nos fins de semana.

Durante a semana, a rotina era marcada pelas aulas de manhã e, no período da tarde, pelo trabalho no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). À noite, eu precisava recuperar as matérias oferecidas nas aulas da tarde, as quais não frequentava por estar no trabalho. Graças ao amigo Carlão, que respondia “presença” por mim, não reprovei por faltas. Em meio à escassez de tempo e aos dribles para poder estudar e trabalhar, o namoro com Rucliu foi iniciado.

Ela estava no fim do curso de piano e já dava aulas do instrumento. Logo depois, Rucliu entrou para a Faculdade de Música do Paraná. Formou-se na primeira turma.

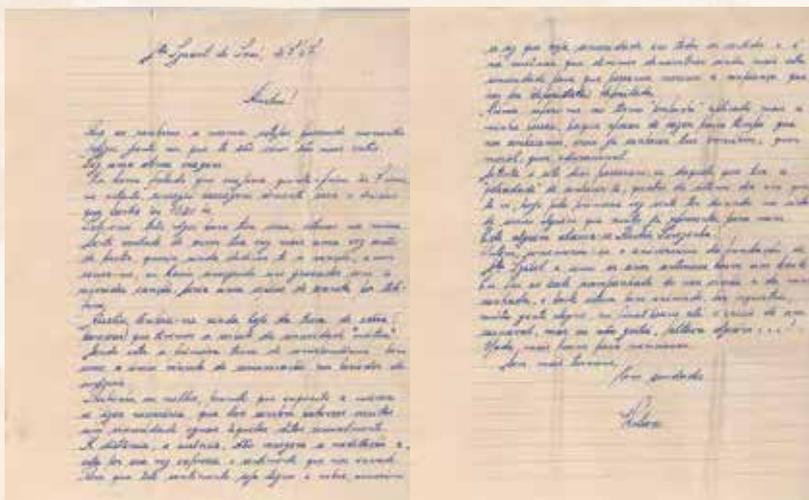


Formatura de Rucliu, saída da Missa de Ação de Graças na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Rucliu formou-se em piano e deu aulas por alguns anos

No dia 15 de setembro de 1968, ainda cursando o terceiro ano de Agronomia, resolvemos noivar. Antes, pedi a ela para ir comigo até Santa Isabel do Ivaí conhecer minha família. Quando falei para meus pais que levaria Rucliu e seus pais para conhecê-los, imediatamente, minha mãe demonstrou preocupação em recebê-los, alertando que não tinham como hospedá-los. Segundo ela, nossa casa era muito pequena e simples. Além disso, a moça da cidade poderia se assustar diante de tanta simplicidade. Tranquilei minha mãe, dizendo que Rucliu era uma moça sem luxo. Meu pai, então, sugeriu que ela e seus pais dormissem na nossa casa e nós (meus pais e eu) dormiríamos na tulha de café. E assim aconteceu. Foi uma aventura chegar ao Norte do Paraná de ônibus, aventura que não parou por aí. Na realidade, não tínhamos luz elétrica. O banheiro era fora de casa. As visitas, como os de casa, tiveram que tomar banho de balde com chuveirinho pendurado.



Na época, a única forma de nos comunicarmos era por meio de cartas, quando viajava para Santa Isabel do Ivaí, foram dezenas, esta enviada em 02/07/1967



Primeira visita de Rucliu aos meus pais, no sítio em Santa Isabel do Ivaí



Um divertido passeio de charrete pelo sítio



Rucliu entre os cafezais de Santa Isabel do Ivaí



Aproveitamos o passeio para irmos numa festa de igreja de uma comunidade próxima



Passeio de Aero Willys em Santa Isabel com minha sobrinha



Nossa Lua de Mel em Gramado, Rio Grande do Sul



Viagem de Lua de Mel em Guaratuba, Paraná

Um fato engraçado aconteceu de madrugada. Meu sogro roncava muito e, no lugar em que meus pais moravam, havia muitos bichos, inclusive onça, uma vez que predominava a mata fechada. Enquanto dormíamos na tulha, meu pai nos acordou e disse que havia uma onça lá fora, pegou a espingarda e saiu com o lampião para verificar. Eu fui junto. Quanto mais andávamos em direção à nossa casa, mais alto o “bicho” roncava. Chegamos perto da janela do quarto em que os pais de Rucliu dormiam. Imediatamente, concluímos: meu sogro é que estava roncando. Para meu pai, aquele “leão” espantaria qualquer onça que tentasse aparecer por ali.

Até hoje, não perguntei a Rucliu sobre o impacto que ela e seus pais tiveram naquela primeira visita. Nunca soube o que acharam da experiência de passar alguns dias em nossa propriedade. Na época, Rucliu teve o azar de ser mordida por um bicho, seu pé inchou e ela passou mal na viagem de ônibus, voltando para Curitiba. Diante daquela situação, pensei: perdi a namorada. Porém eu estava errado na minha triste suposição. Assim que voltamos a Curitiba, decidimos firmar um compromisso maior. Ficamos noivos. Fui até os meus sogros, Rubens Guilherme Pupo Bueno e Cleonice Chamano Pupo Bueno, e pedi a mão dela. Entretanto, avisei que eu só iria casar depois de formado. E assim aconteceu. Após o noivado, fomos a um baile, em companhia dos pais de Rucliu, para comemorar.



NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 1968, AINDA CURSANDO
O TERCEIRO ANO DE AGRONOMIA, RESOLVEMOS NOIVAR.
ANTES, PEDI A ELA PARA IR COMIGO ATÉ SANTA ISABEL DO IVAÍ
CONHECER MINHA FAMÍLIA. QUANDO FALEI PARA MEUS PAIS QUE
LEVARIA RUCLIU E SEUS PAIS PARA CONHECÊ-LOS, IMEDIATAMENTE,
MINHA MÃE DEMONSTROU PREOCUPAÇÃO EM RECEBÊ-LOS, ALERTANDO
QUE NÃO TINHAM COMO HOSPEDÁ-LOS. SEGUNDO ELA, NOSSA CASA
ERA MUITO PEQUENA E SIMPLES. ALÉM DISSO, A MOÇA DA CIDADE
PODERIA SE ASSUSTAR DIANTE DE TANTA SIMPLICIDADE.





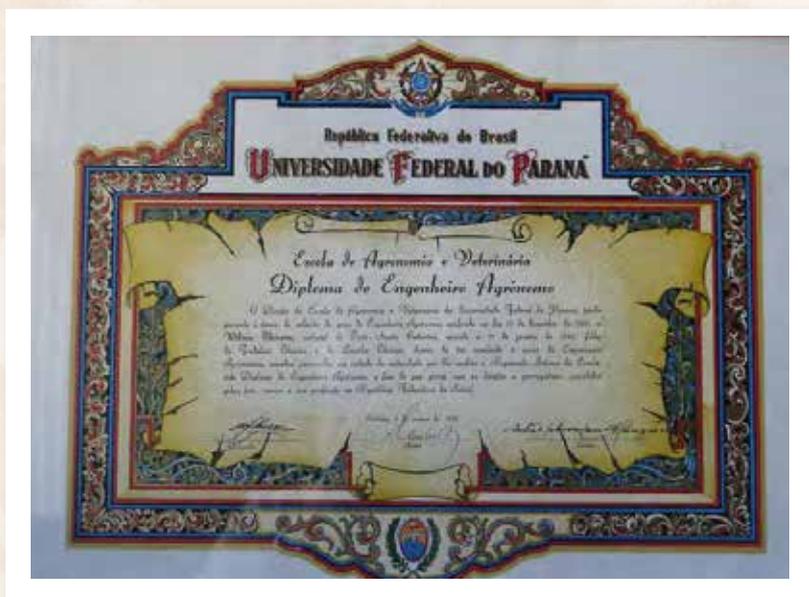
O dia em que noivamos. Saída do baile no Clube Curitibano, na companhia dos meus futuros sogros, Cleonice e Rubens Pupo



Eu e Rucliu no dia da minha formatura, no Teatro Guaíra, em Curitiba



Um sonho realizado! Me formei em Engenharia Agrônômica pela UFPR, no ano de 1969



Meu diploma de engenheiro agrônomo pela UFPR



Recordação da formatura e de todos os colegas de faculdade: Turma Luiz Natal Bonin, patrono Jorge Wolney Atalla e, paraninfo, Paulo Cruz Pimentel

CAPÍTULO 6

NÚCLEO FAMILIAR

No dia 30 de dezembro de 1969, eu e Rucliu resolvemos, perante Deus, familiares e vários amigos, dizer o “sim”. Casamos na Igreja Santa Teresinha, no bairro Batel, em Curitiba. Mas antes, no dia 17 de dezembro, peguei o tão esperado canudo. Estava formado em Engenharia Agrônômica pela UFPR.

Depois de casado, eu sempre ia com meu sogro assistir aos jogos do Atlético Paranaense, realizados no antigo Estádio Joaquim Américo. Ele me contava que, quando criança, tomava banho com os amigos no rio Ivo, bem ao lado do estádio. Atualmente, o mesmo rio passa por baixo da Arena da Baixada. Eu tive um terreno nos fundos do estádio. Na época, dizia ao meu sogro que, um dia, iria construir um mirante em meu terreno para

poder assistir aos jogos do Atlético. Apesar de a dupla gostar de ir ao estádio, nosso jogo preferido era o de baralho.

Meu sogro possuía uma fábrica, em que produzia sabão das marcas Aracajú e Sergipe. Ele havia herdado o negócio dos seus pais, que vieram de Ponta Grossa (PR) para Curitiba. A família morava na esquina da rua Brigadeiro Franco com a avenida Silva Jardim. Foi ali que minha esposa nasceu. A fábrica também ficava na Brigadeiro Franco. Meu sogro contava que, muitas vezes, fazia entregas na capital paranaense e em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, utilizando uma carroça.

Quando casamos, fomos morar em um pequeno apartamento que ficava na avenida Silva Jardim, perto da casa dos pais de Rucliu. Logo depois, comprei meu primeiro carro em 60 prestações. Era um fusca branco, fabricado em 1962. Ele era o meu xodó. Deixava-o em um estacionamento a uma quadra de nosso apartamento. Naquela época, Rucliu estudava e dava aulas de educação musical na Escola Rio Branco e no Colégio Sacre Couer, perto do bairro Tarumã. Assim que assumi o Departamento de Cooperativismo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ela engravidou da nossa primeira filha, Márcia. Era um período em que eu precisava viajar muito, lembro-me de quase não parar em casa na época em que nossa filha nasceu. Ela chegou no dia 7 de outubro de 1971, um período de muitos compromissos! O fato de querer e não poder ficar em casa, quando minha presença era fundamental, marcou muito a minha vida. Na tentativa de amenizar aquela dificuldade, decidimos nos mudar para um apartamento no mesmo prédio dos meus sogros. Foi a maneira que encontramos para cuidar melhor de Márcia, com a ajuda dos avós. A mudança tranquilizou-me. Eu sabia que Rucliu tinha todo o apoio necessário.

Quando Márcia tinha dois anos de idade, Rucliu deixou de dar aula. Logo em seguida, engravidou de Marcos, que nasceu no dia 13 de dezembro de 1973. Em 20 de agosto de 1977, nasceu Maurício, nosso caçula. Nossos três filhos sempre nos encheram de orgulho e satisfação. Eu costumava dizer a Rucliu que desejava ter oito filhos. Ela respondia que três eram a medida certa. Minha esposa sempre foi uma mulher muito dedicada aos filhos, ao marido e aos afazeres de casa. Sou muito agradecido a Deus por tê-la encontrado. Neste ano de 2019 vamos completar 50

anos de casados. Eu não poderia desejar sorte melhor para minha vida. Nossos filhos nos deram netos maravilhosos.

Lembro-me de um fato interessante, quando nossa primeira filha nasceu. Eu havia trocado um carro com meu irmão por 20 cabeças de boi, era uma poupança que tinha decidido fazer para ajudar nas despesas do primeiro filho. Na sua primeira gravidez, um médico havia dito que ela tinha um problema no coração e seria perigoso ter filhos. Foi um desespero só! Mas, graças a Deus e ao médico Bruno Grillo, todos os partos foram feitos de forma tranquila na Maternidade Nossa Senhora de Fátima. O pediatra dos três filhos sempre foi o mesmo, o doutor Plínio Mattos Pessoa. Depois de três gestações e tantos anos, Rucliu continua ao meu lado, firme e forte.

O início de nossa vida de casados foi muito difícil. As constantes viagens mantinham-me afastado da rotina de casa, porém, com a grande ajuda dos meus sogros, as crianças sempre foram muito bem cuidadas, cresceram e foram para a escola. Rucliu foi a grande responsável pela educação de nossos filhos. Eu acompanhava o crescimento de todos eles, mas era ela que se dedicava, de forma integral, à sua educação.

Nossa filha, Márcia, formou-se em Medicina pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) no dia 19 de janeiro de 1996. Casou-se no dia 9 de julho de 2005, com João Pedro Barbosa, filho de Glênio e Maria de Lourdes Zanelatto Barbosa. Em 9 de janeiro de 2006, nasceu Rafaela, nossa primeira neta. Já o Marcos, nosso filho do meio, seguiu minha profissão. Formou-se em Agronomia no ano de 1998. Casou-se no dia 1º de dezembro de 2001, com Cassiana Zaniolo Haluch, filha de Leoni e Arlete Maria Zaniolo Haluch. Marcos e Cassiana nos deram Gabriel, que nasceu no dia 17 de dezembro de 2009. Maurício, nosso caçula, fez Engenharia Mecânica na Universidade Tuiuti e se formou em



QUANDO CASAMOS, FOMOS MORAR EM UM PEQUENO APARTAMENTO
QUE FICAVA NA AVENIDA SILVA JARDIM, PERTO DA CASA DOS PAIS DE RUCLIU.
LOGO DEPOIS, COMPREI MEU PRIMEIRO CARRO EM 60 PRESTAÇÕES.



2005. No dia 9 de outubro de 2010, casou-se com Daniela Brizze Nóbile, filha de Silmara Brizzi e Renato Nóbile, atual superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Maurício e Daniela tiveram uma filha, Gabriela, nascida em 3 de maio de 2018.

Nossos filhos sempre foram muito estudiosos. Hoje, também são excelentes pais. Deram continuidade a tudo que aprenderam em casa. Márcia era muito boa aluna em matemática, passou em Engenharia Civil na UFPR e em Medicina na PUCPR na mesma época. Ela queria fazer os dois cursos ao mesmo tempo, porém a aconselhei a optar por um deles; ela escolheu Medicina. Márcia sempre foi muito dedicada à profissão. Marcos também sempre foi muito estudioso e, para minha surpresa e satisfação, seguiu minha profissão. No dia 24 de junho de 2017, concluiu seu segundo mestrado, agora pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Também fez mestrado em Meio Ambiente Urbano e Industrial pela UFPR e pela Universidade de Stuttgart (Alemanha), no dia 15 de março de 2011. Em compensação, Maurício nunca gostou muito de estudar. Volta e meia, brinco com ele lembrando-o de que passou por todas as escolas particulares de Curitiba. Também inteligente, sempre foi mais contemplativo e dedicado, como Márcia, excelente médica. Entretanto, de meus três filhos, Maurício é o que mais tem tino para o comércio. Sempre demonstrou ter um raciocínio rápido. Formou-se, em 2004, em Engenharia Mecânica. Quando ganhava um brinquedo, ele o desmontava para montá-lo novamente. “Destruía” rádios, televisores, carrinhos e o que mais caía em suas mãos. Com isso, seus presentes prediletos sempre foram as ferramentas. Foi ele mesmo que projetou sua casa e toda a parte elétrica e hidráulica. Tanto ele quanto Marcos tiveram a oportunidade de estudar no Canadá, onde viveram um período para aprender inglês.

Meu maior orgulho, assim como de Rucliu, era poder trabalhar e investir na formação de nossos filhos. Gastávamos muito pouco. Quase não saíamos de casa, apenas frequentávamos o Clube Thalia, pois meu sogro, um dos fundadores, presenteou-nos com um título de sócio. Lá, frequentávamos bailes de vez em quando, um jeito especial de lembrar a noite em que nos conhecemos e nosso tempo de namoro. Lembro-me de, mais tarde, ter comprado um título do Clube Curitiba para que

Márcia pudesse debutar nos dois clubes. O título foi caríssimo! Lembro-me de ter parcelado a joia em 30 vezes. Enfim, faz mais de 39 anos que sou sócio do clube e, durante todo esse tempo, acredito não ter ido a 30 eventos lá, mas consegui dar um título do Curitibano a cada um dos filhos. Foi lá que todos tiveram suas festas de casamento. Até hoje, eles o frequentam com seus filhos, meus netos.

Sinto-me realizado pela família que constituí. Cada um de nós tem um grande amor pelo outro. Hoje, nossos filhos preocupam-se muito comigo e com Rucliu. Eles sempre querem saber se tudo está bem. Visitam-nos com frequência. Volta e meia, procuramos nos reunir, principalmente em datas importantes e aos domingos. Há muito o que celebrar. Espero que esse costume seja mantido pelos nossos netos.



Bodas de prata dos meus pais, Fredolino Thiesen e Leonila May, no dia 21 de outubro de 1953, em Lages (SC). Na foto, eu (Wilson), filho caçula, e meus irmãos, Nelson, Ilza e Nilson

Pai: Fredolino Thiesen – nascido em Imaruí (SC), no dia 17 de março de 1898, filho de Antônio Thiesen e Filomena Berkenbrock

Mãe: Leonila May – nascida em Gravatal (SC), no dia 30 de janeiro de 1903, filha de Bernardo May e Anna Berkenbrock



Bodas de ouro dos meus pais, no dia 21 de outubro de 1978, em Guaratuba (PR). Na foto, eu (Wilson), Rucliu, Ilda Cavalca e Nelson Ziláh Lehmkuhl, Nilson, Ilza e seu filho, Osmar Becker



Cerimônia de bodas de ouro dos meus pais na Igreja Matriz de Guaratuba. Na foto, os netos, Marcos e Márcia



*Eu (Wilson),
ao lado
dos meus
queridos
pais*



Minha cerimônia religiosa de casamento com Rucliu Teresinha da Graça Pupo Bueno, na Igreja Santa Teresinha, em Curitiba (PR), no dia 30 de dezembro de 1969. Rucliu é filha de Rubens Guilherme Pupo Bueno e Cleonice Chamano Pupo Bueno

*Com a minha querida e
saudosa mãe*



*Com nossos pais,
na recepção*



*Padrinhos:
Gilberto, Carlos
Eduardo Barreti,
meu irmão,
Nelson Thiesen,
Dr. Luiz Lacerda,
Silvio Galdino
e meus pais,
Fredolino e o
Leonila*



O grande sonho realizado: casado com meu amor, Rucliu



*Bodas de prata
com Rucliu, na
Igreja Santa
Quitéria, em
Curitiba (PR),
em 30 de
dezembro de
1994*



*Momento
em que
cortávamos
o bolo
comemorativo*



*Rucliu e eu
com nossos
filhos*



Primeira filha a nascer, Márcia Pupo Thiesen, no dia 7 de outubro de 1971. Na foto, ela com dois anos de idade



Formatura de Márcia em Medicina pela PUCPR



Casamento de Márcia e João Pedro Barbosa, no dia 9 de julho de 2005, em Curitiba. Ele é filho de Glênio José Barbosa e Maria de Lourdes Zanelatto Barbosa



Rafaela, aos dois anos, filha de Márcia e João Pedro (nascimento em 9 de janeiro de 2006)

Marcos Pupo Thiesen, nascido no dia 13 de dezembro de 1973. Na foto, ele com dois anos de idade



Formatura de Marcos em Engenharia Agrônômica pela UFPR, no ano de 1998



Casamento de Marcos e Cassiana Zaniolo Haluch, no dia 1º de dezembro de 2001, em Curitiba. Ela é filha de Leoni Haluch e Arlete Maria Zaniolo Haluch



Gabriel, nascido no dia 17 de dezembro de 2009, filho de Marcos e Cassiana



Maurício Pupo Thiesen, nascido no dia 20 de agosto de 1977, em Curitiba. Na foto, ele com dois anos de idade



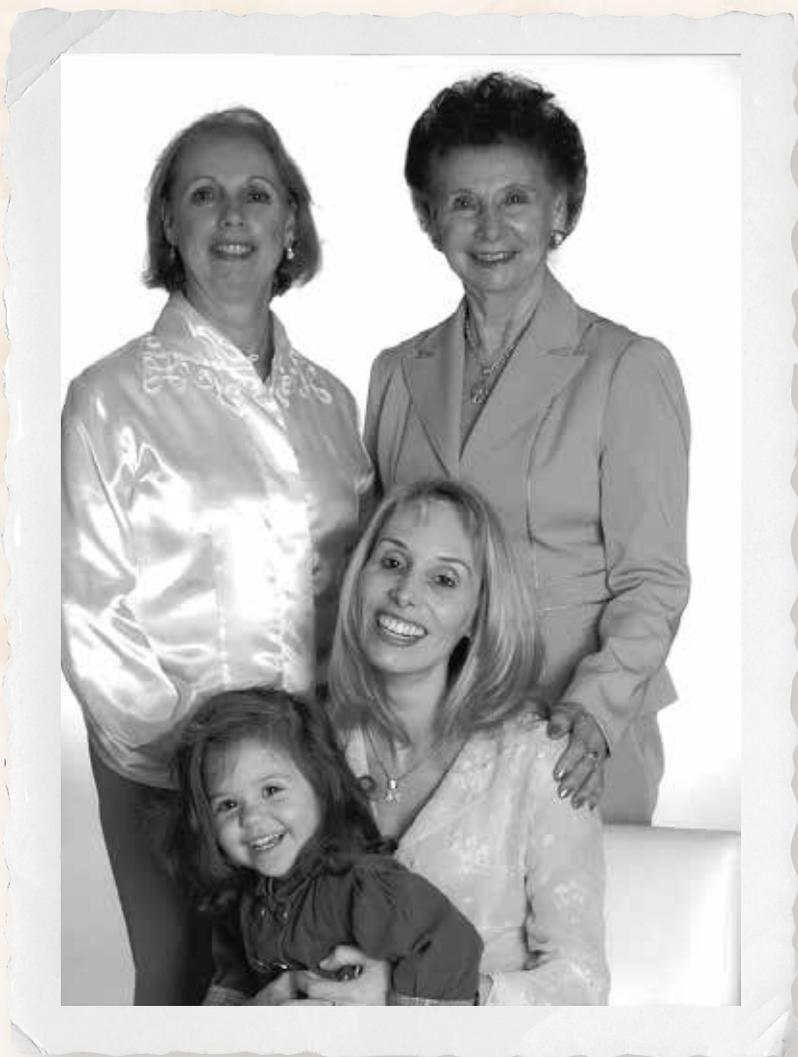
Formatura de Maurício em Engenharia Mecânica pela Universidade Tuiuti, em Curitiba, no ano de 2004



Casamento de Maurício e Daniela Brizzi Nobile, no dia 9 de outubro de 2010, em Curitiba. Ela é filha de Renato Nobile e Silmara Brizzi



Minha neta, Gabriela, nascida em 3 de maio de 2018



São quatro gerações de mulheres na família. Na foto, da esquerda para direita: Minha esposa Rucliu, minha sogra Cleonice, a filha Márcia e a neta Rafaela



Família completa durante evento em que recebi homenagem pelos 87 anos do Sindileite, em Curitiba, no dia 18 de fevereiro de 2019

CAPÍTULO 7

FÉ E DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Na minha vida, sempre fui uma pessoa de muita fé, principalmente porque meus pais eram muito religiosos; ambos eram católicos praticantes, não faltavam à missa. Dos dois lados da minha família, temos parentes que se tornaram freiras e padres. Minha mãe fazia parte do coral da igreja, em que gostava de cantar durante as missas e eventos especiais. Ela sabia de cor muitas músicas. Sua fé era tão grande que rezávamos o terço antes de dormir, todas as noites. Para nós, rezar o terço era um compromisso com Deus. Ela também sabia de cor todas as orações. Já meu pai era membro da Congregação do Santíssimo Sacramento, formada por aquelas pessoas que usavam capa vermelha, na época, na cidade catarinense de Lages. Ainda guardo, com muito carinho,

a foto em que aparecem meu pai e seus amigos da congregação. Entre eles, está Seu Cândido Maria Bampi, pai do meu amigo Hélio Bampi, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Essa afinidade da família com a Igreja fazia com que muitos padres franciscanos frequentassem nossa casa. Eles sempre iam nos visitar a convite dos meus pais. Tomavam café e, às vezes, almoçavam conosco. Minha mãe sempre guardou a foto da minha primeira comunhão. Recordo-me de que, nos fins de semana, eu tinha que ir à missa e, depois, ao catecismo. Eu sempre ganhava um dinheirinho da minha mãe. Ela recomendava que, após a obrigação religiosa, eu poderia ir à matinê com os colegas. Mesmo tendo realizado a primeira comunhão, minha mãe pediu para eu continuar no catecismo. Segundo ela, era muito importante aprender a palavra de Deus.

Também fui coroinha. Naquele tempo, as missas eram rezadas em latim. Até aprendi um pouco daquela língua, uma vez que ajudava na organização da missa. Quando fui estudar no Colégio Diocesano, em Lages, percebi que ninguém entrava na aula, às segundas-feiras, se não apresentasse o carimbo de presença na missa. Nas cartas que eu recebia da minha mãe, logo que vim para Curitiba, a primeira coisa que ela perguntava era se eu continuava indo à missa. Minha resposta sempre foi “sim”, porque jamais deixei de frequentar a igreja.

Sempre tenho a lembrança da minha querida mãe rezando. Ela rezava muito. Lembro-me de que ela pedia para ter uma boa morte, sem maiores sofrimentos. E não é que Deus atendeu às suas orações? Minha mãe, realmente, teve uma morte tranquila. Minha irmã, que estava junto quando ela partiu, disse que ela baixou a cabeça e faleceu de forma serena, tranquila, como sempre pediu a Deus. Não sofreu absolutamente nada!



ESSA AFINIDADE DA FAMÍLIA COM A IGREJA FAZIA COM
QUE MUITOS PADRES FRANCISCANOS FREQUENTASSEM NOSSA CASA.
ELES SEMPRE IAM NOS VISITAR A CONVITE DOS MEUS PAIS.
TOMAVAM CAFÉ E, ÀS VEZES, ALMOÇAVAM CONOSCO.



Meus pais não permitiam discussões sobre religião. Creio que isso se devia, principalmente, ao fato de que os imigrantes alemães vieram para o Brasil em navios repletos de pessoas das mais diferentes crenças, tanto católicas quanto protestantes e de outras religiões, mas todos em harmonia, porque o objetivo era um só: construir uma nova vida no Brasil.

Em Taió, nas festas religiosas, os católicos e os protestantes se reuniam para festejar. Não havia diferença! E as crianças brincavam juntas e sem nenhum problema. Fomos criados assim, com respeito e devoção a Deus e à Igreja. De todos os meus irmãos, o que mora em São Paulo sempre teve o hábito de rezar o terço todos os dias. Confesso que não mantive a prática ensinada por minha mãe, porém rezo todos os dias e vou à missa todos os fins de semana. Somente aquele meu irmão manteve a tradição do terço. Hoje, ele está com 88 anos. Quando eu era solteiro, viajava para a casa dele em São Paulo; lá, tinha que rezar, toda noite, o terço com ele e sua família, como a nossa mãe nos ensinou.

Na época em que tinha dez anos de idade, passava férias na casa da minha avó, Anna May, em Taió. Ela era muito religiosa e foi quem me deu as primeiras lições de como rezar o rosário. Minha avó dizia para eu nunca usar uma arma na vida para me defender, mas, sim, o rosário, e isso marcou a minha vida! Tanto que, até hoje, eu uso, no bolso, o rosário que ela me deu. Faz 65 anos que tenho esse rosário aqui comigo. Se, ao sair de casa, percebo que estou sem ele, sinto-me desprotegido e volto para pegá-lo. Tenho a plena convicção de que ele me protege. De certa forma, é a minha avó, Anna May, presente na minha vida.

Essa nossa devoção foi fortalecida em nossos filhos. No Natal, sempre nos reunimos para agradecer por tudo. Fazemos novenas; inclusive, quando mudamos da nossa antiga casa, o pesso-



MEUS PAIS NÃO PERMITIAM DISCUSSÕES SOBRE RELIGIÃO.
CREIO QUE ISSO SE DEVIA, PRINCIPALMENTE, AO FATO DE QUE
OS IMIGRANTES ALEMÃES VIERAM PARA O BRASIL EM NAVIOS
REPLETOS DE PESSOAS DAS MAIS DIFERENTES CRENÇAS.





EM HOMENAGEM A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO FRANCISCO,
CONSTRUI UMA CAPELA EM NOSSO SÍTIO, EM TIJUCAS DO SUL (PR).

ELA É TODA DECORADA COM BELÍSSIMOS VITRAIS, FEITOS
PELO ARTISTA SUÍÇO SÉRGIO EDERLLI.



al da paróquia presenteou-nos com uma novena especial, uma forma de agradecimento por tantos anos de convívio. Acho tudo isso muito importante, ainda mais atualmente, com os valores humanos tão desvalorizados. Religião e fé dão sustentação à família.

Quando era estudante em Curitiba, morava em uma pensão na rua Ébano Pereira. Meu colega de quarto era Paulo Bampi, irmão de Hélio, também muito católico. Então, sempre rezávamos juntos antes de dormir. Aos domingos, íamos à missa na Igreja do Rosário, no Largo da Ordem, ouvir os sermões do padre Gustavo Pereira. Na época, frequentávamos a missa de paletó e gravata. Eu nunca faltava à missa e sempre fazia as orações de agradecimento pelas dádivas recebidas.

Em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e São Francisco, construí uma capela em nosso sítio, em Tijucas do Sul (PR). Ela é toda decorada com belíssimos vitrais, feitos pelo artista suíço Sérgio Ederlli. Sua chave fica com o casal que mora em nossa propriedade, porque os vizinhos vão lá para rezar.

Sempre pedi a proteção do Divino Espírito Santo para que nos iluminasse. Em meu coração, carrego essa fé. Apesar de ir à missa, não me considero um carola. Contudo, sempre que solicitei a intervenção do Divino Espírito Santo, fui atendido.

Lembro-me de que, quando fui trabalhar no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda)/Incra, meu contato direto era Silvio Galdino de Carvalho Lima, pessoa de muita fé e extremamente religiosa. Quando viajávamos e passávamos os domingos fora, nós dois íamos à missa, onde quer que estivéssemos. Até quando fiz um curso nos Estados Unidos, ia à missa lá, conforme escrevi para Rucliu na época. Na carta, disse que tinha achado o ritual na igreja americana diferente, mas tinha sido muito bonito. Não tinha como deixar de fazer algo que aprendi ainda tão pequeno.

Minha esposa é bastante espiritualizada. Ela reza muito, lê com frequência e medita sempre que possível. Praticamente, todas as amigas dela são das paróquias que frequentamos. Sinto que a espiritualidade de Rucliu é algo impressionante: uma devoção, uma fé que supera, em muito, a minha.

Levados por esse espírito de fé e vivência com Silvio Galdino, formamos, em 1972, a equipe de Nossa Senhora. Reunimos seis casais para constituir a equipe de número 17 de Nossa Senhora do Pilar. Na época, além de maridos e esposas, participavam 17 filhos e filhas. Lembro-me das nossas reuniões. Nossa filha, Márcia, era pequena e sempre ficava brincando com os amiguinhos. Cada casa que recebia o grupo parecia uma verdadeira creche. Tenho muitas fotos daquela época. Foram momentos de alegria, confraternização e muita fé. Hoje, aqueles seis casais possuem 23 netos. Passaram-se 45 anos e continuamos firmes e sempre nos reunindo. Durante 30 anos, nosso grupo foi orientado por um padre. Depois, nós mesmos demos continuidade a essas reuniões, mas como um grupo fraterno, que cultivava uma amizade de tantos anos. Agora, nossos filhos e netos relacionam-se entre si. Em nosso grupo de casais, um dos maridos faleceu. Mesmo assim, sua esposa continua participando ativamente das nossas reuniões todo mês. Esses encontros sempre acontecem, em forma de rodízio, em uma das casas.

Por meio da fé e da oração, construímos esse tesouro chamado amizade e foi graças a esse vínculo que consegui construir, em parceria com o amigo da equipe de Nossa Senhora, Antônio Gavazoni, uma casa em Guaratuba. Juntos, compramos um terreno e a construímos. Nela, vimos nossos filhos crescerem. Já faz mais de 35 anos que a temos. Ela foi construída e dividida ao meio, ou seja, as partes são independentes. Antes, íamos para a praia quase todos os fins de semana. Num deles, viajávamos com o nosso carro; no outro, com o carro do Antônio. Com amizades tão verdadeiras, vários de nosso grupo viraram nossos compadres. Creio que os filhos dos membros de nossa equipe já estão todos formados e seguem suas vidas familiares com devoção a Deus. Pelo menos, foi a semente que plantamos.

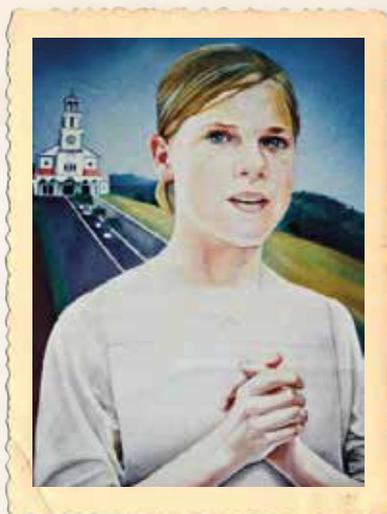
Também participei de um cursinho de homens em Curitiba. Depois, Rucliu participou de um evento direcionado a mulheres. Muitos dos casais da equipe também estiveram presen-

tes. Ainda, participamos do Curso Intensivo de Vivência Cristã (CIVC). Fomos da primeira turma; em seguida, encaminhamos outros membros da equipe, que participaram das outras edições. Até hoje, Antônio Gavazoni é um dos coordenadores desse importante movimento, que não tem nenhum vínculo com a Igreja. Por um bom período, eu e Rucliu ajudamos como voluntários na cozinha do evento. Certo dia, quando estávamos em uma missa, pegaram-nos de surpresa. Depois de nos chamar à frente, o padre disse que éramos um dos primeiros casais a participar, em Curitiba, do CIVC, que completava 40 anos de existência.

Para surpresa de todos, nós já tínhamos mais de 40 anos de casados naquela época. Outro fato que marcou muito nossas vidas – e pareceu ser uma graça recebida –, eu consegui registrá-lo em uma fotografia. Eu e Rucliu estávamos visitando Roma e fomos até a corda para ver o papa João Paulo II passar em seu carro. Eu fotografei bem o momento em que o papa tocou a mão de Rucliu, que ficou extremamente emocionada. Eu também e ainda muito feliz por ter conseguido registrar aquele momento sagrado.

Toda essa devoção a Deus vem de berço. Meus pais faziam questão de contar a história de Albertina Berkenbrock, que foi beatificada por seus inúmeros milagres. Ela ainda não é considerada santa pela Igreja, mas o processo para isso está em andamento. Meu pai contava a história dela. Em casa, tínhamos a revista *O Cruzeiro* com uma reportagem sobre o trágico assassinato dela quando criança. Meu pai, na época do crime, até ajudou a prender o assassino. Ela era sobrinha das minhas duas avós, tanto materna quanto paterna. Então, fiz questão de ir com Rucliu à beatificação de Albertina em Tubarão (SC). Havia mais de 20 mil pessoas na ocasião. Na oportunidade, conheci toda a família Berkenbrock de lá.

Na igreja construída, há uma sala de milagres, em que milhares de pessoas deixam sua devoção e agradecem por alguma graça recebida. Essa é a história de Albertina Brenkerbrock, minha prima distante. Na realidade, uma das minhas avós era irmã da mãe do pai de Albertina, por isso nosso parentesco. Por ocasião da beatificação, a família dela (cinco irmãos) ofereceu um almoço para nós, em data tão significativa. Esse parentesco com uma pessoa que já foi beatificada fortalece ainda mais a minha fé em Deus e em Nossa Senhora do Rosário.



Beata Albertina Berkenbrock era parente da minha avó por parte de mãe



No dia 23 de novembro de 1972, eu fiz meu primeiro cursilho



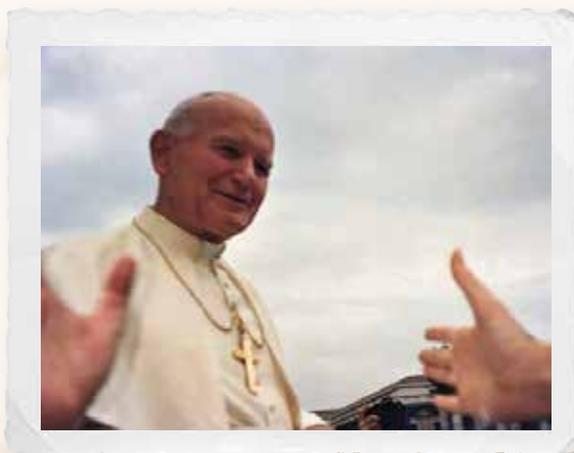
Cursilho de mulheres de que Rucliu participou, em fevereiro de 1973



Eu e Rucliu participamos do primeiro CIVC – Curso Intensivo Vivencial de Casais, em Curitiba, em maio de 1976



Durante visita ao Vaticano, em Roma, conseguimos ficar bem próximos do papa João Paulo II



Fotografei bem o momento em que o papa João Paulo II, hoje Santo Papa João Paulo, tocou a mão de Rucliu



Desde 1972, foram vários os encontros com os amigos e amigas de fé da equipe de Nossa Senhora. As fotos a seguir comprovam esse importante elo de convivência familiar, que se transferiu aos filhos



Momento também para que os maridos e esposas colocassem a conversa em dia



Foram muitos os encontros realizados ao longo de todos esses anos



Brindando por mais um ano de amizade e fraternidade



Evidente que não poderia faltar também o delicioso churrasco para animar esses encontros



Nossos filhos reunidos durante os encontros da nossa Equipe de Nossa Senhora. Amizades que perduram até hoje



Roteiro religioso pela Europa. Em Assis, Itália no Mosteiro de São Francisco



Praça de São Marcos, Veneza, Itália



Basílica do Sagrado Coração, em francês, *Basilique du Sacré-Cœur*, em Paris

CAPÍTULO 8

INÍCIO DE ATIVIDADES NO INDA/INCRA

Lembro-me como se fosse hoje. Eu precisava de ajuda para me manter em Curitiba estudando, mas não podia pedir aos meus pais. Naquela época, meu pai havia vendido sua primeira colheita de café para um intermediário, cerealista da cidade, que, infelizmente, não pagou. Logo depois, no ano de 1967, veio a pior notícia: em Santa Isabel do Ivaí, meu pai havia perdido toda a sua plantação de café, em decorrência de uma forte geada, momento difícil para a minha família. Até necessidade passou! Por isso, eu não podia contar com meus pais de maneira alguma, como também não podia ajudá-los. Diante daquela situação bastante crítica, eu saí em busca de um novo trabalho, um emprego que me permitisse estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Era o ano de 1968. Eu estava no terceiro ano de Agronomia na UFPR e minhas economias da época do emprego na Kibon estavam acabando. Então, falaram-me do Inda, que funcionava apenas meio expediente. Talvez, fosse uma oportunidade de trabalho. Para minha sorte, estavam selecionando pessoal para trabalhar como organizadores comunitários. Fiz o teste com a Dona Ceres Rocha Loures, esposa do doutor Alceu Pacheco. O casal, mais tarde, tornou-se meu grande amigo. Dona Ceres era responsável pela seleção. Então, pediu para eu escrever uma carta, dirigida ao coordenador Silvio Galdino, solicitando emprego. Fiz a carta e fui aprovado e enquadrado como organizador comunitário. Mais tarde, Dona Ceres e doutor Alceu foram nossos orientadores na equipe de Nossa Senhora do Pilar, um grupo de famílias católicas.

No Inda, iniciei minhas atividades no dia 1º de março de 1968. Eu fazia apostilas, conhecidas como mensários, sob a coordenação do professor Albino Gawlak, que, na época, era quem organizava as apostilas para as professoras leigas do primeiro ao quarto ano primário. Os mensários eram produzidos em mimeógrafo. Eu datilografava e desenhava os estênceis. Depois de prontos, eram enviados às escolas do interior e aos núcleos de assentamento do Inda. Acredito que, em um período bem curto, bati mais de mil páginas de estêncil.



Sob a coordenação do professor Albino Gawlak, iniciei minhas atividades auxiliando na produção de apostilas. Tinha que datilografar centenas de estênceis diariamente



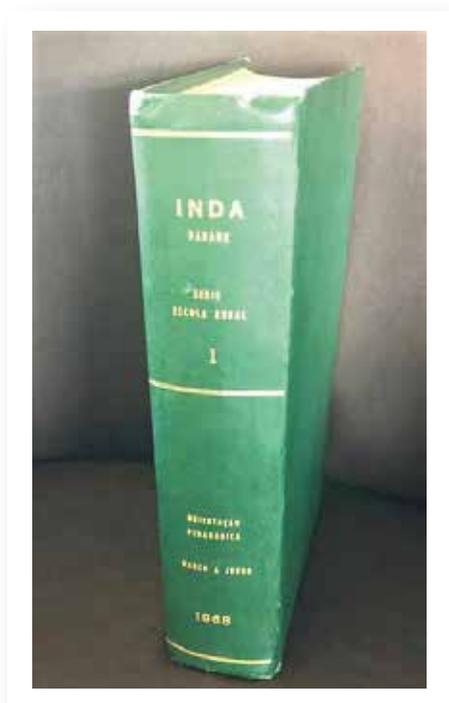
Capa de uma das edições do *Inda Cooperativo*, que mais tarde foi inspiração, por sugestão de Silvio Galdino, para a criação do jornal *Paraná Cooperativo da Ocepar*



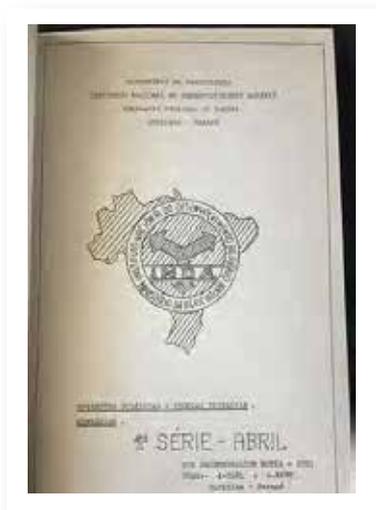
Minha primeira carteira profissional do *Inda*

Em seguida, fui designado como primeiro redator responsável pelo *Inda Cooperativo*, primeiro veículo de comunicação dirigido às cooperativas do Paraná, criado por sugestão de Silvio Galdino. Mais tarde, com a fundação do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), o *Inda Cooperativo* foi substituído pelo jornal *Paraná Cooperativo*, o qual existe até hoje, desde junho de 1972. Atualmente, está no formato de revista e informe digital, sendo editado pelos profissionais da Comunicação Social do Sistema Ocepar. A sugestão do nome do primeiro informativo da Ocepar partiu do próprio Silvio Galdino e foi adotado por determinação do primeiro presidente, Guntolf van Kaick.

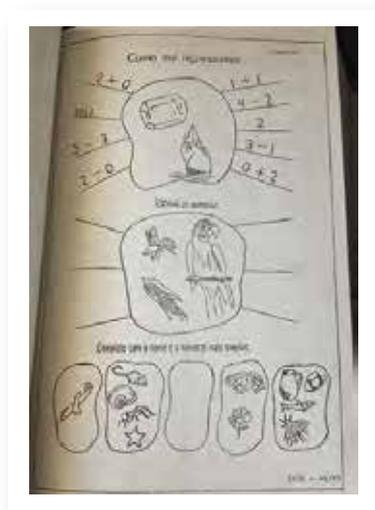
Redigir o *Inda Cooperativo* era minha missão e me dedicava muito a ela, especialmente na qualidade das informações que veiculávamos. Lembro que, numa de suas edições especiais, de agosto de 1969, o enfoque principal foi destacar o excelente trabalho que vinha sendo realizado na distante região Noroeste do estado, mais precisamente na cidade de Nova Londrina, onde a Cooperativa Agrícola Nova Londrina Ltda. (Copagra) teve como lideranças Olivier Grendene e Leonardo Spadini, primeiro geren-



Era um dos responsáveis em 1968, por uma publicação pedagógica da série do Inda Escola Rural



Material todo era datilografado e mimeografado para poder enviar para escolas rurais do Paraná



Além de datilografar nos estêncil eu ainda fazia os desenhos das publicações

te da cooperativa, no ano de 1963. Na edição, com o título *A história de um exemplo*, contamos em forma de reportagem todo o trabalho realizado pela cooperativa, que teve como primeiro presidente Fioravante José Montagner.

Segue um trecho que escrevemos nessa edição especial, uma espécie de editorial:

Quando homens se irmanam imbuídos do espírito da cooperação mútua e, dentro dos princípios fundamentais da doutrina cooperativista, os resultados sociais e econômicos obtidos são imensuráveis pela grandeza que encerram. Nós, do setor do Cooperativismo e Extensão Rural do Inda, que há muito vimos lutando pelo engrandecimento do cooperativismo paranaense, não poderíamos deixar de homenagear o feito de um punhado de valerosos cooperativistas. Sabemos que, em nosso estado, existem valores incógnitos de norte a sul, de leste a oeste, que também merecem todo nosso respeito e simpatia, pelo que vêm realizando em benefício de nossas cooperativas. Felizmente, temos a certeza de que os verdadeiros cooperativistas compreendem que não estamos somente ressaltando os feitos de uns e menosprezando outros e, sim, procurando, com a história da Copagra, mostrar a todos aqueles que leem o nosso Inda Cooperativo o que se pode conseguir por meio do cooperativismo.



Grupo de técnicos do Inda (agrônomos e veterinários) durante a realização do pré-serviço. Sou o primeiro do lado direito da foto



No desempenho de minhas atividades no Inda/Inkra em Curitiba, provavelmente com foco naquilo que mais aprendi na minha vida: cooperativismo

Ainda como estudante, fiz o pré-serviço interno no Inda e, também, na Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa). Foquei-me no módulo sobre cooperativismo. Acredito que tenha sido o primeiro curso sobre cooperativismo no Paraná, ministrado pelos professores do Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), Paulo Godoy e Maria Henriqueta, grandes conhecedores da filosofia cooperativista. Entre os participantes, estavam o atual presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa (Coamo), José Aroldo Gallassini, e José Cella, que foi vice-presidente da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná (Cocap), com quem trabalhei mais tarde.

Pela minha dedicação, fui convidado, logo em seguida, a ingressar no setor de Cooperativismo, Sindicalismo e Extensão Rural, o qual era chefiado por Vitoldo Rodolfo Paul. Nos primeiros meses de trabalho, aprendi muito nas diversas atividades exercidas. Aproximadamente três meses depois de eu ingressar no setor, Paul veio a falecer. Ele ainda era novo, mas teve complicações em decorrência de problemas respiratórios. Com sua morte, Silvio Galdino convidou-me para assumir a chefia daquele setor. Comecei imediatamente. Lembro-me de que estava muito empolgado com o novo desafio, havia todo um oceano para navegar e levar a filosofia do cooperativismo a todo o Paraná. Galdino não se cansava de dizer que era possível mudar uma realidade de desenvolvimento agrário por meio do cooperativismo. Este era um

instrumento eficaz e eficiente para que as pessoas e as localidades pudessem crescer e se desenvolver. Era uma convicção muito forte e que envolvia todos nós do Inda. Galdino era uma pessoa que, no meu entender, vivia o cooperativismo 24 horas por dia.

Outra referência importante no Inda era o alemão, naturalizado americano, Henry H. Gerber, que assessorava a área de cooperativismo. Ele tinha facilidade de identificar novas lideranças, além de falar fluentemente alemão, o que ajudava na comunicação com as comunidades de imigrantes, em especial. Nas suas falas, enfatizava que primeiramente as cooperativas tinham que se preocupar com a construção de armazéns. Lembro uma frase sua: “As cooperativas têm que ter, nos municípios do Paraná, tanto armazéns quanto igrejas, só assim serão fortes”. Numa segunda fase, dizia que as cooperativas deveriam investir em agroindústria. Esses ensinamentos ecoaram na cabeça das lideranças e assim foi realizado. O trabalho ainda era muito incipiente, nem tínhamos ideia de quantas cooperativas havia no Paraná naquela época.

Quem também muito me ensinou sobre cooperativismo foi Eolo Brambilla Pinto, funcionário do Inda que adorava discutir sobre legislação cooperativista. Conheci-o em 1969, quando eu era responsável pelo setor de Cooperativismo, Sindicalismo e Extensão Rural do Inda. Brambilla era diretor do DAC, da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Realizamos muitos trabalhos em conjunto, principalmente nas cooperativas de consumo e escolar. Ele era um apaixonado por legislação, sabia tudo na ponta da língua. Nossos laços de amizade se fortaleceram quando Silvio Galdino resolveu trazê-lo para trabalhar no Inda conosco. Ele ajudou a formar a equipe de fiscalização das cooperativas, sempre com o espírito de orientar, em vez de exercer o poder de polícia. Confesso que uma das piores notícias que recebi na vida foi quando chegou o comunicado de que ele havia sofrido um acidente e perdido a vida. Fui o primeiro a saber, pois ele guardava em sua carteira meu telefone e a Polícia Rodoviária de Guarapuava me comunicou o ocorrido. Coube a mim a complicada tarefa de contar para a família tal tragédia, um momento difícil e triste que sempre me recordo, pois, pela primeira vez, senti a dor de perder um amigo tão próximo. Fui ao seu sepultamento na cidade de Morretes e pude testemunhar quantos amigos ele tinha. Um grande homem que muito me ensinou.

CAPÍTULO 9

O VISIONÁRIO HENRY GERBER

O outro privilégio que tive na minha vida profissional foi ter conhecido o alemão, naturalizado americano, Henry Gerber, um homem muito inteligente, estrategista e visionário. Ele veio para o Brasil a convite do Inda/Incrá, por meio de um convênio com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture – Usda).

Lembro-me das primeiras viagens que fizemos para auxiliar na constituição de cooperativas na região Oeste do Paraná. Fomos para Cascavel, Palotina e Marechal Cândido Rondon. Na época, os produtores queriam uma cooperativa para produção de suínos. Gerber, com aquele seu sotaque característico e sem tirar o cachimbo da boca, dizia: “Esqueçam! Aqui, o futuro é soja e trigo. Pre-

cisam investir em grãos e construir armazéns”. Ele já antevia a necessidade de infraestrutura para que os produtores pudessem amenizar a política de preços mínimos dos produtos. “Construindo armazéns, o produtor pode estocar e vender quando quiser”, dizia. Segundo Gerber, suínos e aves poderiam vir em uma segunda etapa.

Sua experiência com cooperativas era rica! Ele já havia percorrido diversos países em apoio ao desenvolvimento da agricultura. Era um estudioso no assunto e pensava de forma lógica e correta.

Boa parte daquilo que Gerber falava, eu já tinha ouvido durante o curso de cooperativismo que havia realizado nos Estados Unidos. Lá, em termos tecnológicos na agricultura, estavam muito mais avançados do que aqui no Brasil, mas Gerber dizia que o potencial brasileiro para o desenvolvimento era muito grande. Ainda tenho guardadas comigo muitas cartas escritas por ele. Nelas, elogia meu esforço, referindo-se a mim como um “jovem interessado em aprender cada vez mais”.



Henry Gerber, um homem muito inteligente, estrategista e visionário

CAPÍTULO 10

COOPERATIVISMO AINDA ERA INCIPIENTE

Diante dessa falta de conhecimento, o primeiro trabalho, talvez mais consistente, foi o levantamento do número de cooperativas existentes no estado. Era algo que ninguém sabia com certeza, nem mesmo o pessoal do DAC/Seab. Começamos pegando todos os registros na Junta Comercial do Paraná (Jucepar). De cara, percebemos que era uma infinidade de cooperativas. Conseguimos uma verba de Cr\$ 40 mil para fazer o levantamento do número exato. O recurso foi conseguido pelo engenheiro agrônomo Rubens Suplicy Ferreira do Amaral, lapeano que, na época, era diretor do Inda. Eu coordenei o trabalho, com uma equipe de entrevistadores. Percorremos todo o Paraná

e, nas mãos, levávamos a relação com o nome das cooperativas. Infelizmente, encontramos poucas em funcionamento; a maioria só existia no papel ou, então, não cumpria sua verdadeira função. Por exemplo, no litoral paranaense, a Junta Comercial tinha registrado mais de dez cooperativas fundadas. Lembro que passei quase uma semana procurando por elas e nada! No último dia da pesquisa, um pescador disse para mim: “Aqui, tem uma cooperativa, sim! A cooperativa do Seu Tomé”. O tal Seu Tomé havia recebido uns barcos para fundar a cooperativa. Na verdade, ele tinha se apropriado dos barcos e os utilizava para abastecer sua peixaria de mercadorias. Não existiam cooperados, apenas pessoas contratadas por ele para trabalhar. O que existia não era, nem de longe, uma imagem de cooperativa. Era, sim, um negócio particular, uma empresa mercantil com um só dono: Seu Tomé.

No levantamento, o que mais chamou atenção foi que a grande maioria das cooperativas tinha sido registrada nos anos de eleições municipais. Portanto, apenas com fins políticos.



O TAL SEU TOMÉ HAVIA RECEBIDO UNS BARCOS
PARA FUNDAR A COOPERATIVA. NA VERDADE,
ELE TINHA SE APROPRIADO DOS BARCOS E OS
UTILIZAVA PARA ABASTECER SUA PEIXARIA DE
MERCADORIAS. NÃO EXISTIAM COOPERADOS,
APENAS PESSOAS CONTRATADAS POR ELE PARA
TRABALHAR. O QUE EXISTIA NÃO ERA, NEM DE
LONGE, UMA IMAGEM DE COOPERATIVA. ERA,
SIM, UM NEGÓCIO PARTICULAR, UMA EMPRESA
MERCANTIL COM UM SÓ DONO: SEU TOMÉ..





Reunião realizada em Cornélio Procópio com lideranças e técnicos sobre o planejamento do Norcoop

Após viajarmos por todo o estado, elaboramos o primeiro documento oficial sobre cooperativismo. Em 1970, concluímos a Sinopse do Cooperativismo no Paraná. Acredito que a Ocepar ainda tenha o documento. Nele, Silvio Galdino, com o dom da escrita que Deus lhe conferiu, conseguiu resumir o trabalho em uma brilhante apresentação. Por isso, faço questão de deixá-la registrada neste livro, tamanha a profundidade da sua visão sobre aquele momento, bem como sobre o futuro que estava reservado para o cooperativismo paranaense.

SINOPSE DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ – 1970

Apresentação

Embora contando com algumas cooperativas antigas, o cooperativismo do Paraná, como MOVIMENTO, é incipientíssimo. Estamos no início da fase em que se procura formar uma só força poderosa, em âmbito estadual, para proteger os legítimos interesses do povo, que, produzindo, servindo ou consumindo como pessoas isoladas, tem, entretanto, interesses comuns no campo socioeconômico.

Com sete milhões de habitantes, o Paraná é hoje uma potência dentro do Brasil, na sua capacidade de produzir, consumir e prestar serviços. A riqueza gerada pela grande massa do povo, especialmente na agricultura, num esforço individual e desarticulado, serve mais aos interesses especulativos do comércio intermediário do que ao próprio povo que a gera, daí a importância do cooperativismo como MOVIMENTO considerado em âmbito estadual, aglutinando esse poderio em benefício do povo. É necessário, entretanto, que esse movimento atinja a maior quantidade de cidadãos economicamente ativos e que haja o maior grau possível de conscientização dos princípios fundamentais do MOVIMENTO COOPERATIVISTA.

Para desencadear e dinamizar esse processo, é necessário acionar diversos dispositivos de apoio, um deles, sem dúvida, a informação estatística. Foi com essa visão que decidimos fazer o levantamento das cooperativas existentes no estado, procurando quantificar os valores de cada uma para, no tempo, acompanhar a evolução por meio de atualizações anuais.

Foram, então, visitadas todas as cooperativas por

funcionários do Incra para preenchimento no local dos formulários que deram origem a esta publicação. A coleta dos dados terminou no fim de 1969, sendo as tabulações e análises feitas nos primeiros meses de 1970.

As Cooperativas Escolares não foram visitadas, uma a uma, por contarmos com dados suficientemente atualizados pelo Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC), da Secretaria da Agricultura.

As Cooperativas de Habitação e as de Crédito não constam deste trabalho por estarem fora da jurisdição do Incra.

*Engenheiro Agrônomo Silvio Galdino de Carvalho Lima
Coordenador Regional do Incra no Paraná
Curitiba, 1970.*

Logo após a divulgação desta sinopse, desencadeou-se um processo de constituição de muitas cooperativas. Começamos pela ideia de constituição; em seguida, veio o Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC), em que houve uma grande integração das cooperativas das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, no caso, com o Incra e não mais com o Inda, uma vez que houve sua fusão com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), originando o Incra, que também ficou responsável pelo cooperativismo brasileiro. Então, começamos um trabalho integrado com a Acarpa e o DAC, com o objetivo de desenvolver estratégias. Nossas primeiras ações foram por meio do PIC.

Na época de implantação do projeto, fiquei cerca de 30 dias viajando pelo Oeste do Paraná. Ministrava palestras sobre orientação e constituição de cooperativas para os agricultores interessados. Dessas palestras, nasceram algumas sociedades, como a Cooperativa Agroindustrial Copagril (Copagril), fundada em Marechal Cândido Rondon (PR) no dia 9 de agosto de 1970, e a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel), que foi criada em Cascavel (PR) no dia 15 de dezembro de 1970. Em seguida, vieram outros importantes projetos, como o Projeto Norte de Cooperativismo (Norcoop) e o Projeto Sul de Cooperativismo (Sulcoop). Com Silvio Galdino, participei ativamente de todas as fases de planejamento, discussão e execução junto às lideranças regionais. A cada seis meses, organizávamos um seminário sobre os projetos do PIC e outros que estavam em andamento.

Os seminários aconteceram durante três anos. Eram iniciativas inovadoras e despertavam o interesse nacional. Com isso, fui convidado a realizar palestras em Brasília (DF), com o intuito de mostrar, de forma mais detalhada, como os projetos funcionavam e quais eram os seus resultados. Eles acabaram servindo de exemplo para outras regiões brasileiras. Foi uma grande satisfação para toda a equipe de trabalho do Inda/Incra.



Foto de uma das várias reuniões realizadas com meu chefe, Silvio Galdino, e Henry Gerber na sede do Inda em Curitiba. Na ocasião traçando estratégias para o Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC, em 1970



Reunião com técnicos do Inda, Acarpa, DAC e cooperativas em Dois Vizinhos para debater o Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC



Reunião sobre o Norcoop realizada em 1974, em Campo Mourão, com a presença do presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, ao centro, grande incentivador do projeto



Segundo seminário sobre o Norcoop, realizado na cidade de Cornélio Procópio



O CONVÊNIO SÓ FOI POSSÍVEL GRAÇAS AO APOIO DO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO,
RUBENS SUPLYCY FERREIRA DO AMARAL, LAPEANO E QUE MUITO REALIZOU
PELO COOPERATIVISMO E PELA AGRICULTURA PARANAENSE.



Na época, havia a União das Cooperativas do Estado do Paraná (Ucepar), fundada na década de 1960 e que funcionava no escritório do advogado David Thiessen. Ela foi extinta com a criação da Ocepar, em abril de 1971. O trabalho junto às cooperativas possibilitou-me conhecer pessoas que, sem dúvida alguma, se tornaram meus grandes amigos. É o caso de Keimp van der Meer, diretor da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. (CCLPL), com sede em Carambeí (PR) e responsável pelos produtos da marca Batavo. Um fato que poucos sabem é que Keimp foi um dos primeiros paranaenses a compor o Conselho Fiscal da OCB, assim que ela foi constituída, sendo presidida pelo pai de Roberto Rodrigues, o líder cooperativista Antônio José Rodrigues Filho. Na época, Keimp também presidia a Ucepar. Considero-o um dos grandes líderes que o cooperativismo paranaense teve. Pude desfrutar dessa amizade por muitos anos.

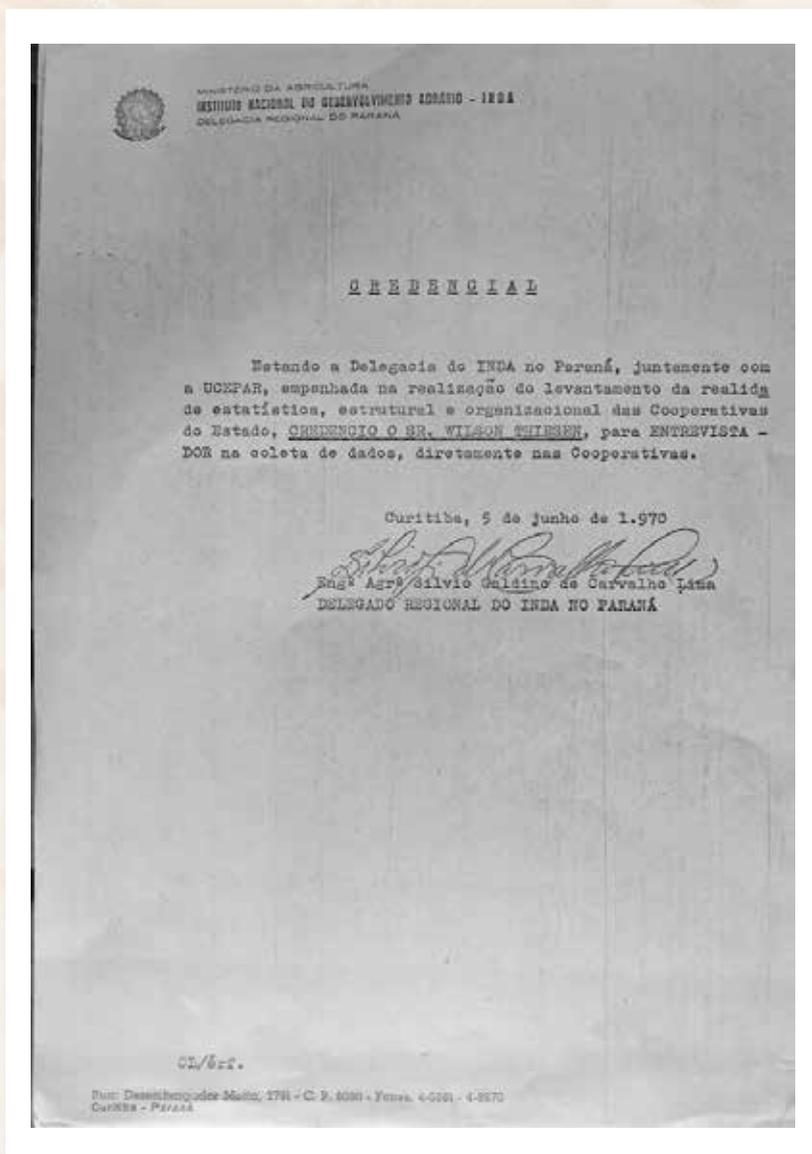
Meu primeiro contato com ele foi quando presidia a Ucepar e formalizamos um convênio para viabilizar o primeiro levantamento sobre as cooperativas existentes no Paraná. Tive o privilégio de coordenar todo esse trabalho, que utilizou repasse de recursos do Inda, no valor de Cr\$ 40 mil. O convênio só foi possível graças ao apoio do diretor do Departamento de Desenvolvimento do Cooperativismo, Rubens Suplicy Ferreira do Amaral, lapeano e que muito realizou pelo cooperativismo e pela agricultura paranaense. Foi ele um dos que apoiaram a ideia de constituição do Núcleo Leiteiro da Lapa. Muitas foram as visitas que realizei à CCLPL, com sede no então distrito de Castro, Carambeí. Todas as vezes em que lá fomos, o diretor, Keimp van der Meer, fazia questão de nos receber. Nessas oportunidades, aproveitava para discutir com ele sobre o futuro da produção leiteira no estado. Era um profundo conhecedor do setor lácteo no Brasil e no mundo.



Os engenheiro agrônômos, Carlos Rodolfo Vasconcelos Kruger, Silvio Tedéo, Ênio Marques Ferreira, eu (Thiesen), Silvio Galdino e Guntolf van Kaick



O diretor do Departamento de Desenvolvimento do Cooperativismo e engenheiro agrônomo, Rubens Suplicy Ferreira do Amaral, foi quem liberou os recursos para que pudesse realizar o primeiro levantamento sobre o cooperativismo no Paraná



Carta credencial assinada pelo delegado regional do Inda no Paraná, me autorizando a visitar as cooperativas e realizar o levantamento em junho de 1970

Com ele, visitei, na década de 1970, cooperativas do Norte do Paraná – Cooperativas de Laticínios de Cornélio Procópio, Londrina (Cativa), Mandaguari (Colari) e Maringá (Colmar) – para viabilizar a ideia de constituição de uma central com indústria de leite em pó com integração das cooperativas do Centro-Sul. Keimp defendia a necessidade dessa indústria para absorver o excedente e, assim, dar estabilidade ao preço para toda a cadeia produtiva. Na época, não foi possível realizar esse sonho. Anos depois, conseguimos reunir 30 cooperativas do estado, inclusive algumas que não atuavam com leite, num processo de intercooperação e elas constituíram a Confederação das Cooperativas Agropecuárias do Paraná (Confepar), a qual tive a honra de ser um dos fundadores e administrar, na companhia do amigo José Otaviano Ribeiro e outras lideranças.

Com Keimp, posso dizer que aprendi muitas lições sobre intercooperação, mecanismo, segundo ele, necessário para a sobrevivência das cooperativas. Ele defendia a integração do setor não só nos campos econômico e social, mas também no político. Keimp foi diretor da Ocepar e um dos fundadores da OCB, em que ocupou cargo no conselho da primeira diretoria.



Keimp van der Meer, um amigo e grande cooperativista paranaense



Em companhia da minha esposa e Sra. Zélia, esposa de Savino Folloni, funcionário do Incra, visitamos a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLPL), em Carambeí, e fomos recebidos por Keimp van der Meer



Evento de confraternização após a constituição da Ocepar, no dia 2 de abril de 1971

Após uma radiografia bem detalhada do cooperativismo no Paraná, identificamos que havia uma grande deficiência de assistência técnica aos produtores cooperados. Criamos, então, a Integração de Serviços de Assistência Técnica (Isate), que viabilizou a contratação dos primeiros profissionais de agronomia de cooperativas. A iniciativa facilitou muito os trabalhos; por meio dela, os custos para manutenção dos profissionais, no primeiro ano, puderam ser bancados integralmente pelo Inda. No segundo ano, os gastos com aqueles profissionais foram divididos, meio a meio, entre o Inda e as cooperativas. No terceiro ano, a cooperativa assumiu 100% dos custos.

Na época, o Inda disponibilizou dois médicos veterinários do seu quadro para que atuassem diretamente nas cooperativas. O profissional Adilson Daros atendia à Cooperativa dos Ruralistas de Ponta Grossa e Gilson Esper atuava na Colari. O médico veterinário Leopoldo Pietrowski também foi contratado por meio de convênio com o Sindicato Rural Patronal de Marechal Cândido Rondon, visando a apoiar a constituição da Copagril. Posteriormente, ele foi eleito presidente da mesma cooperativa.

Outros dois colegas da turma de Agronomia da UFPR também iniciaram suas atividades no setor cooperativista: Vítor Monastier na Batavo (atual Frísia), em Carambeí, e José Rafael Azambuja na Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras Ltda. (Cotrefal), em Medianeira (PR), atual Cooperativa Agroindustrial Lar. Sem dúvida, foram alguns dos primeiros técnicos que atuaram no setor cooperativista paranaense. Hoje, para a nossa satisfação, já são mais de 1.800 profissionais, dos quais 1.100 são engenheiros agrônomos, que prestam assistência técnica às 70 cooperativas agropecuárias filiadas à Ocepar. Em decorrência de todo o trabalho iniciado, surgiram várias lideranças cooperativistas. Assim, muitos dos líderes passaram a ocupar cargos de presidente, diretor e conselheiro das principais cooperativas agropecuárias do Paraná.



APÓS UMA RADIOGRAFIA BEM DETALHADA DO COOPERATIVISMO
NO PARANÁ, IDENTIFICAMOS QUE HAVIA UMA GRANDE DEFICIÊNCIA
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES COOPERADOS.





Evento realizado, da década de 1970, em Brasília, no Hotel Nacional a convite do governo federal para apresentar as autoridades o Projeto Iguazu de Cooperativismo que foi adotado como modelo para o Brasil

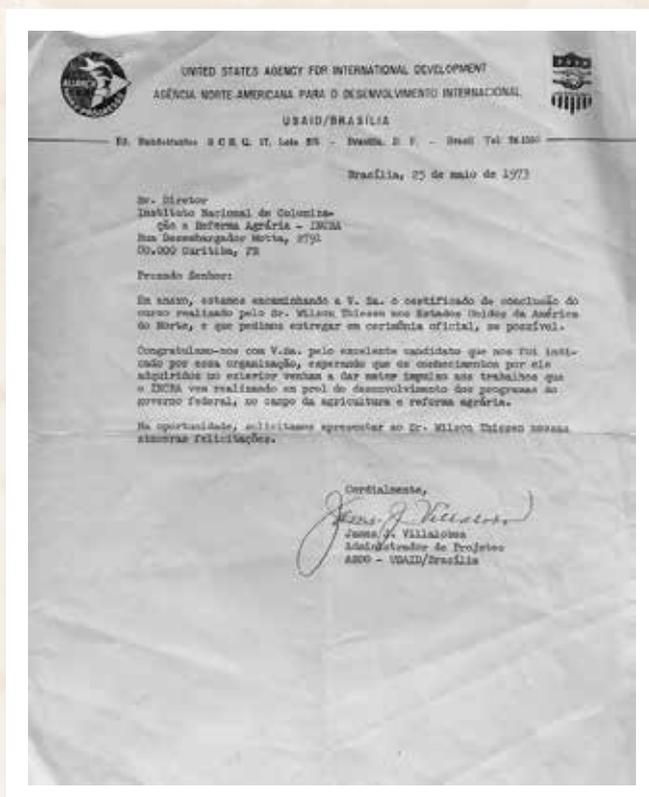
No início da década de 1970, fui selecionado para fazer um curso sobre cooperativismo nos Estados Unidos, por meio da Agência Americana para Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – Usaid). O curso foi realizado, especificamente, de junho a agosto de 1972, no Centro de Treinamento em Cooperativismo, que funcionava na Universidade de Wisconsin-Madison, localizada na cidade de Madison, no estado americano de Wisconsin. Nosso grupo era formado por cinco brasileiros e um tailandês. Na ocasião, pudemos visitar diversas cooperativas, em vários estados. Foi uma experiência muito interessante! Na minha volta ao Brasil, trouxe na bagagem muitas informações importantes, que foram implementadas conforme as necessidades das cooperativas do Paraná. Lembro-me muito bem de que, na minha volta dos Estados Unidos, após três meses de muito estudo, eu tinha muito que dividir com os colegas daqui. Procurava passar informações detalhadas sobre como as cooperativas americanas atuavam. Ao mesmo tempo, sugeria o que poderia ser implementado na nossa realidade. Muitas daquelas propostas fazem parte da realidade atual do nosso cooperativismo, mas, naquela época, eram encaradas

como utópicas. Alguns colegas até brincavam, dizendo que eu tinha ido fazer curso nos Estados Unidos e voltado “mentiroso”. Com toda tranquilidade, eu posso afirmar que, hoje, as cooperativas do Paraná servem de modelo para as americanas. Afirmo, sem medo de errar!

Na minha primeira experiência no exterior, a maior dificuldade foi administrar a saudade da esposa e da filha, que tinha apenas dois anos de idade. Naquele tempo, não era como hoje, em que basta entrar na internet, ver e conversar com os familiares em qualquer parte do mundo. No início dos anos 1970, o sistema de comunicação mais ágil era o telefone, mas sua utilização era muita cara! Então, eu me comunicava com Rucliu por meio de cartas. Escrevi várias! Nelas, relatava o que estava aprendendo e a importância de aperfeiçoar conhecimentos sobre o cooperativismo.



Momento em que recebi meu certificado de conclusão do curso em cooperativismo nos Estados Unidos



Correspondência enviada pela agência americana ao Incra com elogios ao meu desempenho no curso realizado



Foram vários dias de estudos aprofundados em cooperativismo e troca de experiências



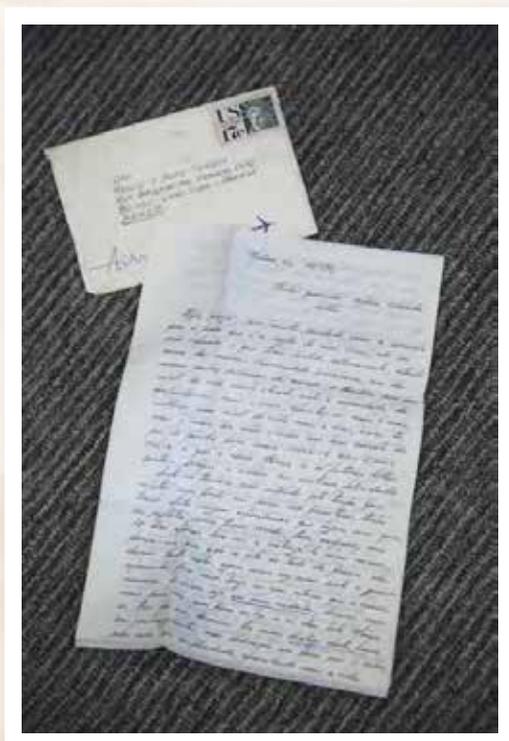
*Alunos, professores e diretores da escola nos Estados Unidos.
Estou no fundo, à direita, de camisa branca*



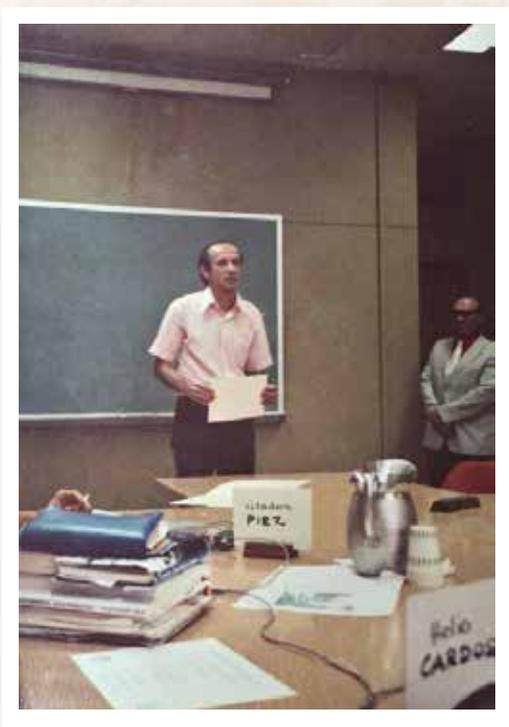
*No lado esquerdo da foto, sentado, eu (Thiesen)
com os demais estudantes, de várias nacionalidades*



Fomos notícia de primeira página. Na época, no jornal local, Aurora, no estado de Nebraska



O meio mais barato para se comunicar com a família era por cartas



No dia em que recebemos nossos certificados de conclusão de curso nos Estados Unidos



Na frente do hotel para estudantes universitário onde fiquei hospedado durante o curso



Durante uma visita a uma cooperativa americana



Certificado de conclusão do curso de extensão em agricultura e cooperativismo na Universidade de Wisconsin-Madison, nos Estados Unidos



Certificado da Agência Internacional de Desenvolvimento - Usaid

O primeiro curso em cooperativismo do qual participei foi no Brasil. Ele foi realizado de 20 a 31 de outubro de 1969. O atual presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, também participou. Na época, Gallassini era técnico da Acarpa, atual Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Em 1964, com o Estatuto da Terra, foram criados, por meio da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Ibra e o Inda. No ano de 1970, o Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, criou o Incra, que acabou absorvendo as atribuições daquelas entidades. Na época, fui nomeado assistente geral da Delegacia do Incra no Paraná, acumulando a função de chefe do Departamento de Cooperativismo. Assumi a responsabilidade de coordenar as despesas da Delegacia Regional no Paraná. Posteriormente, galghei o cargo de coordenador substituto. O trabalho que eu desempenhava no Inda também era focado na extensão rural. Por isso, muita gente achava que eu era funcionário da Acarpa; era o chefe do Departamento de Cooperativismo, Sindicalismo e Extensão Rural.

Nosso relacionamento com os profissionais da Acarpa era muito bom e nossa integração, bastante proativa. Soubemos até

que, em Brasília (DF), havia certa crítica ao nosso trabalho no Paraná. A reclamação era porque dávamos mais atenção ao cooperativismo do que à questão fundiária. Sabíamos que estávamos investindo em estruturas sólidas e que elas seriam um balizador da própria distribuição de riquezas para toda a sociedade. Nosso chefe, Silvio Galdino, sempre dizia que a reforma agrária não era colocar mais gente no campo, mas, sim, manter o que já existia. O cooperativismo era uma alternativa de sustentabilidade, viabilizando a atividade dos atuais produtores rurais. No Paraná, nosso trabalho foi mais de regularização fundiária do que de assentamento, ou seja, era mais uma questão de concessão de títulos de posse do que de assentamentos; não havia essa necessidade, até mesmo por conta da estratificação territorial do nosso estado. A maior parte das terras das regiões Oeste e Sudoeste foi regularizada por meio do trabalho do Incra. Tive a oportunidade de participar de várias solenidades de entrega dos títulos de terra naquelas regiões do Paraná.

Também participei do Projeto Ocoí, desenvolvido no município de São Miguel do Iguazu (PR). Como objetivo principal, visava a transferir os produtores que estavam no Parque Estadual do Iguazu para a Gleba Ocoí, como era chamada. Diversas vezes, eu mesmo fui até o assentamento Ocoí para conversar com os colonos. Lá, foram demarcadas as áreas, abertas estradas e feita toda a infraestrutura necessária. A única pessoa que tinha permissão dos próprios colonos para entrar no Parque do Iguazu era Paulo Gustavo Sommer, também do Incra. O que facilitou muito essa aproximação foi o fato de ele conversar em alemão. Enfim, todos acabaram sendo transferidos de forma ordeira e pacífica.



NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1971, O GOVERNO PROMULGOU
A LEI Nº 5.764, QUE DISCIPLINA ATÉ HOJE O COOPERATIVISMO NO PAÍS.

NO ANO SEGUINTE, DE 10 A 12 DE JANEIRO, NA COMPANHIA DO
EXTENSIONISTA DA ACARPA JOSÉ CELLA, PARTICIPEI DE UM
CURSO NO CENTRO DE TREINAMENTO DO INCRA, EM CAMPINAS (SP),
EM QUE ESTUDEI A NOVA LEI DO COOPERATIVISMO.





Despedida do amigo Silvio Galdino do Incra

A administração central queria que nós fundássemos uma cooperativa de assentamento dos colonos, mas fomos contrários a essa ideia, pois já havia cooperativas estruturadas na região. Orientamos, então, que elas instalassem novos entrepostos nessas localidades, como foi o caso da Cooperativa Cotrefal, em Medianeira. Hoje, com certeza, muitos daqueles produtores e seus descendentes são cooperados da Lar.

Outro projeto de que participamos diretamente foi o assentamento do Núcleo Leiteiro da Lapa, próximo a Curitiba. Com a saída de Galdino, que pediu sua exoneração do cargo para assumir a Associação de Orientação de Cooperativas do Estado do Paraná (Assocep), fiquei à frente da coordenação geral do Incra no estado.

No dia 16 de dezembro de 1971, o governo promulgou a Lei nº 5.764, que disciplina até hoje o cooperativismo no país. No ano seguinte, de 10 a 12 de janeiro, na companhia do extensionista da Acarpa José Cella, participei de um curso no centro de treinamento do Incra, em Campinas (SP), em que estudei a nova Lei do Cooperativismo. No retorno de Campinas, organizamos e realizamos seis seminários regionais para sua divulgação. Além de coordenar esses encontros, fui o palestrante. Foram mais viagens pelo Paraná.



Certificado de conclusão de estudos sobre o Plano Diretor da Agropecuária no Paraná, em novembro de 1972

Nós tínhamos duas equipes que fiscalizavam as cooperativas, compostas por três profissionais. Fazíamos os roteiros de viagem e, na volta, eles precisavam apresentar um amplo relatório. Na época, todas as cooperativas do Paraná estavam sob a tutela do governo, que atuava por meio do Incra. As autorizações de funcionamento, assim como as intervenções, eram da alçada do instituto, o qual atuava com base em suas investigações. Havia alguns problemas, porém, em sua maioria, ocorriam mais por desconhecimento em cumprir o próprio estatuto do que por desvios. Todos os fiscais eram muito bem preparados para, em primeiro plano, aconselhar os dirigentes sobre os problemas; afinal, exerciam uma função mais de orientação do que policial. Nos casos mais graves, eu ia com Galdino e fazia a reunião com os dirigentes. Lembro-me apenas de um caso em que ele aconselhou o presidente de uma cooperativa a renunciar para que os cooperados indicassem um sucessor. Os casos de desvios e dificuldades financeiras deviam ser levados e discutidos em Assembleia Geral para uma possível solução. A realidade daquela época não era como a atual, em que existem auditorias de balanços, contabilidade, tesouraria e vários outros setores. Para mim, esse trabalho inicial foi muito importante na formação de um grupo

de lideranças preparadas para a direção de cooperativas. Muitas delas, que ainda estão aí, receberam nossas orientações.

Nossa grande vantagem era ter à frente do Incra uma pessoa com o conhecimento e o bom senso de Silvio Galdino. Em sua vida, ele nunca falou “eu fiz”; sempre usava: “nós fizemos”. Volta e meia, ele reunia a equipe para saber o que cada um estava fazendo. Assim, todos os funcionários tomavam conhecimento do que acontecia. Com o passar do tempo, a visão e a forma de gestão mudaram. O governo defendia a intervenção direta nas cooperativas com indícios de problema, uma situação que me preocupava. Afinal, não era assim que trabalhávamos aqui no Paraná. Em outros estados, foram realizadas várias intervenções em cooperativas, o que sempre foi a causa de insucessos. No Paraná, nunca adotamos uma postura intervencionista.

Em dezembro de 1974, Aroldo José Moletta assumiu a coordenação do Incra; fiquei apenas como responsável pelo cooperativismo. O novo coordenador seguia as ordens superiores; assim, decidiu intervir em uma cooperativa. Como eu não concordava com essa forma de administrar, pedi demissão no dia 20 de janeiro de 1975.

Os sete anos que servi o Inda/Incra, sem sombra de dúvidas, foram de constante busca de soluções para o cooperativismo, que vivia sérias dificuldades naquela época. Foi um tempo de muito aprendizado e de fortalecimento de amizades. Muitas delas, carregou-as até hoje. Foi um trabalho bastante intenso, marcado por compromissos fora da capital, especialmente no interior. Foram muitas reuniões, seminários, debates, palestras e cursos. Para mim, o Inda/Incra foi uma grande universidade. Lá, aprendi as primeiras e importantes lições sobre cooperativismo. Participei de inúmeras assembleias de cooperativas, em muitas delas, como presidente *ad hoc*, indicado pelos próprios cooperados. Lembro-me de que alguns desses eventos foram traumáticos. Foi



Nossa grande vantagem era ter à frente do Incra uma
pessoa com o conhecimento e o bom senso de Silvio Galdino.



o caso de uma assembleia realizada na Cooperativa de Carnes de Ponta Grossa; na ocasião, os cooperados fizeram a reunião na sala de matança de bois. Na Cooperativa de Cafeicultores de Ibiporã, assim como na Cooperativa de Cotonicultores de Jataizinho, algumas reuniões foram marcadas por muita tensão; eram discussões e debates muito acalorados devido à realidade dessas cooperativas, que estavam em situação irreversível, algumas até foram levadas à liquidação, pois eram insolventes.

Entre as amizades iniciadas naquela época, destaco a que mantive com Silvio Galdino, que dura até hoje. Em abril de 2017, após 42 anos de minha saída do Inda/Inkra, visitei com ele, novamente, algumas cooperativas paranaenses que ajudamos a fundar. Durante uma semana, entre os dias 24 e 28 de abril de 2017, participamos de uma viagem organizada pela Ocepar. Fomos recebidos pelos presidentes e membros da diretoria das cooperativas: Lar e Frimesa Cooperativa Central, em Medianeira; C.Vale Cooperativa Agroindustrial, em Palotina; Copagrill, em Marechal Cândido Rondon; Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copa-col), em Cafelândia; Coamo, em Campo Mourão; e Frísia Cooperativa Agroindustrial e Cooperativa Paranaense de Turismo (Cooptur), em Carambeí. Tanto para mim quanto para Galdino, que estava completando 90 anos de idade, foi um inesquecível presente.



*Durante viagem à fronteira com o Paraguai.
Marco da Ponte da Amizade, que une os dois países*



Silvio Galdino, eu, José Cella, Nelson Trombetta, Carlos Rodolfo Vasconcelos Kruger e na frente Ênio Marques Ferreira



Abertura da estrada do Núcleo de Colonização Marquês de Abrantes, em Tunas do Paraná



Visita que fiz na companhia de Silvio Galdino na Copacol



Visita à Coamo sendo, recebidos pelo diretor secretário, Ricardo Calderari, e pelo presidente, José Aroldon Gallassini



Em Medianeira, visitamos a Lar, antiga Cotrefal



Visita à diretoria da Frimesa, em Medianeira



Visita à Carambei, na sede da Frisia, ex-Batavo



Passagem por Marechal Cândido Rondon, na sede da Copagril



Visita ao Sistema Ocepar, com Silvio Galdino e Tadeu Duda

CAPÍTULO 11

PASSAGENS RÁPIDAS PELA ASSOCEP E OCEPAR

Depois que pedi demissão do Inda/In-cra, tive uma passagem muito rápida pela Assocep, de 3 de fevereiro a 16 de março de 1975. Nesse curto período, quando o diretor da entidade era Silvio Galdino, auxiliiei na seleção de técnicos para que fossem treinados em Curitiba. Também participei da adequação do estatuto dessa entidade não governamental, que funcionava paralelamente à Ocepar.

A Assocep foi constituída com base em um modelo alemão, defendido pela Fundação Friedrich Naumann. O objetivo era oferecer apoio, formação, treinamento e auditoria às cooperativas paranaenses. Quanto às auditorias, a entidade funcionava como um órgão de orientação para que as cooperativas pudessem corrigir seus rumos nos negócios em

que atuavam. Quando estávamos no Inda/Incra, já defendíamos um processo autogestionável, em que as cooperativas pudessem caminhar com as próprias pernas.

Os treinamentos realizados pela associação serviram de base para a melhoria do quadro de funcionários das cooperativas. O primeiro curso de *trainee* para gerentes de cooperativas foi de nível superior. Eu fui contratado para apoiar a iniciativa, revisando as formas de atuação da Assocep. Na ocasião, tive oportunidade de ministrar algumas aulas sobre cooperativismo a esses profissionais.

Depois que deixei a Assocep, assumi o cargo de diretor executivo da Ocepar, no dia 17 de março de 1975, um dia depois de ter deixado a associação, por convite do então presidente, Guntolf van Kaick. Além de assumir diversos compromissos formais de representação e gestão interna, fiquei responsável, com o gerente do setor administrativo, Tadeu Duda, pela reforma da nova sede, recém-adquirida, no bairro Centro Cívico, em Curitiba, onde atualmente funciona a sede da Ocepar.

Lembro-me de que a indicação do terreno em que a sede foi construída foi uma sugestão do então diretor da Comissão de Compra do Trigo Nacional (Ctrin), Eloi Gomes. Segundo ele, pela importância das cooperativas, a Ocepar deveria ter sua sede próximo aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



Curso ministrado para as cooperativas por meio da Assocep

Foi uma correria até tudo ficar pronto para a inauguração, que aconteceu no dia 5 de julho de 1975, bem no Dia Internacional do Cooperativismo! A cerimônia contou com a presença do governador, Jaime Canet Júnior, do então ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, do presidente da OCB, Antônio José Rodrigues Filho, do pai do ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, e muitas outras autoridades. Lembro que, para ajudar a secar o reboco e a pintura interna, deixávamos as luzes acesas à noite. No fim, deu tudo certo e a inauguração foi um sucesso, um fato importante para a época, para a história da Ocepar e para as lideranças cooperativistas.

Durante minha passagem pela entidade, iniciaram-se as tratativas de constituição do Departamento de Pesquisa. Lembro-me de que fui a Londrina conversar com os engenheiros agrônomos Wilson Pan e Francisco Teresawa, os primeiros técnicos contratados como funcionários de pesquisa.

Foi uma rápida permanência na Ocepar. Deixei a organização no dia 31 de julho de 1975, para assumir outro desafio em minha vida.

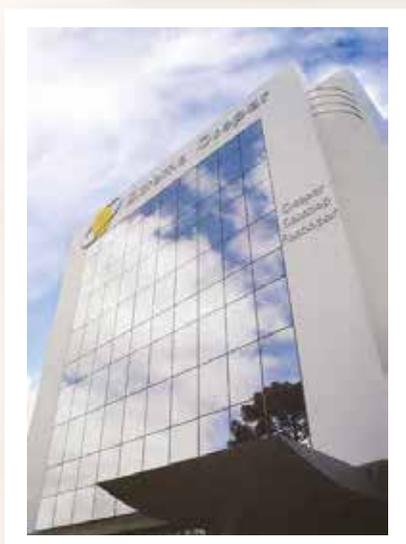


Sede da Ocepar e da Assocep na rua Buenos Aires, em Curitiba



Governador Jaime Canet, ministro da Agricultura, Alysso Paolinelli, Guntolf van Kaick, primeiro presidente da Ocepar. Atrás aparecem o presidente da OCB, Antônio Rodrigues Filho e de óculos, senador Roberto Wypych

Tadeu Duda, primeiro funcionário da Ocepar, com a Ata de Constituição que redigiu na fundação da entidade. Fomos colegas de trabalho no Inda/Inkra também



Imponente sede própria do Sistema Ocepar hoje, no coração da capital paranaense: Centro Cívico

CAPÍTULO 12

COCAP, O NOVO DESAFIO

No primeiro dia do mês de agosto de 1975, fui contratado para atuar junto à Cocap. Recebi o convite do seu vice-presidente, José Cella, e do presidente, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior. Na época, a Cocap iniciava seus trabalhos, tendo sido fundada em dezembro de 1974, em decorrência dos estudos realizados pelo PIC, do qual participei de forma direta pelo Inda/Inkra. Fui contratado com a missão de organizar um Departamento de Compras em comum para as mais de 20 cooperativas singulares filiadas. Buscava-se ter um maior poder de negociação com um grande volume de compras; concentrar as aquisições para poder ter um preço diferenciado pelo volume adquirido é um dos preceitos básicos que regem o cooperativismo.

A Cocap foi muito bem-sucedida na iniciativa e, mais tarde, acabou servindo de modelo para o cooperativismo. O sucesso foi tanto que ocorreu um processo de intercooperação de compras conjuntas entre a Cocap, a Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais Ltda. (Coopersul), de Ponta Grossa, a Cooperativa Agrícola de Cotia (Cotia), de Londrina, e a Cooperativa Central Regional Iguaçu (Cotriguaçu), de Cascavel. Destacava-se o poder de compra e de negociação das cooperativas para aquisição de insumos, fertilizantes, herbicidas e demais produtos. Atuávamos em conjunto com os profissionais de assistência técnica dessas cooperativas para orientar os produtores sobre os benefícios de um pacote tecnológico que atendesse às necessidades de cada região. Periodicamente, realizávamos reuniões com os técnicos para conhecer as demandas de produtos. O volume era enorme! De forma pioneira, houve um considerável custo-benefício para o setor cooperativista.

Posteriormente, também passamos a comprar sementes. Creio que o Departamento de Compras foi o que mais trouxe receita para a Cocap. Apenas do Rio Grande do Sul, no primeiro ano, compramos mais de 500 mil sacas de soja para plantio – em 1975, o Paraná dependia da aquisição de sementes de soja de variedades precoces daquele estado. Para evitar a dependência de sementes da soja gaúcha, a Cocap decidiu investir na armazenagem sementeira no município de Mariópolis (PR). Assim, firmou um convênio com uma cooperativa local, a Cooperativa Agrícola Mista São Cristovão (Camisc), uma vez que a região Sudoeste é propícia para a produção de sementes de soja de variedade precoce.

Visando a diminuir os custos dos insumos para as cooperativas filiadas, iniciamos a compra de sal comum do Rio Grande do Norte, que, mais tarde, passou a ser ensacado no porto de Paranaguá. Com o mesmo objetivo, importávamos ureia a granel. Nos quatro anos em que atuei na Cocap, foram muitas as importações.

Firmamos um convênio com a Escola Superior de Agricultura (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), para capacitar nossos técnicos no setor de sementes. Além de buscar preços mais acessíveis aos produtores, visávamos à inserção de novas tecnologias no campo. Nossa visão ia além do aspecto econômico; nos



NENHUMA OUTRA COOPERATIVA CONSEGUIU REALIZAR O QUE
A COCAP FEZ EM UM PERÍODO LONGO DE COMPRAS CONJUNTAS.
ELA TAMBÉM CONTAVA COM UMA EQUIPE EXCELENTE DE TÉCNICOS,
DISPONIBILIZADOS NAS COOPERATIVAS, QUE SEMPRE NOS
DERAM A SEGURANÇA DE QUE ESTÁVAMOS NO CAMINHO CERTO.



esforçávamos para prestar um serviço realmente eficiente aos cooperados. Volta e meia, fazíamos reuniões com os pesquisadores do Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar) para analisar as tendências que eles apontavam.

Nenhuma outra cooperativa conseguiu realizar o que a Cocap fez em um período longo de compras conjuntas. Ela também contava com uma equipe excelente de técnicos, disponibilizados nas cooperativas, que sempre nos deram a segurança de que estávamos no caminho certo.

Em 1975, quando a agricultura do Paraná foi castigada por uma das mais terríveis geadas registradas na história, os danos foram imensos, principalmente, para a produção de sementes de trigo. Tivemos a iniciativa de importar sementes do México e dos Estados Unidos, pois já tínhamos indicação técnica pelo trabalho de pesquisa realizado pela Ocepar. Os pesquisadores informaram que as sementes, originárias dos dois países da América do Norte, geravam plantas de porte baixo e poderiam ser plantadas no Paraná com um excelente índice de produtividade, benefício que, mais tarde, foi comprovado na prática.

Então, fui aos Estados Unidos e depois ao México, com o assessoramento de John Gibler, da Ocepar. Lá, negociamos a compra de 15.100 toneladas de sementes de trigo, por um valor aproximado de US\$ 5 milhões, das variedades Inea, Anahuac, Cocoraque, entre outras, todas provenientes de pesquisas desenvolvidas pelo Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (Cimmyt), por meio do trabalho do cientista Norman Borlaug, conhecido como o pai da revolução verde na agricultura. Em 1970, Borlaug havia conquistado o Nobel da Paz por

suas inovações agrícolas e por desenvolver plantações de alta produtividade para combater a fome nos países em desenvolvimento. As variedades de trigo adquiridas na América do Norte serviram, posteriormente, para as pesquisas realizadas no Paraná, especialmente pela Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Coodetec).

Os índices de produtividade que atingimos se deveram a diversos fatores, como o plantio direto, a escolha de boas sementes, a pesquisa de novas variedades e, também, ações como as da Cocap, objetivando conseguir um melhor preço para os insumos básicos, o que possibilitou ao produtor investir mais em tecnologia.

Algumas empresas fornecedoras tentaram acabar com a compra centralizada da Cocap. Por meio de ações pontuais, elas passaram a atuar no mercado e reduzir, temporariamente, os preços, porém nós persistimos e continuamos com o suporte disponibilizado pelas cooperativas e seus técnicos. Tenho orgulho de olhar para a realidade atual e concluir que nossas cooperativas foram as precursoras de todos esses avanços.

Em decorrência do trabalho sério que desenvolvi para a Cocap, com excelentes resultados, principalmente no campo da produção de sementes, fui eleito presidente da Associação Paranaenses dos Produtores de Sementes do Paraná (Apasem).

CAPÍTULO 13

APASEM, EXPERIÊNCIA NO SETOR SEMENTEIRO

Ao longo da minha vida profissional, seja como agrônomo, seja atuando nas diversas entidades pelas quais passei, aprimorei minha *expertise* no setor sementeiro. Antes de assumir como presidente da Apasem, atuei como gerente de compras da Cocap, que era filiada à associação sementeira. Nessa época, a central cooperativa tinha uma produção de sementes em Mariópolis, Sudoeste do Paraná, em que vários especialistas vindos de outras entidades, como o Iapar, passaram a desenvolver pesquisa na produção de sementes para as cooperativas filiadas.

Acredito que minha atuação na Cocap me credenciou para assumir a Presidência da Apasem, no dia 31 de março de 1979, com vários colegas de agronomia, que atuaram

na diretoria da associação. Substituí no cargo Gualter Barcellos Gonçalves, com o objetivo de consolidar as modificações administrativas e estabelecer um plano de prestação de serviços aos associados, na promoção de vendas de produto paranaense tanto no mercado interno quanto em outros estados; afinal, sempre fomos um dos principais centros brasileiros na produção de sementes de boa *performance*, devido à sua qualidade. Exerci a função apenas por um ano e alguns meses. Depois, fui nomeado para a função de delegado federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no Paraná e, conseqüentemente, não podia exercer outra função pública. Lembro-me de que, na época, tivemos grande apoio de Eloi Gomes para a aquisição da sede da Apasem. Ele era da Ctrin, órgão criado pelo Banco do Brasil, em 1962, para comercializar o trigo brasileiro.

Durante o curto período em que estive à frente da entidade, entre março e agosto de 1979, procuramos diversificar a atividade de produção de sementes, especialmente as de feijão, uma vez que não existiam sementes selecionadas e fiscalizadas. Na época, muitos ainda utilizavam a própria produção para replantar. Considero que o trabalho executado pela Apasem ao longo de sua história, de organizar o setor sementeiro no estado, contribuiu, de forma direta, para o desenvolvimento da nossa agricultura, não só no auxílio à melhoria da qualidade das variedades utilizadas, mas também na fiscalização do uso de tecnologias adequadas ao nosso clima e solo, iniciativas realizadas sempre em parceria com produtores, cooperativas, entidades e pesquisa. É muito importante ter uma entidade que se preocupe com esse elo essencial da atividade agrícola no estado. Sempre foi uma luta combater a produção de sementes piratas, sem qualidade, e, até mesmo, a chegada de sementes não adequadas,



DURANTE O CURTO PERÍODO EM QUE ESTIVE À FRENTE DA ENTIDADE, ENTRE MARÇO E AGOSTO DE 1979, PROCURAMOS DIVERSIFICAR A ATIVIDADE DE PRODUÇÃO DE SEMENTES, ESPECIALMENTE AS DE FEIJÃO, UMA VEZ QUE NÃO EXISTIAM SEMENTES SELECIONADAS E FISCALIZADAS.



mas o trabalho desenvolvido tem dado resultados positivos no sentido de melhorar, cada vez mais, não só a produção, mas também o cultivo. O principal beneficiado é o consumidor, que passa a ter produtos de qualidade em sua mesa.

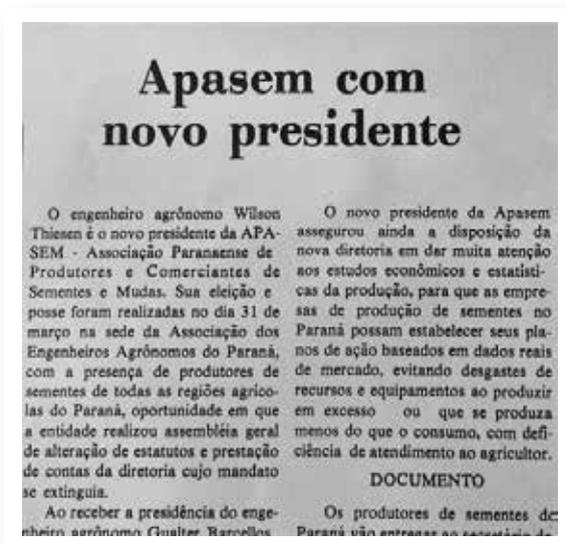
Mesmo tendo uma atuação curta como presidente, sempre fui ativo junto à Apasem por meio dos mais diversos cargos ocupados nesses anos todos. Com certeza, tenho orgulho de ter, no meu currículo, a experiência de ter ocupado sua Presidência e lá também ter deixado a minha marca.

Do curto período em que estive à frente da entidade, guardo, na lembrança e em recortes de jornais, a inauguração do Laboratório de Análise de Sementes da Apasem, situado em Toledo (PR), que contou com o envolvimento de mais de 150 produtores de sementes do Oeste do Paraná. Financiado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o laboratório foi inaugurado no dia 5 de maio de 1979. A cerimônia contou com a presença do prefeito da cidade, Duílio Genari, vereadores, secretários e alguns convidados especiais, entre eles: o diretor do Ctrin/Banco do Brasil, Rui Alfredo Cachoeira; o coordenador estadual da Comissão Estadual de Sementes e Mudas do Paraná (Cesm-PR), José Ricardo Boscardin; Edilberto Possamai, que representou a Secretaria da Agricultura; Harry Steidorf, que representou a Acarpa; Edmundo de Oliveira Barros, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEAPR); José Francisco Miguel Bairrão, da Ocepar; Luiz Tukiewicz e Jooski Takoaka, ambos do Iapar; e o ex-presidente da Apasem, Gualter Barcelos Gonçalves. Após a solenidade, foi servido o prato tradicional da cidade: porco no rolete.

Demos prosseguimento ao trabalho do presidente anterior, Gualter Barcelos Gonçalves, com a implantação dos Núcleos Regionais de Toledo, Londrina, Maringá, Cornélio Procópio e Ponta Grossa. Vale destacar que, na minha gestão, como em tantas outras, sempre contamos com o trabalho eficiente do diretor executivo da Apasem, Eugênio Bohatch, em cujas viagens ao interior organizou os núcleos. Ele sempre foi o braço direito de todos os presidentes que passaram pela Apasem nas quase quatro décadas em que trabalhou na entidade. Em abril de 2016, após 39 anos de serviços prestados, resolveu se aposentar.

Para demonstrar toda a minha gratidão, menciono, a seguir,

cada um dos meus pares de diretoria da Apasem no período em que a presidi. A todos, rendo os meus mais profundos agradecimentos; são eles: Sérgio Escorsin, que ficou no meu lugar quando deixei a Presidência para assumir como delegado do Mapa; Geraldo Rodrigues Fróes, Takeki Nishiyama, Ugo Ermínio Rodacki, Luiz Carlos Colturato, Ywao Miyamoto, Eduardo Massignan, Leocides Luiz Roso, Bisoginin, José Vieira, Antonio Leoncio, de Castro Oliveira, Valdir Isidoro Silveira, Elias José Zydek, Shiro Takakusa, Rudiger Boye, Gualter Barcellos Gonçalves, Maury Sade, Ruy Pigatto, Isamu Sanada e Décio Vergani.



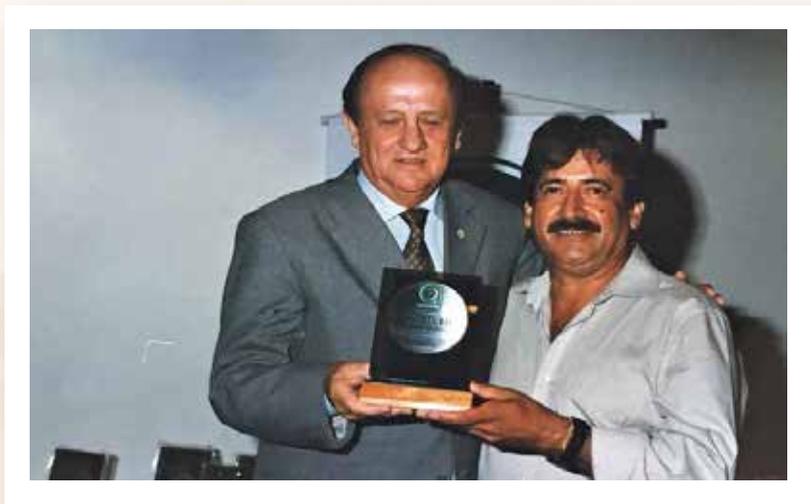
Recorte do jornal Paraná Cooperativo sobre a minha posse na entidade



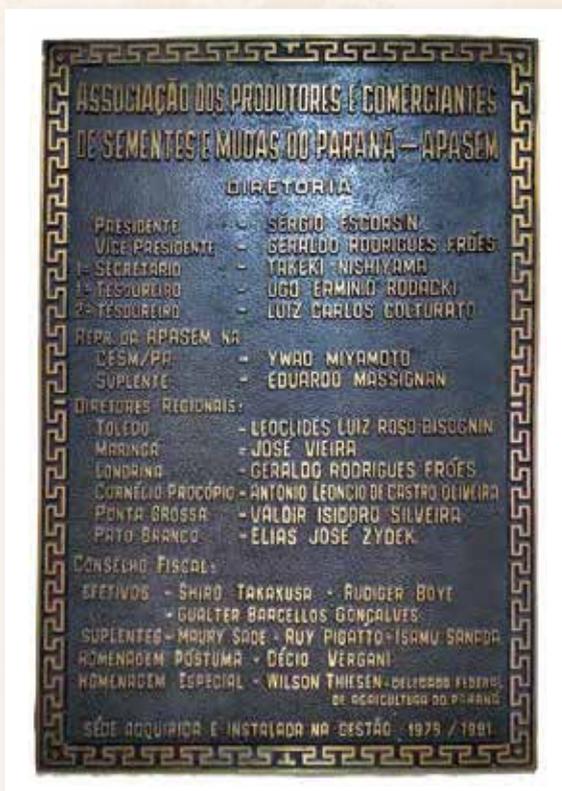
Solenidade de posse de Sérgio Escorsin, que assumiu a entidade, me substituindo



Foto minha na Galeria dos Presidentes



Fui um dos presidentes homenageados nos 30 anos da entidade



Placa comemorativa à sede própria da entidade, em Curitiba



Inauguração de moderno laboratório de análise de sementes da Apasem, em Toledo, foi destaque nos jornais

CAPÍTULO 14

DE VOLTA A UM CARGO PÚBLICO, AGORA NO MAPA

Quando saí do Inbra, em janeiro de 1975, não imaginava que, quatro anos depois, retornaria ao serviço público. Recebi um primeiro convite, mas não aceitei, porém, após o segundo convite para assumir a Delegacia do Mapa no Paraná, acabei aceitando por sugestão da própria diretoria da Cocap. Esta tinha receio de que o governo achasse que não estava querendo me liberar para ocupar o novo cargo. Assim, tive meu contrato de trabalho na Cocap suspenso em 27 de julho de 1979, assumindo, então, a função na Delegacia do ministério a pedido do governador, Ney Braga.

Confesso que fiquei em dúvida se aceitava a indicação. Na verdade, eu estava muito feliz com o trabalho no Departamento de Compras da Cocap; ele vinha crescendo e dando

resultados positivos. Além disso, ocupava o cargo de presidente da Apasem, onde estávamos implantando os Laboratórios de Análise de Sementes, ou seja, apesar do convite, preferia ficar naquelas duas funções. Minha nomeação foi assinada pelo então ministro da Agricultura, Antônio Delfim Neto, e pelo presidente da República, general João Batista Figueiredo. Na época, havia o *slogan*: “Plante que o João [Batista Figueiredo] garante”. A passagem do Delfim Neto pelo Mapa foi muito rápida (de 15 de março a 15 de agosto de 1979), período em que conseguimos trazê-lo para visitar os produtores de feijão nos municípios paranaenses de Quitandinha e Laranjeiras do Sul. Ele saiu para assumir a pasta do Ministério do Planejamento. Seu sucessor foi Ângelo Amaury Stábile, que ficou no cargo de 15 de agosto de 1979 a 1º de março de 1984.

Quando assumi a delegacia, havia 46 chefias e o órgão funcionava em quatro locais diferentes, o que dificultava o trabalho. Imediatamente, iniciei um trabalho para alugar um local onde pudesse concentrar todos os setores e, assim, otimizar os recursos do ministério. Na época, estava sendo inaugurado o Centro Empresarial Everest, na região central de Curitiba, onde conseguimos instalar a nova sede do órgão.

Acredito que minha passagem pelo Mapa deixou uma marca importante: a aproximação com o governo estadual, principalmente com a Seab, pasta ocupada pelo meu amigo pessoal, Reinhold Stephanes. O delegado que me antecedeu não fazia essa interface com os demais poderes, visando a conquistar mais recursos para o Paraná.

Uma ideia que tivemos, com o apoio de Stephanes, foi convidar colegas do ministério e da secretaria para jogar bola. Lembro que ele jogava de ponta direita; com sua altura, era difícil alcançá-lo. Outro que fazia parte do time era o Diretor-Geral da Seab, Eugênio Stefanelo. Ele corria demais! De um jeito lúdico, amigoso e divertido, integramos as equipes. Entre os vários profissionais do ministério e da secretaria, nasceu uma grande amizade, que permanece até hoje. Havíamos encontrado uma maneira de aproveitar a diversão para discutir assuntos de interesse; entre uma partida e outra, acabávamos viabilizando várias pautas que estavam paradas há tempos em ambos os setores. Na ocasião, vários convênios foram firmados, o que possibilitou o repasse

de recursos via ministério para o Paraná. O aumento de 853% dos recursos repassados dá uma ideia de quanto as partidas de futebol foram produtivas.

Estávamos em um período muito crítico para o Paraná, devido a dois fatores: peste suína africana e cancro cítrico, anomalias que demandavam muito trabalho e recursos. Em decorrência da integração entre os profissionais de campo do ministério e da secretaria, a ação conjunta, visando a combater as duas doenças, foi muito bem-sucedida. Com o esforço de toda a equipe, trouxemos o ministro, Amaury Stábile, a Curitiba. Na sede da delegacia, ele debateu sobre esses dois assuntos.

Na época, havia cerca de dois mil funcionários da Delegacia do Mapa no Paraná; cerca de 500 aposentaram-se e não foram repostos. Nesse cenário, criamos Unidades Regionais do Ministério da Agricultura (Urmas) nos vários municípios em que havia uma representação regional do ministério. Em alguns locais, não havia condições de trabalho.

Outra ação importante foi a regularização de todo o patrimônio que o ministério possuía. Foram anos de muito trabalho! Várias estruturas foram repassadas para o Iapar e os municípios paranaenses de Palmas, Irati, São José dos Pinhais e Guarapuava, onde havia uma grande reserva de araucárias. O local foi transformado em um parque, por meio de uma parceria com a prefeitura, então administrada por Nivaldo Kruger. Entre as ações realizadas, o Centro de Inseminação de Bovinos de Leite, em Castro (PR), foi repassado para a Castrolanda Cooperativa Agroindustrial por comodato; a Central de Inseminação de Suínos, em Francisco Beltrão (PR), foi repassada para a Cooperativa Central Sudcoop, atual Frimesa; também apoiamos a estruturação do Laboratório de Análise de Peste Suína Clássica e Aftosa, em Castro, e o trabalho realizado pela Apasem para a melhoria da produção de sementes.

Durante minha passagem, outro fato inusitado foi a constituição de um coral formado pelos funcionários. Além disso, na inauguração das instalações no Centro Empresarial Everest, solicitei que fosse rezada uma missa para abençoar nosso local de trabalho. A novidade foi muito bem recebida pelos funcionários. Com essas atitudes, saí de lá com grandes amigos, tanto que, na solenidade dos 150 anos do ministério, fui um dos homenageados.

Consegui realizar uma integração efetiva com os estados do Sul, especialmente no combate a fraudes em vinho, vinagre e contrabando de insumos e fertilizantes. Tentei o mesmo com São Paulo, mas não consegui; com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, éramos muito afinados. Eu ia visitá-los e os delegados daqueles dois estados vinham para o Paraná com frequência. Sempre trocávamos informações importantes para o bom andamento do processo de fiscalização, garantindo constante apoio à atividade agropecuária nos três estados.

Entre os inúmeros desafios à frente da Delegacia do Mapa, creio que o momento mais tenso foi em novembro de 1980, quando suinocultores da região Sul fecharam rodovias com barreiras para protestar, num movimento intitulado “Trabalho e Justiça”. A principal reivindicação era um preço mínimo para o quilo da carne suína. Na ocasião, o Exército mobilizou tropas de várias regiões do estado, inclusive veículos pesados do batalhão da capital, na tentativa de coibir o bloqueio das estradas, nas regiões Oeste e Sudoeste. Foi dado um prazo para a desmobilização das frentes. Negociamos com as lideranças e o próprio ministro da Agricultura, Amaury Stábile, veio a Curitiba; com ele nos reunimos, junto dos secretários da Agricultura do Paraná, Reinhold Stephanes, e de Santa Catarina, Glauco Olinger, para buscar uma saída e evitar o confronto. Depois de muita negociação e com o apoio de lideranças da Igreja nas regiões, os produtores aceitaram negociar uma saída para a questão. No dia 28 de novembro, após longa reunião na sede da Delegacia do Mapa, em Curitiba, que terminou de madrugada, entre representantes das lideranças e o ministro, foi anunciado o fim da paralisação, com o atendimento de todas as reivindicações apresentadas.

Como delegado do Mapa naqueles anos, construí um caminho de amizades e bons relacionamentos, especialmente em



OUTRA AÇÃO IMPORTANTE FOI A REGULARIZAÇÃO DE TODO O PATRIMÔNIO QUE O MINISTÉRIO POSSUÍA. FORAM ANOS DE MUITO TRABALHO! VÁRIAS ESTRUTURAS FORAM REPASSADAS PARA O IAPAR E OS MUNICÍPIOS PARANAENSES DE PALMAS, IRATI, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS E GUARAPUAVA, ONDE HAVIA UMA GRANDE RESERVA DE ARAUCÁRIAS.



Brasília (DF). Antes de deixar o ministério, convidei, mais uma vez, o ministro para conhecer o plantio direto na região de Ponta Grossa. Era uma verdadeira revolução verde que se iniciava no Paraná e, mais tarde, foi copiada no mundo todo. Um fato ocorrido durante sua visita marcou-me muito: na noite em que fomos recepcionados pelo amigo Frank Djiskstra em um jantar na sua casa, em Carambeí, recebi uma ligação informando que minha mãe havia falecido. Tive que deixar a delegação oficial da visita e, imediatamente, retornei a Curitiba. Em seguida, viajei a Guaratuba (PR), onde minha querida mãe residia. Foi um acontecimento muito triste e que me marcou profundamente.

Apenas mais tarde, descobri que minha indicação para o ministério havia sido realizada pelo então secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, que eu mal conhecia antes de assumir o cargo. O único contato que tivemos foi durante uma reunião, quando, como presidente da Apasem, eu me posicionei contrário aos interesses da Seab no que se referia ao setor de sementes. Na ocasião, bati de frente com o secretário e defendi as cooperativas e as empresas do setor. Na época, o estado do Paraná queria comprar todas as sementes de feijão, o que traria prejuízos ao setor. Eu era contrário a essa ideia. As cooperativas e os produtores já haviam assumido compromissos e não poderiam arcar com o possível prejuízo que essa iniciativa da Seab causaria. Depois desse impasse, o secretário e eu nos tornamos muito amigos. Na época em que ele foi ministro, eu estava na Presidência da OCB, em Brasília (DF). Juntos, participamos de diversas solenidades, audiências e reuniões. Eu não almejei o cargo de delegado do Mapa no Paraná; pelo contrário, até resisti a assumir aquela função! Mas acredito que a indicação se deveu ao trabalho que realizei no Inda/Inkra, na Cocap e na Apasem.

Quando eu estava completando quase três anos à frente da delegacia, lideranças cooperativas me procuraram e solicitaram que eu voltasse para o cooperativismo. Então, em julho de 1982, pedi demissão do cargo e assumi outro grande desafio na minha vida: ajudar na constituição da Confederação das Cooperativas Agropecuárias do Paraná (Confepar), atual Confepar Agroindustrial Cooperativa Central, que havia adquirido, em Londrina, a principal indústria de leite em pó. Na ocasião, assumi o cargo de vice-presidente.



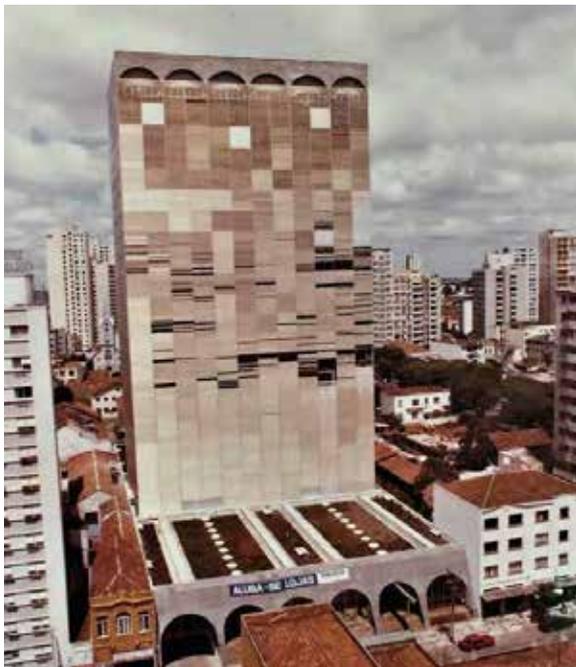
Carteira de identificação como novo delegado do Mapa, em 1981



No dia da minha posse no Mapa, momento em que o secretário da Agricultura do Paraná, Reinhold Stephanes, discursava aos presentes



Assinando o livro de posse como delegado do Mapa no Paraná



Edifício Everest, no centro de Curitiba, onde funcionou a Delegacia do Mapa no Paraná



Inauguração do escritório do Mapa em Maringá (Urma). Na foto, José Paulino Vieira Filho, prefeito de Maringá, eu, delegado do Mapa, segurando o microfone, Cléber Vieira Canabarro Lucas, delegado do Mapa no Rio Grande do Sul, e o veterinário Coutinho, que assumiu o escritório local



Durante evento realizado pela Associação Paranaenses dos Avicultores (Apavi) representando o Mapa. Do meu lado direito, o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná, José Daniel Vander Broocke Filho, à esquerda, Laércio Cardoso, presidente da Apavi e o deputado Airton Cordeiro



Evento realizado na sede da Acarpa (Emater), em Curitiba



Solenidade no Palácio Iguçu com o governador, Ney Braga, o secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, e o ministro da Agricultura, Amaury Stábile

Igrejas acolhem suinocultores



As igrejas se metem ao trabalho das igrejas para evitar as consequências imprevistas, os suinocultores do Estado do Paraná, impulsionados pela Polícia Civil da investigação de penalizações, saíram sempre nos acontecimentos das igrejas, receberam o apoio da Regional Sul da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com apoio a todos os igrejas que acolhem os produtores para que estes realizem suas atividades na comemoração do movimento "Trabalho e Fé". Os suinocultores distribuíram hoje os quatro mil prospectos em um país inteiro para as Igrejas de Agricultura, Igreja Evangélica, e todas as igrejas estaduais, na tentativa de solução para a paralisação dos atos, que totaliza o preço mínimo de Cr\$ 73,00 para a unidade de carne seca.

Diante da proposta feita pelo governo para o aumento do movimento em reunião na cidade de Francisco Beltrão, estes decidiram transferir as bases de trabalho para as igrejas e continuar o movimento. O Estado, que mobiliza tropas de várias áreas (inclusive enviando veículos pesados) ao 20º Batalhão de Infantaria Blindada, de Curitiba, para obter o apoio das igrejas, tem um prazo de mobilização das tropas de cerca de 17 horas.

A proposta apresentada pelo governo estadual é a seguinte: por quanto tempo redução da preço do LCM de Cr\$ 48,00 para Cr\$ 42,00 durante o mês de...

(92)

Am Curitiba, o ministro encaminha uma reunião de emergência.

...em a comissão de negociação dos suinocultores, gestões feitas ao governo federal no sentido de elevação do preço mínimo de Cr\$ 48,00 para Cr\$ 56,00. As propostas serão discutidas hoje, mas os produtores afirmam que nenhuma delas significa um reconhecimento aos riscos de não ser atendido.

O presidente da Associação dos Suinocultores de Maringá, Deon Duller Rigon, concorda com a criação de medidas a serem tomadas em dez dias (10 dias de vida), como fivela de produção, fivela Maringá, e fivela regional e estimado em 100 mil cabeças em 4,5 milhões de Paraná. Rigon considera que o governo a se elevarem a realidade dos produtores e condições ideais para os produtores.

...se elevarem a realidade dos produtores e condições ideais para os produtores. Desta forma, calcula-se o aumento de produção de 4,5 para 10 milhões de cabeças.

PREÇO MÍNIMO PARA O FEIJO

APICARÁ — O ministro de Agricultura, Amaury Stabile, encaminha uma comissão de produção de feijão no prazo de seis meses, com o objetivo de elevar o preço mínimo de Cr\$ 23,000 por saco. A um produtor de feijão, na média de produtividade entre 800 e 900 quilos por hectare, dá ordem de Cr\$ 13.600,00 por hectare.

...os produtores de feijão em Curitiba, em Curitiba de...

...os produtores de feijão em Curitiba, em Curitiba de...

REUNIÃO DE EMERGENCIA

O ministro Amaury Stabile chegou a Curitiba ontem à tarde, trouxe uma comissão de emergência,...

Jornal O Estado do Paraná sobre a greve dos suinocultores no Paraná

Suinocultores aceitam acordo



As chegar na Delegacia da Agricultura, Stabile e cercado pela imprensa.

Todos os reivindicações trazidas da região Oeste e Suldeste, do Estado do Paraná na tarde de ontem, foram aceitas pelo ministro de Agricultura, Amaury Stabile, em uma primeira reunião que manteve com representantes dos frigoríficos, liderança do setor e autoridades do governo paranaense, castelhana, para o fechamento.

O acordo assinado pôs fim a toda movimentação desarticulada nos três Estados, que teve a duração de quatro dias, quando ameaçava transformar-se em um sério conflito, entre os suinocultores que bloqueavam as estradas e os militares que foram empregados de emergência.

As concessões do governo foram as seguintes: — os frigoríficos receberão um prêmio de Cr\$ 35,00...

...o qual de outro vive possivelmente — foram privilegiados os produtores das atividades de fracionamento e investimentos para produção e melhor suinocultores pelo período de 90 dias, concedido os contratos com produtores em novembro, dezembro e janeiro de 1971, — promover a venda de mil cabeças de carne processada e suinocultores, situações e compensações — organizar e definir uma campanha nacional de estímulo ao consumo de carne suína e distribuição, apoiar as ações visando a redução dos custos das exportações de carne suína, — oferecer ao setor oportunistas da EPR e AGR, — estimular os investimentos com as atividades do setor, com a finalidade de estimular a atividade de suinocultura.

Matéria sobre o acordo firmado com os suinocultores. Na foto, o ministro Amaury Stabile acompanhado por mim, na saída da Delegacia do Mapa

Negociação acaba com greve dos suinocultores

Os suinocultores do Estado pararam a produção de carne suína em virtude da proposta de congelamento do Estado, e, em seguida, realizaram assembleias nas cidades. O movimento termina a noite, após reunião com o ministro Amaury Stabile, em Curitiba, quando foram atendidas algumas das reivindicações dos produtores. Uma delegação se reuniu na manhã de 12/11 na sede da

Associação de produtores de carne suína, para a reunião com o ministro. A reunião foi realizada na sede da Associação de produtores de carne suína, em Curitiba, e contou com a presença de representantes de produtores de carne suína, entre os quais o ministro Amaury Stabile, em Curitiba, quando foram atendidas algumas das reivindicações dos produtores. Uma delegação se reuniu na manhã de 12/11 na sede da

Associação de produtores de carne suína, para a reunião com o ministro. A reunião foi realizada na sede da Associação de produtores de carne suína, em Curitiba, e contou com a presença de representantes de produtores de carne suína, entre os quais o ministro Amaury Stabile, em Curitiba, quando foram atendidas algumas das reivindicações dos produtores. Uma delegação se reuniu na manhã de 12/11 na sede da

Associação de produtores de carne suína, para a reunião com o ministro. A reunião foi realizada na sede da Associação de produtores de carne suína, em Curitiba, e contou com a presença de representantes de produtores de carne suína, entre os quais o ministro Amaury Stabile, em Curitiba, quando foram atendidas algumas das reivindicações dos produtores. Uma delegação se reuniu na manhã de 12/11 na sede da



Página 6.

Matéria sobre reunião realizada na sede da Delegacia do Mapa, em Curitiba, com a presença de lideranças da paralisação, do ministro da Agricultura, Amaury Stabile, do secretário da Agricultura, Reinhold Stephanes, e parlamentares estaduais



Prestigiando jantar de confraternização da Apavi, em Curitiba



Ouvindo reivindicações dos veterinários sobre fiscalização sanitária



Discursando por ocasião da inauguração da Galeria dos delegados do Mapa no Paraná



Funcionários do ministério em Curitiba



Inauguração da minha foto na galeria dos ex-delegados



Com familiares e amigos, durante a solenidade de inauguração da galeria

CAPÍTULO 15

CONFEPAR, RUMO AO SETOR LEITEIRO

Inciei minhas atividades na Confepar, que era constituída por 30 cooperativas. Na primeira diretoria eleita, o presidente era o saudoso amigo José Otaviano de Oliveira Ribeiro, que administrava a parte industrial; eu era vice-presidente executivo, responsável pelo funcionamento da sede em Curitiba.

A Confepar adquiriu a Kamby, única indústria de leite em pó do Paraná, que possuía sete entrepostos regionais, os quais foram repassados para as cooperativas singulares administrarem. Fui o responsável pelas negociações de liberação do financiamento junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), pois precisávamos quitar dívidas de US\$ 1 milhão. Isso só foi possível graças à Medida Provisória nº 761, que trouxe benefícios, com taxas de juros mais baixas. O

acesso ao financiamento foi obtido por meio de um cartão de empréstimo conseguido junto ao BRDE.

A decisão de comprar a única indústria de leite em pó do Paraná foi correta; era a opção mais racional para solucionar o grave problema que ocorria no setor de lácteos. Na época, milhares de produtores tinham ficado meses sem receber pela produção entregue para a Kamby, uma crise que podia afetar, de forma mortal, o setor. O próprio governador, Ney Braga, empenhou-se para que a negociação acontecesse com o apoio dos bancos de fomento: Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), BRDE e BNCC. A solenidade da assinatura de compra, realizada no dia 25 de abril de 1982, no Palácio Iguazu, contou com a presença do governador, que foi taxativo ao afirmar que as cooperativas eram defensoras do sistema de vida do povo paranaense.

A Kamby, com sede em Londrina, possuía unidades em Cornélio Procópio, Matelândia e Umuarama. A empresa tinha capacidade de recepção de 440 mil litros de leite por dia na indústria central, além de 30 mil litros na indústria de queijo de Cornélio Procópio. Além disso, possuía 17 postos de captação de leite em várias regiões do Paraná. Em nossa determinação para crescer ainda mais, construímos o concentrador de leite em Marechal Cândido Rondon, por meio de recursos provenientes do Badep, disponíveis via um programa que previa a diminuição da utilização de óleo diesel no transporte. Mais tarde, essa estrutura foi transferida para a Sudcoop (atual Frimesa); foi a forma encontrada para racionalizar o transporte e, assim, diminuir custos.

Na época, fizemos um importante trabalho de conscientização das cooperativas filiadas e, principalmente, dos produtores cooperados. Mostramos que era necessário apostar na ideia de ter uma indústria leiteira forte, só assim conseguiríamos competir no mercado. Dessa forma, a Confepar nasceu com o objetivo de dar suporte e retaguarda para que os produtores pudessem, por meio das cooperativas singulares, investir na atividade, produzir um leite de qualidade, ter mercado para esse produto e industrializar o excedente. De forma pioneira, estabelecemos cota para cada cooperativa filiada. Quando, no período de entressafra, não havia leite suficiente para enviar à Confepar e viabilizar toda a estrutura, cada cooperativa comprometia-se a pagar, em dinheiro, o que correspondia à sua cota mensal.

Com isso, dava-se sustentação para a continuidade da indústria.

Outra iniciativa que tentamos foi prestar serviço de secagem para transformar ovo em pó; afinal, a estrutura estava ociosa. Entretanto, a estratégia não prosperou. Também tivemos as iniciativas de transformar soro de leite em pó e de produzir ração para a criação de bezerros.

Lembro-me da parceria que realizamos com o governo do Paraná. Chegamos a entregar leite pasteurizado para cerca de 700 mil crianças das escolas municipais. Levamos a ideia para a secretária de Educação, Gilda Poli, por meio da Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná (Fundepar), e para o secretário da Saúde, Nizan Pereira. Fizemos um trabalho para mostrar a importância do leite nas escolas; cada criança receberia, diariamente, 200 mililitros do alimento antes do início das aulas. A margem, que era dos varejistas, transformava-se na entrega de caderno e lápis para as crianças. Em ambas as capas, havia informações sobre o valor nutritivo do leite e a atuação da Confepar. Na época, contratamos o técnico Hildebrando Gomes para fazer todo o levantamento estatístico do produto; éramos fonte constante para a imprensa e tínhamos um bom relacionamento com as repartições de governo responsáveis pelas políticas públicas voltadas para o leite, cujo preço era tabelado pelo governo. Então, aquele trabalho era de extrema importância.

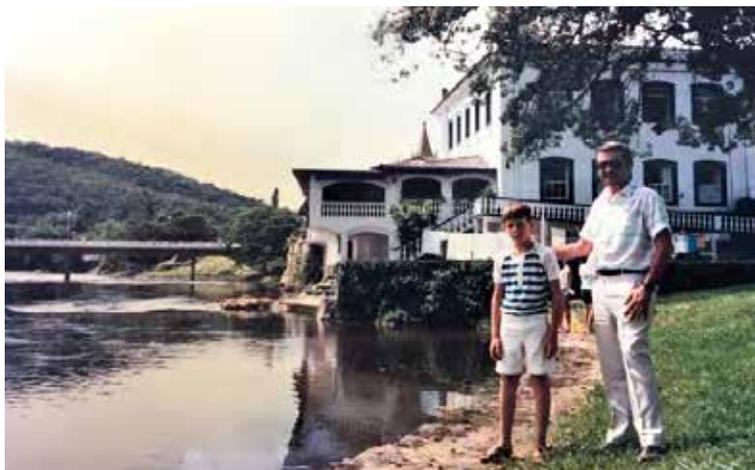
Gilda era uma entusiasta do programa de fornecimento de leite. O grande problema era que as crianças, mesmo aquelas com condições, iam para a escola sem tomar um bom café, o que, com certeza, prejudicava seu desenvolvimento intelectual. Muitas contavam o tempo para a chegada do recreio; assim, podiam ter a primeira refeição do dia. Nossa proposta era de que, já na chegada à escola, todas as crianças recebessem um copo de leite; dessa forma, conseguiriam assimilar melhor os conhecimentos passados pelos professores. Baseamo-nos em pesquisas feitas junto a outros países, como a Bélgica. Mais tarde, foram realizados estudos que comprovaram uma sensível melhora no aprendizado, o que mostrou que estávamos no caminho certo. Ao mesmo tempo, viabilizamos a atividade leiteira.

Posteriormente, o governador Roberto Requião adotou o Programa Leite das Crianças, por meio do qual o alimento passou a ser distribuído às famílias carentes, que possuíam crianças matricula-

das nas escolas. A entrega do leite *in natura* também facilitou. Isso porque, antes, o produto oferecido às crianças era em pó, ou seja, nem sempre a manipulação ou a água utilizada era de qualidade.

Conhecemos as experiências de outros países no setor leiteiro, viajamos para o Canadá e Argentina. Iniciamos conversas com as Cooperativas Unidas Sancor, da Argentina, para sermos os distribuidores dos seus produtos no Brasil, a fim de evitar conflitos referentes à importação. O Brasil tinha necessidade de importar; então, era importante que viessem lácteos de qualidade e com origem conhecida, como era o produto da Sancor. Contudo, essa possível parceria não saiu do papel. Em minha casa, recebi o vice-presidente da cooperativa, Juan José Spinaci, várias vezes; até passamos momentos agradáveis na minha casa de veraneio, em Guaratuba, no litoral paranaense. Tornamo-nos bons amigos, mas a Sancor acabou abrindo escritório de venda em São Paulo.

Com a Confepar, conseguimos uma grande integração das centrais. Uma das principais fornecedoras de leite era a Sudcoop, de Medianeira (atual Frimesa). A integração também envolveu a CCLPL, de Carambeí (PR), que industrializava a marca Batavo; a Witmarsum, de Palmeira (PR); e a Cooperativa de Laticínios de Curitiba (Clac), de São José dos Pinhais, entre outras



Juan José Spinaci, presidente da cooperativa argentina Sancor, com meu filho Maurício, durante visita a Morretes

tradicionais do setor, como as centrais de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Filiamo-nos à Confederação Brasileira das Cooperativas Centrais de Leite (CBCCL), que tinha como presidente Paulo Porto. Assim, tínhamos uma presença importante no cenário nacional.

Mais tarde, as cooperativas centrais e outras singulares deixaram a Confepar, o que diminuiu a representatividade. No entanto, creio que semeamos a boa semente da intercooperação; afinal, a compra da Kamby mobilizou várias cooperativas que nem atuavam com leite, como a Cocamar Cooperativa Agroindustrial, de Maringá (PR), e a Cooperativa Agropecuária e Industrial (Cocari), de Mandaguari (PR); cada uma delas adquiriu uma das 30 cotas distintas, possibilitando o aporte de recursos para a compra da Kamby. Assim, deu-se o processo de compra da única indústria de leite em pó no Paraná, liderado por José Otaviano e sob a coordenação da Ocepar, representada por Dymphnus Roeland Vermeulen, mais conhecido entre os amigos por Dimi. Na época, a Kamby tinha sete mil fornecedores de leite, alguns localizados no Oeste e Sudoeste. Eles ficaram meses sem receber pelo leite fornecido à empresa. A Witmarsum, que também entregou leite para a Kamby, teve muitas dificuldades para receber.

O principal objetivo da Confepar era fortalecer a organização dos produtores de leite e a luta por melhores preços. Também visava à redução do custo de beneficiamento do leite, o que conseguiu de maneira muito bem-sucedida. É interessante lembrar que, na época, as cooperativas faziam questão de enviar suas cotas, mesmo na época de entressafra. Elas sabiam que a estrutura da Confepar estava disponível para receber o leite quando não havia quem o comprasse, especialmente no fim do ano, quando havia excedentes de oferta no mercado. Recebíamos o leite para prestar serviço de secagem de grandes volumes não só do Paraná, mas até de Goiás, por exemplo. Não tinha onde armazenar. Se não fosse transformado em pó, boa parte seria perdida, azedaria. Com certeza, a Confepar cumpriu uma missão importante na estrutura leiteira do Paraná, garantindo uma alternativa rentável aos produtores. Lamento que, ao longo do tempo, o setor cooperativista leiteiro paranaense tenha perdido espaço. Creio que não nos preparamos suficientemente para os desafios impostos, especialmente relacionados à abertura de mercado e à

globalização, sem falar, é claro, na entrada do leite de caixinha, o chamado longa vida.

Na época, de cada dez litros de leite pasteurizado produzido no Paraná, 7,5 eram de cooperativas, confirmando a força do setor leiteiro. Diante disso, contratamos, com o apoio da Confepar, uma agência para criar uma campanha publicitária. Foi aí que surgiu a ideia de contratar o ator norte-americano Christopher Reeve, que interpretava o Super-Homem nas telas dos cinemas. Ele viria ao Brasil e visitaria produtores e escolas e tomaria leite para incentivar o consumo. Entretanto, em 1995, o ator ficou tetraplégico, após sofrer um acidente a cavalo. Em outubro de 2004, veio a falecer, aos 52 anos. Assim, a agência de *marketing* sugeriu a contratação do craque de futebol Zico, que atuou na Seleção Brasileira e no Flamengo. Além da campanha, queríamos inovar na embalagem; defendíamos o uso do papel cartonado, para que o produto pudesse ser transportado com facilidade e guardado em refrigerador, uma vez que o leite era apenas pasteurizado. Infelizmente, não houve adesão à campanha por parte das cooperativas e o que poderia ter trazido importantes ganhos acabou sendo engavetado.

É importante destacar que, por meio do apoio financeiro da Confepar, pude exercer dois mandatos: na Ocepar e na OCB. Meus ganhos eram bancados pela Confepar e aprovados em assembleia pelas cooperativas filiadas, as quais entendiam que esse procedimento era importante para o sistema cooperativista.



Sede industrial da Confepar, em Londrina

CAPÍTULO 16

OCEPAR: ORGULHO E CONQUISTAS

Posso dizer que exerci, com muito orgulho e prazer, todos os cargos que ocupei ao longo de minha vida. Em todos eles, os desafios foram muitos, porém confesso: o fato de, no dia 19 de março de 1987, ter sido eleito presidente de uma das principais entidades do cooperativismo brasileiro, por meio do voto de 103 dirigentes, foi algo extraordinário para mim. Afinal, boa parte da minha vida profissional, como técnico oficial do Inda e, depois, Incra, contribuiu para a fundação e manutenção de muitas cooperativas. Ter sido eleito por unanimidade presidente da Ocepar foi um aprendizado muito grande.

Lembro-me do meu discurso de posse. Nele, eu disse: “Gostaria, neste momento, de pedir a Deus Todo-Poderoso que me dê, em primeiro lugar, a humildade para que eu

possa, com firmeza, não impor o cooperativismo, mas defender, intransigentemente, o que é de direito a nós. Peço a Deus que ilumine a todos nós, para que possamos ser os porta-vozes do anseio de milhares de pessoas que estão atrás do nosso trabalho. A nossa gestão não vai ser do 'eu', mas de uma diretoria de 13 importantes lideranças do setor, dos mais diversos ramos de atuação. Se houver erros, o erro não será debitado somente a uma pessoa; se houver glória, também não será debitada apenas a uma pessoa; será de toda a diretoria eleita e de todas as cooperativas paranaenses”.

Logo que tomei posse, realizamos nossa primeira reunião ordinária. Uma das primeiras providências tomadas pela nova diretoria da Ocepar foi a reforma estatutária, em função da necessidade de participação dos segmentos cooperativistas que se organizaram, como as centrais e a própria Confepar. Com a elevação do número de membros da diretoria, o objetivo da reforma era ampliar a representatividade do sistema cooperativista paranaense. Implantamos o Conselho de Ética, a fim de disciplinar as áreas de responsabilidade e evitar o surgimento de novas cooperativas em regiões já atendidas.



Notícia no jornal Paraná Cooperativo sobre a minha eleição para Presidência da entidade, em março de 1987



Matéria publicada no jornal Indústria e Comércio, de Curitiba, sobre minha eleição para presidir a Ocepar

As décadas de 1980 e 1990, para aqueles que não se lembram, foram pesadas para a economia brasileira. Foram anos com altos índices inflacionários e juros corrosivos. Por conta desse cenário, o sistema cooperativista atravessou um momento de quase estagnação no seu crescimento, em função da inflação, da falta de reajuste no preço dos seus produtos e das dificuldades trazidas pelos planos econômicos Bresser e Verão.

No primeiro mês de gestão, em maio, convidamos e trouxemos a Curitiba o então ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, para debater a crise no setor e discutir um fundo para a agricultura. Ele esteve no auditório da Ocepar, totalmente lotado por dirigentes cooperativistas, onde ouviu, atentamente, nossas reivindicações e se comprometeu a colocá-las no Plano de Metas, que estava sendo construído por sua equipe. O ministro declarou publicamente que um dos problemas de Brasília (DF) era a maioria que estava lá, uma maioria com “cultura urbana”. Para mim, realmente, é um problema encontrado no Poder Executivo. Sempre precisamos provar que a agropecuária é que tem sustentado o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro há décadas. O próprio Aníbal Teixeira aconselhou o setor a pressionar o governo para que ouvisse mais a agropecuária e realizasse políticas adequadas.

Além das boas relações mantidas com o governo federal, pudemos avançar no diálogo com o estado do Paraná, por meio do

então secretário da Agricultura, Osmar Dias, irmão do governador, Álvaro Dias. Foram muitas as reuniões e visitas realizadas por ele à Ocepar e por nós ao seu gabinete. Alguns desses encontros aconteceram em Cascavel, no Centro de Pesquisa da Ocepar, com a participação de todos os diretores e dos executivos Marcos Ivo Carraro e Luiz Carlos Colturato.

No mês de setembro de 1986, no auditório da Ocepar, também recebemos o então candidato, e depois governador eleito, Jaime Lerner. Ele se declarou favorável ao setor e disse que a história de sucesso do cooperativismo estava baseada no principal lucro: o social.

Apresentei à diretoria a ideia de criar uma agência de viagem para servir o sistema cooperativista, a exemplo do que tinha visto no Canadá. A agência teria a finalidade de promover o intercâmbio cooperativista no Brasil e com sistemas cooperativistas do exterior. A Cooperativa de Turismo Travelcoop funcionou dentro das instalações da Ocepar, de 1989 a 1991, período em que organizou algumas viagens de intercâmbio internacional. No entanto, a demanda de serviços não foi suficiente para sua viabilização e acabamos passando o domínio da marca para o gerente Anísio Oleski, que a administra até hoje.

Durante nosso mandato, também fizemos uma pressão gigantesca para que o governo autorizasse, de uma vez por todas, o funcionamento da Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná (Cocecrer-PR), que deu origem ao Sicredi no estado. Nos dias 23 e 24 de junho, em Curitiba, realizamos um encontro de alto nível com a presença de todas as cooperativas de crédito em funcionamento, evento que contou com a presença do então presidente do BNCC, Dejandir Dalpasquale, do presidente da OCB, Roberto Rodrigues, e do secretário da Agricultura, Osmar Dias. Nele, tomamos uma decisão importante: se o Banco Central não autorizasse o funcionamento da Cocecrer-PR, a Ocepar iria entrar na justiça por esse direito, por decurso de prazo, afinal havia passado dois anos desde o primeiro pedido e o governo não havia sequer respondido – o prazo estabelecido por lei para resposta era de apenas três meses.

A pressão valeu! No dia 20 de julho de 1987, no Diário Oficial da União, foi apresentada a autorização para funcionamento da Cocecrer, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina. Assim,



POSSO DIZER QUE NOSSA DIRETORIA OBTVE IMPORTANTES
CONQUISTAS NA ÁREA POLÍTICA. DURANTE MINHA GESTÃO,
APÓS MUITAS NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNADOR DO
PARANÁ, O ESTADO ACABOU COM O MONOPÓLIO NA
COMERCIALIZAÇÃO DE SEMENTES DE ALGODÃO.



nasceu nosso tão sonhado banco de crédito cooperativo. Ressalto que, além de todo o trabalho da nossa diretoria e do presidente da OCB na época, Roberto Rodrigues, se destacou a dedicação do técnico da Acarpa (atual Emater) Pedro Cebrian, que atuava como assessor da Ocepar, e do advogado Oliveirus Freitas Bitencourt, especialista em crédito rural, que, em conjunto com o gerente do Departamento Técnico e Econômico, Nelson Costa, lutou muito por essa conquista do cooperativismo. Para nossa satisfação, o grande cooperativista José Cella foi eleito primeiro presidente da Cococer-PR. Em poucos meses de atividade, ele impulsionou a cooperativa.

Também atuamos firmemente contra a tributação do leite pasteurizado no Paraná, graças à sensibilidade do então secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haulý. Se os benefícios conquistados a duras penas pelo setor leiteiro fossem revogados, a crise, que já vinha assolando a produção, iria se agravar ainda mais, levando muitos a deixar a atividade e, conseqüentemente, prejudicando nossas cooperativas e a economia do estado. É bom recordar que os preços pagos aos produtores vinham sofrendo ferrenho controle do estado desde 1945, o que, normalmente, regulava a pequena margem de lucro dos produtores.

Posso dizer que nossa diretoria obteve importantes conquistas na área política. Durante minha gestão, após muitas negociações com o governador do Paraná, o estado acabou com o monopólio na comercialização de sementes de algodão. Em termos federais, o sistema cooperativista conseguiu a aprovação pela Constituinte de vários artigos, incluindo os relacionados com o ato cooperativo, como o fim da interferência estatal no setor, o apoio ao cooperativismo de crédito e a redução da tributação.



Durante minha gestão na Ocepar, fundamos a Cocreter-PR, nosso primeiro “banco” a atuar no Paraná



Cumprimento o secretário da Agricultura, Osmar Dias, no Palácio Iguazu, observado pelo governador Álvaro Dias, durante assinatura do decreto-lei que acabou com o monopólio estatal sobre a comercialização de sementes de algodão, uma grande conquista para o setor cooperativista na época



No Palácio Iguazu, durante assinatura do decreto que derrubou as barreiras contra a citricultura paranaense. Na foto, o então secretário da Agricultura, Osmar Dias, ladeado pelo seu irmão e governador, Álvaro Dias, e o senador Leite Chaves. Ao fundo, à direita, eu, representando as cooperativas na ocasião, e demais parlamentares

Internamente, a queda do monopólio do estado na comercialização de sementes de algodão representou a entrada definitiva de várias cooperativas no setor, que montaram indústrias de fiação. A nova realidade propiciou que um grupo delas constituísse, em 1988, a Cooperativa Central dos Produtores de Algodão e de Alimentos Ltda. (Cocentral), que passou a coordenar as atividades das filiadas no setor, tendo sido fundada em 7 de agosto de 1969, com sede em Londrina.

O fim desse monopólio era uma reivindicação muito antiga, vinha da época em que o Paraná era um grande produtor. A central reunia as cooperativas do Norte, que eram muito fortes em algodão, e tinha Leonardo Spadini como presidente. Conheci-o quando trabalhava no Inda e com ele aprendi muito sobre cooperativismo, principalmente que uma cooperativa é um importante agente de equilíbrio e desenvolvimento local. Naquele tempo, eu já acompanhava o setor; depois, como diretor executivo da Ocepar e, em seguida, atuando na Cocap, vivi de perto esse drama do algodão. As lideranças cooperativistas paranaenses tinham um sentimento de revolta quanto a essa situação, especialmente Spadini, que ficava muito frustrado quando tinha que entregar para o governo o caroço de algodão, que saía de

Nova Londrina (PR) e ia, por um preço irrisório, para uma unidade da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (Cafe-PR). O produto voltava, como semente, com um valor estratosférico agregado. Praticamente, o caroço dava mais dinheiro do que o algodão. Quem o produzia era o produtor, que, porém, recebia o caroço de volta como semente, infelizmente, com um valor absurdo!

As cooperativas haviam feito grandes investimentos em armazéns. Ao mesmo tempo, havia uma resistência muito grande da Cafe-PR e dos próprios técnicos da Secretaria da Agricultura, principalmente os agrônomos que atuavam com algodão, que tinham uma série de argumentos para não acabar com o monopólio. Quando assumimos a Ocepar, tivemos uma grande discussão com Osmar Dias, na época, secretário da Agricultura, que foi receptivo e determinou o fim do monopólio. Fizemos várias reuniões, inclusive com o presidente da Cafe-PR, mas o pessoal era muito resistente.

A resistência maior deu-se por último, quando conseguimos provar que as cooperativas tinham estrutura para atuar no setor e condições técnicas para produzir a semente, daí veio a argumentação do que fazer com as unidades da Cafe-PR, que ficariam ociosas. Reunimos todas as cooperativas, avaliamos as instalações e negociamos com Osmar Dias, garantindo que compraríamos todas as unidades, mediante pagamento à vista, a partir de uma avaliação pelo preço de mercado. Foi o que realmente marcou o governo de Álvaro Dias. O acontecimento foi intensamente comemorado pelas cooperativas, em cerimônia realizada no Palácio Iguaçu. Uma pena que, nessa época, o amigo e defensor do fim do monopólio, Leonardo Spadini, já havia falecido.

Nós tínhamos o compromisso de fazer a pesquisa e manter o setor, porque, no governo anterior, que foi o de Richa, as cooperativas tinham investido nas fiações. A cotonicultura era importante para economicamente viabilizar os investimentos feitos nelas. Nós já sabíamos que, no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), a pesquisa com algodão não era prioridade e o Iapar também não tinha muita expressão nessa área. Então, a Ocepar deu prioridade à pesquisa de algodão, inclusive com investimentos no município de Goioerê (PR), em área doada pela prefeitura, que tinha interesse devido à escola de tecelagem.

Ainda no ano de 1988, realizamos no Palácio Iguaçu, em Curitiba, uma reunião com a presença de representantes dos governos e tricultores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Durante o evento, reivindicamos ao governo maior agilidade em relação à política agrícola para a safra de trigo. Saímos do encontro com o texto da Carta do Trigo, que foi enviado às autoridades federais e teve grande repercussão na mídia nacional.



Entrevista concedida ao jornal Gazeta do Povo sobre a situação econômica das cooperativas paranaenses



Em setembro de 1980, entregamos ao ministro da Agricultura, Iris Rezende, durante a Feira do Paraná documento pedindo mudanças no pagamento do trigo

Entre os dias 7 e 12 de março de 1988, participamos, com 140 lideranças cooperativistas paranaenses, do 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em Brasília (DF). Entre as principais conquistas, destacamos: o direito ao voto do cônjuge ou filho(a) maior, quando da ausência do cooperado em uma Assembleia Geral; a ampliação democrática na eleição e na composição da diretoria da OCB; a aquisição do BNCC; e a transformação do Serviço Nacional de Cooperativismo (Senacoop) e do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) em secretaria especial da Presidência da República.

No mesmo ano, conseguimos aprovar, junto à Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, o fim da tutela governamental ao cooperativismo, ou seja, conquistamos a plena liberdade de associação, sem mais a necessidade de autorização federal para seu funcionamento. Coube ao presidente em exercício da OCB, Guntolf van Kaick, defender na tribuna livre da Constituinte, na Câmara Federal, os pleitos apresentados pelos cooperativistas brasileiros, representados por 46 mil assinaturas. Os parlamentares “constituintes” do cooperativismo eram 167. Van Kaick defendeu a liberdade de constituição das cooperativas, a livre administração e o autocontrole, entre outros assuntos. Em 2 de fevereiro de 1987, o deputado Ulysses Guimarães tomou posse como presidente da Assembleia Nacional Constituinte. A promulgação ocorreu em 2 de setembro de 1988, com o art. 77 instituindo a tão almejada eleição presidencial direta.

Também foram aprovados, entre outros, os seguintes textos relacionados com o cooperativismo:

Art. 5º.

[...]

XVIII – A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Art. 174.

[...]

§ 3º. A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

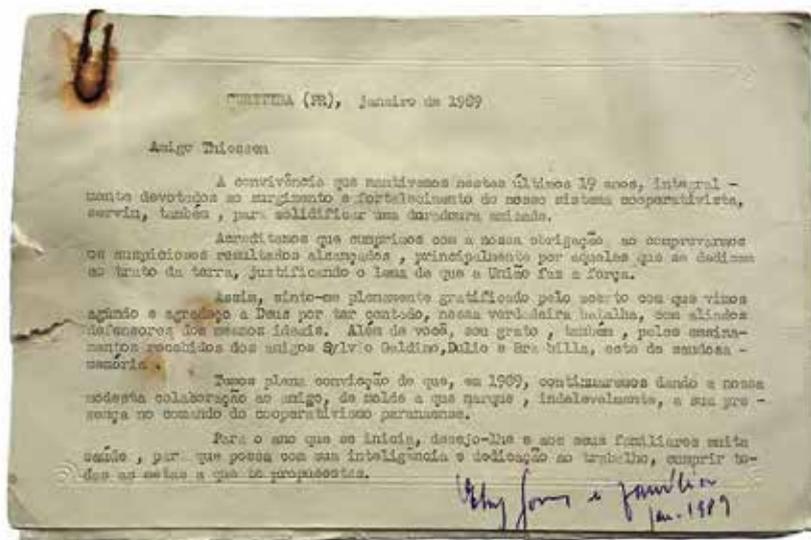
Art. 146. Cabe à lei complementar:

[...]

III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

[...]

c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.



Carta recebida do amigo Eloy Gomes, diretor do Ctrin do Banco do Brasil no início do ano de 1989, que me deixou emocionado



Além de um grande amigo, Eloy Gomes ajudou a viabilizar a pesquisa cooperativista no Paraná. Em sua homenagem, foi colocado seu nome no Centro de Pesquisa, em Cascavel

Em junho de 1989, reunimo-nos com o Bloco Parlamentar Agropecuário na sede da entidade, visando ao debate das propostas da Ocepar para a Constituinte Estadual. Na ocasião, apresentamos aos parlamentares paranaenses, liderados pelo deputado estadual Orlando Pessuti, as principais conquistas alcançadas na Constituição, como também em âmbito estadual, uma vez que o cooperativismo tem contribuído muito para o crescimento do Paraná. Consequentemente, ele deve ser reconhecido como alavanca do desenvolvimento econômico e social onde está inserido.

O deputado Orlando Pessuti defendia a participação ativa da Ocepar, com reivindicações relacionadas com o cooperativismo e as atividades exercidas pelo sistema cooperativista em vários setores da comunidade. Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, ele passou a centralizar as reivindicações das cooperativas, consultando a Ocepar sempre que precisava de informações complementares. Diversas reuniões foram realizadas com o presidente da Ocepar e assessores, visando a discutir a inserção, na Constituinte, das postulações do cooperativismo.

As discussões da Constituinte Estadual foram acompanhadas pela Ocepar, por meio do chefe do Departamento Técnico e Econômico, Nelson Costa, que integrou uma comissão da área agrícola. Esta subsidiou os constituintes nas questões relacionadas ao setor. O resultado da ação da Ocepar foi a inserção de várias propostas cooperativistas na Constituição do Estado do Paraná de 1989. O Título V, referente à Ordem Econômica, em seu art. 148, afirma:

O Estado apoiará e estimulará o cooperativismo.

Parágrafo único. É assegurada a participação do cooperativismo, através do seu órgão de representação, nos colegiados de âmbito estadual dos quais a iniciativa privada faça parte e que tratem de assuntos relacionados com as atividades desenvolvidas pelas cooperativas.

O art. 154 também estabelece mecanismos de apoio do governo do estado na execução da política agrícola estadual. Entre eles, estão itens relacionados ou de interesse do cooperativismo, tais como: o sistema de seguro agrícola; a organização dos pro-

dutores em cooperativas, associações de classe e demais formas associativas; e a agroindustrialização de forma regionalizada, preferencialmente, no meio rural e em pequenas comunidades. Foram diversas as sugestões feitas pelo cooperativismo de interesse do setor cooperativista e rural.

Dirigentes das cooperativas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de representantes do Mato Grosso do Sul, reuniram-se em Foz do Iguaçu (PR) para comemorar o Dia Internacional do Cooperativismo e, ao mesmo tempo, discutir a integração regional no Fórum da Região Sul – Cooperativismo em Debate, em julho de 1988. O BRDE foi um dos promotores do encontro, que também discutiu a industrialização das cooperativas. O resultado do fórum foi a Carta de Foz do Iguaçu, contendo inúmeras ações aprovadas pelas lideranças para o direcionamento das cooperativas. Chama atenção o quinto e último item da carta, que aconselha o governo a investir em biotecnologia.

Em 1989, foi promovido, por meio do Programa de Formação de Dirigentes e Gestores de Cooperativas (Formacoop), em Foz do Iguaçu, o Fórum dos Presidenciaíveis, objetivando a conscientização política das lideranças cooperativistas. Foram promovidas, com o mesmo fim, audiências com os candidatos ao governo do estado e ao Senado, buscando obter deles seu compromisso de apoio ao cooperativismo.

No mesmo ano, no dia 28 de junho, participamos de forma ativa da Marcha sobre Brasília. Mais de dez mil produtores rurais, provenientes de todos os cantos do Brasil, foram à capital nacional protestar contra o descaso do governo com o campo e sua nefasta política agrícola. Na ocasião, a defasagem cambial chegava a quase 30%, retirando do setor os resultados positivos com as exportações de soja. Manifestações semelhantes espalharam-se por várias cidades paranaenses e o governo acabou cedendo e atendendo à boa parte das nossas reivindicações.



EM 1989, FOI PROMOVIDO, POR MEIO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE DIRIGENTES E GESTORES DE COOPERATIVAS (FORMACOOP), EM FOZ DO IGUAÇU, O FÓRUM DOS PRESIDENCIÁVEIS, OBJETIVANDO A CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DAS LIDERANÇAS COOPERATIVISTAS.





Reunião na sede da Ocepar com parlamentares estaduais para debater propostas para a Constituinte Estadual (Paraná Cooperativo – maio de 1988)



Em junho de 1989, mais de oito mil produtores do Brasil todo protestaram, na capital federal, contra a defasagem cambial e política agrícola

Na época, houve o Plano Collor I. Até exportar a soja era algo difícil, pois era necessário “contingenciar”. Protestamos contra a perda de renda, o que motivou, mais tarde, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Endividamento. Nesse movimento, também foi considerado o fato de que as cooperativas investiram, fizeram o custeio agrícola, mantendo a atividade, e o governo praticamente retirou-se do crédito rural, de modo que as cooperativas tiveram que suportar até financiamento de custeio. Houve um ano em que as cooperativas financiaram aos produtores cerca de R\$ 480 milhões e, depois, tiveram problemas de caixa por terem dado suporte às ações que eram de responsabilidade do governo.

Por outro lado, no mesmo período, houve o descasamento monetário dos contratos das cooperativas, cujas dívidas ficaram astronômicas. Isso motivou grandes discussões, inclusive com cooperativas ajuizando ações contra o governo. Foi um descasamento muito grande, com contratos corrigidos, indevidamente, em 42,8%. O fato promoveu uma enorme descapitalização do setor e, depois, também deu embasamento para a CPI do Endividamento. O Paraná pressionou muito para que se fizesse uma revisão desse endividamento, dando base para se exigir a criação do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop), em prol das cooperativas.

Como agradecimento aos inúmeros pedidos atendidos pelo setor cooperativista paranaense e pelas diversas parcerias realizadas ao longo dos quatro anos de mandato, a diretoria da Ocepar decidiu homenagear, de forma conjunta, o então governador, Álvaro Dias, e seu irmão, secretário da Agricultura, Osmar Dias, com a entrega do Troféu Ocepar. A solenidade aconteceu no dia 30 de junho de 1989, durante a inauguração do Centro de Treinamento Friedrich Naumann, situado no Centro de Pesquisa da Ocepar, em Cascavel (PR). Na ocasião, lembro que, em meu discurso, fiz até um trocadilho para me referir aos homenageados: “Hoje, podemos considerar que vivemos os dias mais importantes do ano para o cooperativismo paranaense”. Afinal, ali estavam sendo homenageados muito mais do que dois políticos, eram homens públicos de valor e que sempre acreditaram na força de milhares de cooperativistas, homens que souberam distinguir o importante papel das cooperativas na construção de uma sociedade mais justa e deram (como ainda dão) seu apoio ao setor.



Governador Álvaro Dias e o secretário da Agricultura, Osmar Dias, são homenageados com o Troféu Océpar, durante comemorações do Dia Internacional do Cooperativismo, em Cascavel, na sede da Coodetec



Jornal Hoje de Cascavel deu destaque para a solenidade realizada em comemoração ao Dia do Cooperativismo



O importante trabalho desenvolvido pelo governo em prol do cooperativismo foi reconhecido pela Ocepar na época, num anúncio publicado em vários jornais

Aproveito também para destacar, em nossa passagem pela Ocepar, a realização do sonho de termos uma estrutura voltada para a capacitação de dirigentes e colaboradores de nossas cooperativas. Como mencionei anteriormente, inauguramos, em Cascavel (PR), nosso espaço de treinamentos, o que só foi possível devido a importantes investimentos realizados pelas cooperativas, com recursos doados pela própria Fundação Friedrich Naumann, com sede na Alemanha. O espaço deu um ganho na capacitação – somente em 1989, ano de sua inauguração, o cooperativismo capacitou mais de duas mil pessoas e realizou cerca de cem eventos. No local, foram realizados, ao longo dos anos, muitos cursos pelo Departamento de Treinamento e Educação

da Ocepar, sob a batuta do experiente professor e amigo, Albino Gawlak.

Como resultado desse trabalho forte, centrado nos princípios e ideias do cooperativismo, sediamos nos dias 19 e 20 de julho, em Curitiba, no Círculo Militar do Paraná, o primeiro Encontro Nacional de Comitês Educativos. No evento, foram discutidas diretrizes importantes na condução dos trabalhos para o fortalecimento do processo democrático nas cooperativas. O primeiro Comitê Educativo no Paraná foi constituído na Cooperativa Bom Jesus, no município da Lapa, em 1969, quando o assessor de cooperativismo da Acarpa local era Benjamin Hammerschmidt. Anos depois, ele assumiu a Presidência da Ocepar como segundo presidente da entidade. Mais tarde, participou da nossa diretoria. A iniciativa dos Comitês Educativos espalhou-se por outras cooperativas paranaenses e brasileiras e muitos de seus líderes tornaram-se presidentes de importantes cooperativas.

Fechamos nossa gestão no ano de 1989, promovendo, em parceria com a OCB, um debate que contou com a participação dos candidatos à Presidência da República. Naquele ano, após mais de 27 anos, milhões de brasileiros iriam às urnas para eleger, de forma direta, seu presidente, fato que, por si só, era algo extraordinário, um direito conquistado pela população, que havia participado do movimento Diretas Já. Nos dias 9, 10 e 11 de agosto, no Hotel Internacional de Foz do Iguaçu, membros da



Abertura oficial do primeiro Encontro Nacional de Comitês Educativos em Curitiba, em julho de 1989

diretoria da Ocepar e lideranças cooperativistas sabatinaram os candidatos: Leonel Brizola, Aureliano Chaves, Ronaldo Caiado, Almir Gabriel, representando Mário Covas, e Zélia Cardoso de Melo, que representou Fernando Collor de Mello. Eles compareceram ao evento e apresentaram suas propostas para o setor. Foi a forma encontrada para que os cooperativistas pudessem conhecer melhor o que cada candidato pensava e como iria atuar, caso fosse eleito, em apoio ao cooperativismo.



Debate com os candidatos à Presidência da República em Foz do Iguaçu, em 1989



Recepção ao vice-presidente e candidato à Presidência da República, Aureliano Chaves, em Foz do Iguaçu, para participar do debate



Jornal Paraná Cooperativo divulgou as propostas de todos os candidatos à Presidência da República na edição de agosto de 1989

Por tradição democrática, o cooperativismo nunca se posicionou a favor deste ou daquele candidato. Na verdade, sempre deu oportunidade para que a base pudesse conhecer cada um e, assim, decidir seu voto, afinal somos um sistema muito diversificado e temos que respeitar as opiniões. O evento concretizou-se por meio do Formacoop, mantido, na época, pelo convênio com as organizações do Paraná (Ocepar), Santa Catarina (Ocesc) e Rio Grande do Sul (Ocergs). Na edição de agosto de 1989 do jornal *Paraná Cooperativo*, publicamos um resumo do debate e as propostas apresentadas por cada um dos candidatos que participaram do evento.

Como disse em meu discurso de posse, se deixei um legado em todos esses anos à frente da Presidência da Ocepar, isso se deve, especialmente, aos companheiros cooperativistas que me ajudaram como diretores. Por isso, meus agradecimentos a: Benjamin Hammerschmidt, José da Luz Ochôa, Seno Cláudio Lunkes, Adrianus Boer, Takafumi Fukushima, Roelof Rabbers, Emiliano

Carneiro Klupel, Reinaldo Rocha Martins, Rudolf Friesen, Eliseu de Paula, Ignácio Aloysio Donel e José Aroldo Gallassini; aos conselheiros fiscais: Luiz Carlos Palmquist, Valter Pitol, David Koop Filho, Hendrik Barkema, Amaro Assumpção e Virgílio Pires Diz; aos conselheiros de ética: Hugo Leopoldo Heinzmann, Manoel Stenghel Cavalcanti, Edson Rodrigues Bastos, Francisco Scarpari Neto e Agostinho Borsatto. Não posso deixar de destacar o trabalho fundamental, na administração da Ocepar, dos diretores executivos: Santin Guernieri (adjunto) e João Paulo Koslovski, que, mais tarde, se tornou presidente da entidade.



Em matéria veiculada no jornal Gazeta Mercantil, defendia a livre iniciativa



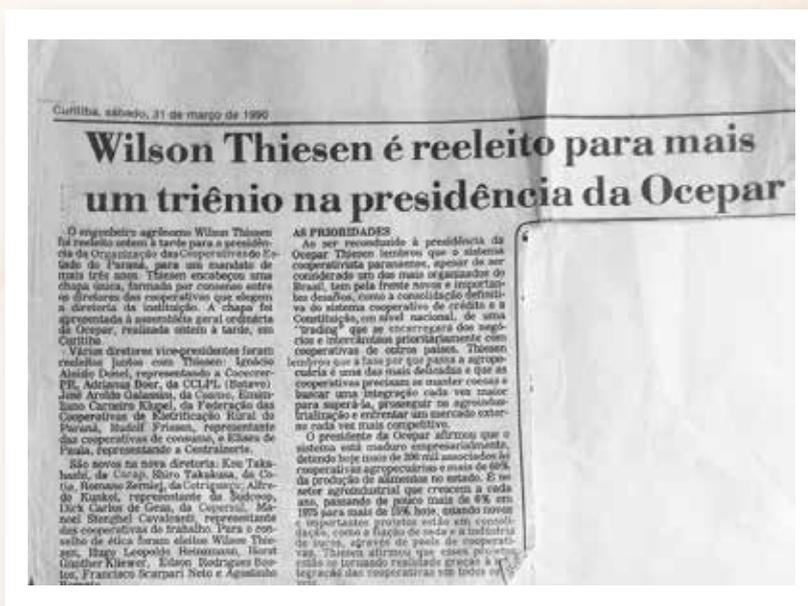
Muitas foram as reuniões realizadas na sede da Ocepar com lideranças agropecuárias do estado. Na foto, deputado federal Moacir Micheletto, deputado estadual Orlando Pessuti, deputado Antônio Costenaro, secretário da Agricultura, Osmar Dias, eu (Thiesen) e o presidente da Faep, Paulo Carneiro



Evento realizado pelo Formacoop de integração com cooperativas da Argentina, em Buenos Aires



Certificado de participação no IV Encontro Continental de Dirigentes Cooperativistas, promovido pela Organização das Cooperativas da América (Oca), em Bogotá, Colômbia, nos dias 16 e 17 de novembro de 1988



Jornal Gazeta do Povo divulga minha reeleição, em março de 1990, para mais uma gestão na Presidência da Ocepar

Mobilização para discutir a Lei Agrícola

Os dirigentes cooperativistas participaram, no Paraná, das discussões da proposta da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) para a criação de uma Lei Agrícola. A proposta previa a liberalização dos mercados de produtos agrícolas, exigindo a profissionalização dos agricultores para enfrentar os mercados interno e externo. No Brasil, havia cerca de 20 propostas de Lei Agrícola, cada uma apresentada por diferentes instituições. A da FAAB era uma proposta de consenso, que vinha sendo negociada com o próprio Mapa e estava inserida na liberação dos mercados.

Cai o poder de troca da agricultura e a safra patina

Mesmo antes de Collor assumir o governo, o poder de troca da agricultura tinha caído em consequência da política econômica conduzida pelo governo de José Sarney. Em junho de 1986, um trator MF-275 custava o equivalente a 1.338 sacas de soja, 2.063 sacas de milho ou 75 mil litros de leite. Em janeiro de 1990, eram necessárias 3.138 sacas de soja, 5.185 sacas de milho ou 165 mil litros de leite para adquirir o mesmo modelo. A queda foi resultado de uma política agrícola equivocada, com a produção patinando por cerca de uma década em torno das 70 milhões de toneladas. Em 1989, chegou a cair cerca de 10%.

Para ministro da Agricultura, o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, escolheu o economista goiano Joaquim Roriz, que assumiu com o desafio de devolver a credibilidade ao Mapa. Enquanto isso, tramitavam no Congresso três projetos de interesse das cooperativas: a nova Lei do Cooperativismo, a Lei Agrícola e o projeto de lei complementar que tratava do ato cooperativo. No entanto, fracassou a tentativa de Collor de devolver o *status* político àquele ministério, pois seu governo, até ser concluído, teve uma grande safra de ministros – pelo menos, 12 titulares.

A nova Lei Cooperativista e a atuação da OCB

Um ano após a promulgação da Constituinte, o cooperativismo brasileiro mobilizou-se para buscar a contribuição das bases regionais e locais de cada estado e, assim, montar as propostas da nova Lei do Cooperativismo e de atuação da OCB. Em março de 1989, a Ocepar encaminhou para as cooperativas paranaenses a proposta de Lei Cooperativista e sugestões para atuação da



Na defesa de impostos adequados para o setor cooperativista

OCB, elaboradas por uma comissão de profissionais de diversas organizações estaduais, inclusive do Paraná. O material serviria de base para a realização do Seminário sobre Legislação Cooperativista, realizado em Curitiba, nos dias 4 e 5 de abril de 1990.

Van Kaick, cidadão benemérito do Paraná

Uma liderança cuja convivência nesse tempo no cooperativismo sinto muito orgulho é o ex-presidente da Ocepar, Guntolf van Kaick. Merecidamente, ele recebeu o título de cidadão benemérito do Paraná, em 27 de julho de 1990, proposto pelo deputado estadual Orlando Pessuti. Inúmeras lideranças cooperativistas, amigos e familiares do ex-presidente da Ocepar compareceram à Assembleia Legislativa para a homenagem. Na ocasião, Pessuti apresentou um resumo da vida familiar e profissional de van Kaick.

O presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, também recebeu homenagem da Assembleia Legislativa, em solenidade realizada no mês de maio de 1990 – o título de cidadão honorário do Paraná. Um grande número de lideranças cooperativistas, além de familiares do homenageado, compareceu à solenidade, realizada em Curitiba.

Autogestão: busca externa de subsídios

Embora o Paraná já tivesse implantado o Programa de Autogestão, o assunto merecia contínuos estudos, principalmente por parte da Comissão de Autogestão da OCB. Visando à coleta de subsídios e ao conhecimento de países com grande experiência nessa área, a OCB organizou, no fim de 1990, uma viagem de membros da comissão à Alemanha, Itália, França, Espanha e Portugal. Participaram da comitiva os executivos Paulo Moura (OCB), Norberto Kretzer (Ocesc), João Paulo Koslovski (Ocepar) e Newton Amaral César (Ocepe).

O resultado da viagem foi muito proveitoso, deixando clara a importância da autogestão e levando à publicação do livro *Autogestão ao alcance das cooperativas*, de autoria do diretor executivo da Ocepar, João Paulo Koslovski. A obra, editada pela OCB, passou a ser uma referência sobre o assunto no Brasil.

No seu Capítulo X, o autor afirma que

a experiência alemã no campo da autogestão é algo que impressiona. A organização, a vontade política dos dirigentes em buscar a autossuficiência, independentemente da interferência de qualquer outro setor ou governo, é a linha dorsal do processo. Assim como na Alemanha, a experiência italiana e francesa poderá contribuir, em muito, para o aperfeiçoamento do trabalho que ora iniciamos no Brasil.

Destaco aqui um trecho da edição especial do *Inda Cooperativo* de agosto de 1969, do qual era o redator, que descreve a importância da educação e autogestão no sistema cooperativista:

A educação é um dos princípios animadores de toda a vida cooperativa. Não há cooperativas sólidas sem cooperados esclareci-

dos e fiéis. Não há cooperados esclarecidos e fiéis sem educação cooperativista. Já que a cooperação é uma fórmula democrática de organização econômica e social que visa a entregar ao povo o cuidado de seus próprios negócios e o controle da empresa, postos e serviços, é necessário exigir desse mesmo povo que saiba bem exercer esse controle e que o queira exercer. Isso quer dizer que nunca é demais a atenção à formação e ao esclarecimento dos cooperados (Ensemble).

O fim do monopólio estatal do trigo

Em novembro de 1990, foi aprovada a lei que acabou com o sistema de cotas de moagem e o monopólio da União na compra e venda de trigo. Efetivamente, ela entrou em vigor no fim de 1991, quando os preços dos produtos foram liberados, só então o mercado começou a repercutir as decisões do setor, com a valorização do produto, dando início a um novo mercado.

Embora o monopólio estatal fosse confortável para os produtores, a Ocepar posicionou-se favorável à sua extinção, dando lugar à lei do mercado. Com o fim dele, a Ocepar também perdeu os recursos do Fundo de Pesquisa do Trigo. O próprio Programa de Pesquisa teve que se adaptar à nova situação. Quando passou a vigorar a lei do mercado, houve uma completa reestruturação na cadeia do trigo, da pesquisa à indústria de panificação e de massas, passando pelo setor de moagem.

Privatização da comercialização do trigo só ocorrerá na próxima safra

Wilson Thiesen, revêla informação do Catena.

“O governo garantiu que a privatização da comercialização e industrialização do trigo não acontecerá nesta safra”, afirmou ontem o presidente da Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná), Wilson Thiesen, ao retornar de Brasília, onde manteve contato com o ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antonio Cabreira Filho.

O cooperativista explicou que o governo anunciou que essa proposta começará a ser debatida por dois segmentos: o Grupo Executivo de Política Setorial do Trigo, do Ministério da Economia e a Câmara Setorial do Ministério da Agricultura. Nessa avaliação será discutida também a reestruturação dos produtores de uma região do trigo do Paraná.

Thiesen, que é favorável à privatização, disse que o processo deve acontecer sem traumas e não desvalorizados aos produtores. Lembra que qualquer medida prevista de apoio ser desastrosa para a economia, especialmente no Paraná. “Não há Estado estádo mais de café nos agricultores que não responderem por uma produção que deve continuar as três milhões de toneladas

IMPORTAÇÕES

Esta questão discutida em Brasília é litigioso que como o trigo de exportação brasileira de chegar ao país com preços inferiores devido aos subsídios que o produto recebe na região de origem, as importações aumentam que a importação deve ser realizada dentro de limites. “Desvalorizar” no exterior aumenta o poder aquisitivo econômico e social”, assinala.

TRIGO

Favorecendo aos grupos produtores de governo, as cooperativas do Paraná também vão discutir propostas para a privatização da comercialização e industrialização, visando se adequar a nova realidade. Os produtores sempre são apoiados do governo antes de serem até o início do próximo ano, quando começa a nova safra.

Nessa forma, logo a partir deste ano, prevê-se em 5,5 milhões de toneladas será adquirida pelo governo que terá que distribuir as 47 milhões do Tesouro Nacional, caso privatizem os 400 milhões de toneladas

Matéria veiculada no jornal Gazeta do Povo sobre a privatização da comercialização do trigo no país

Governo decreta o fim do BNCC e do IBC

Ao assumir o governo, Fernando Collor de Mello extinguiu inúmeras autarquias públicas que, na avaliação de sua equipe de governo, não estavam prestando serviços adequados à sociedade. O BNCC e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), autarquias de interesse da agricultura e do cooperativismo, estavam arrolados entre aquelas que seriam extintas.

O cooperativismo de crédito atravessou um período muito difícil, em função da extinção repentina do BNCC, pois, de um dia para o outro, as cooperativas perderam o talão de cheques e a conta para compensação dos documentos. É possível imaginar o transtorno causado nas cooperativas, cujos associados tinham dinheiro em suas contas, mas seus cheques não tinham nenhum valor, inclusive, aqueles que já tinham sido emitidos.

Naquele momento, as cooperativas agropecuárias, as quais estavam ligadas às de crédito, deram uma grande contribuição para resolver os problemas criados. Felizmente, depois de meses de negociações, a Cocecrer-PR fez uma parceria com o Banco do Brasil, que possibilitou a volta do funcionamento normal das cooperativas de crédito. O convênio, nesse sentido, foi assinado durante reunião realizada na Ocepar, no segundo semestre de 1991.

Em março de 1991, deixei a Presidência da Ocepar, passando o cargo para o cooperativista Ignácio Aloysio Donel, então presidente da Cocecrer-PR. Assim, pude assumir a Presidência da OCB.

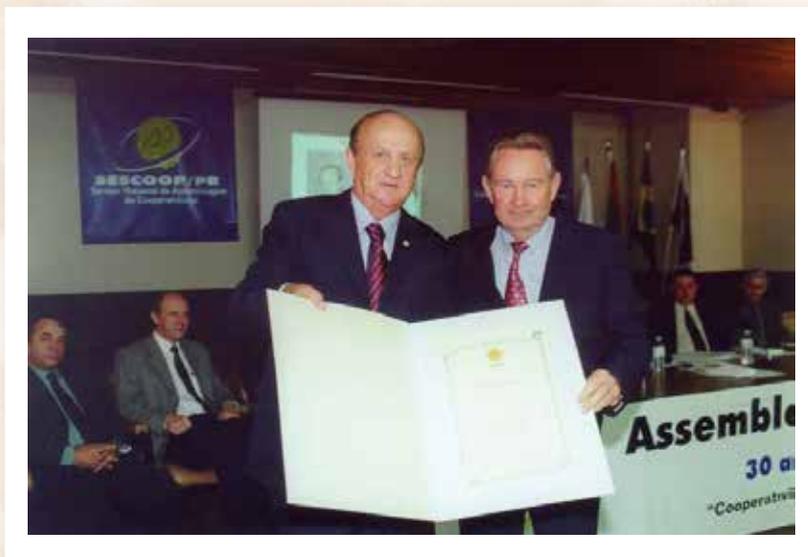
Aproveito para destacar aqueles dirigentes que me acompanharam na segunda gestão frente à diretoria da Ocepar, mesmo não tendo terminado o mandato: Kou Takahashi, Romano Czerniej, Alfredo Kunkel, Adrianus Boer, Shiro Takakusa, Dick Carlos de Geus, Emiliano Carneiro Klüppel, Manoel Stenghel Cavalcanti, Rudolf Friesen, Eliseu de Paula, Ignácio Aloysio Donel e José Aroldo Gallassini; como membros do Conselho de Ética por mim presidido: Hugo Leopoldo Heinzmann, Horst Gunther Kliever, Francisco Scarpari Neto e Agostinho Borsatto; do Conselho Fiscal: Virgílio Pires Diz, Julio Wasilewski, Elias Gilson Garcia, Amaro Assumpção, Sieghard Epp e Lauro Romualdo Scherer, além do diretor executivo da Ocepar, João Paulo Koslovski.



Com o presidente da OCB, Roberto Rodrigues, e lideranças de várias organizações estaduais, durante Encontro de Dirigentes e Executivos, em Natal, no Rio Grande do Norte, em novembro de 1990

Construtores do cooperativismo paranaense

Em abril de 2001, ocasião dos 30 anos de fundação da Ocepar, tive a honra de ter sido homenageado, junto de outras lideranças, com um Diploma de Construtores da Ocepar, durante a gestão do presidente João Paulo Koslovski. Recebi a homenagem das mãos do ex-presidente da Batavo e meu amigo pessoal Frank Dijkstra. Na ocasião, Koslovski lembrou que, antes que a Ocepar fosse constituída, em 2 de abril de 1971, um grupo de pessoas de várias instituições públicas do Paraná passou a atuar para reorganizar as cooperativas, que na época não tinham áreas definidas e, muitas vezes, competiam entre si. Esse grupo trabalhou muito para organizar o setor e torná-lo forte e representativo, tanto social quanto economicamente. Integravam esse seletivo grupo do qual tive a honra de pertencer como técnico do Inda e depois do Incra: Benjamim Hammerschmidt, Dúlio José Paola, Ênio Marques Ferreira, Guntolf van Kaick, Silvio Galdino de Carvalho Lima, Silvio Tedéo, Tadeu Duda e Takeki Nishiyama.



Homenagem recebida pelas mãos de Frank Dijkstra



Todos os homenageados como Construtores da Ocepar: Takeki, Tadeu, Silvio Tedêo, Silvio Galdino, Guntolf, Ênio, Duílio, Benjamin e eu (Thiesen)



Em comemoração aos 30 anos da Ocepar, foi inaugurada a Galeria dos Presidentes da entidade. Da esquerda para a direita, eu, Ignácio Donel, Dick Carlos de Geus, Benjamin Hammerschmidt e Guntolf van Kaick



Homenagem recebida com minha esposa, Rucliu, e meus filhos, Marcos e Márcia, no auditório da Ocepar em 2001

CAPÍTULO 17

DO PARANÁ A BRASÍLIA

Nem imaginava ocupar, um dia, cargo de tamanha relevância no cooperativismo brasileiro: ser presidente da OCB. Esta tem sede em Brasília (DF) e representa milhões de cooperados dos 26 estados da nossa federação e do Distrito Federal. Antes, em 1988, eu já havia ocupado o cargo de vice-presidente da entidade; na época, exerci a função de coordenador dos trabalhos para elaboração do Plano Global de Autogestão para as Cooperativas Brasileiras.

Na reunião do Conselho Diretor da OCB, no dia 25 de fevereiro de 1991, antes da realização da Assembleia Geral, que aconteceria no mês de março e iria eleger a nova diretoria, fui nomeado membro da Comissão Eleitoral, com Francisco Alves dos Santos, Américo Utumi e Paulo Roberto Bernardes. Na

ocasião, fui indicado como membro titular do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), com o grande amigo Roberto Rodrigues, tendo como suplentes, respectivamente, Alberto Veiga e Amílcar Gramacho.

Para poder assumir a Presidência da OCB, tive que abdicar de mais dois anos de mandato na Ocepar. Eu tinha sido eleito em 1990 para uma gestão que encerraria em 1993. Não tive outra opção! Passei o bastão para Ignácio Aloysio Donel e rumei para Brasília (DF). No dia 7 de março de 1991, junto de vários companheiros cooperativistas, tomei posse como presidente da nossa organização maior: a OCB. Lembro-me de ter dado a minha contribuição na elaboração do Manual de Capacitação da OCB, o qual foi apresentado pelo então presidente da entidade, Roberto Rodrigues, durante o VII Encontro de Dirigentes e Executivos das Organizações das Cooperativas Estaduais (OCES), em Brasília.

Na solenidade de posse em Brasília (DF), lá estavam minha família e muitas lideranças do setor, parlamentares, políticos, o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera Mano Filho, o governador do estado do Paraná, Roberto Requião, e o presidente da Organização das Cooperativas da América (OCA), Armando Tovar Parada.



Durante minha posse na OCB, em Brasília, com minha filha, Márcia, e minha esposa, Rucliu

Durante meu mandato, que durou até 1994, foram muitos os avanços e as conquistas para o cooperativismo brasileiro. Para expressar os desafios enfrentados no curto período de três anos em que exerci a Presidência da OCB, nove ministros passaram pelo Mapa; com determinação e uma equipe pequena, mas extremamente ágil, pudemos manter uma excelente interlocução com todas as esferas do governo. Na época em que assumi, o superintendente da OCB era Francisco Alves e o chefe do departamento econômico da entidade, o engenheiro agrônomo Amílcar Gramacho.

Uma das minhas primeiras atividades oficiais como presidente foi representar o cooperativismo brasileiro na 2ª Reunião do Conselho Consultivo de Cooperação Agrícola dos Países da Área Sul (Conasur), no início de abril de 1991, em Viña del Mar, no Chile.

Durante a gestão na OCB, tive a oportunidade de visitar vários países representando o sistema cooperativista brasileiro, entre eles: Canadá, Portugal, Argentina, Alemanha, Japão, Rússia e Sibéria. No Canadá, estivemos entre os dias 15 e 27 de abril e incrementamos o intercâmbio técnico comercial com cooperativas canadenses na melhoria genética do rebanho pecuário. Buscamos novas tecnologias e melhoria genética, especialmente para cooperativas de leite. Participaram 11 lideranças do Sul e de São Paulo. Já a Portugal, no dia 24 de maio, fui acompanhado do vice da OCB, Ronaldo Scucato; participamos do I Encontro Cooperativo dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, realizado em Lisboa. Na Argentina, participamos da Comissão Mista de Integração Cooperativa Brasil e Argentina, nos dias 5 e 6 de julho, em Buenos Aires. Em setembro, representei o cooperativismo em Berlim, na Alemanha, durante a reunião do Comitê Central da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Em dezembro de 1991, criamos e nomeamos a Comissão OCB de Capacitação, com o objetivo de estimular o processo de autogestão no cooperativismo brasileiro. Na ocasião, publicamos uma cartilha, intitulada *Autogestão, ao alcance das cooperativas*, reedição de um trabalho anterior, com a finalidade de despertar o interesse das pessoas em conhecer e debater o assunto, afinal era um processo irreversível e que conquistamos a duras penas com a Constituição de 1988. Desde o tempo do Inda/In-

cra, defendemos que cada pessoa participe diretamente da vida da sua cooperativa, como cooperado, dirigente ou funcionário. Essas pessoas precisam estar cada vez mais preparadas para assumir suas funções na sociedade, um processo pelo qual todos os personagens envolvidos precisam assumir suas responsabilidades, decorrentes da maior liberdade alcançada. Assim, deixaríamos de ser tutelados pelo Estado.

A base da produção agrícola do cooperativismo está alicerçada na sustentabilidade. Preservação ambiental é algo que está no dia a dia das ações das nossas cooperativas, e não só no ramo agropecuário. Durante minha gestão na OCB, tomamos a iniciativa de colocar todas essas ações numa publicação especial com experiências exitosas país afora. Iniciamos contando um pouco do trabalho realizado em parceria com a Companhia de Promoção Agrícola (Campo), fundada em 9 de novembro de 1978. Trata-se de uma empresa de capital binacional (*joint venture*), com 51% das ações pertencentes ao lado brasileiro, representado pela Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (Brasagro), e 49%, ao lado japonês, representado pela Japan-Brazil Agricultural Development Corporation (Jadeco). A participação governamental e privada existe em ambas as partes, sendo a empresa responsável pelo estímulo à ocupação planejada de áreas em toda a região dos cerrados. Ela se especializou no desenvolvimento agrícola de áreas dos cerrados e no monitoramento ambiental, com diversos contratos de consultoria na região, como, por exemplo, com a Companhia Vale do Rio Doce (Corredor Centro-Norte de Exportação), governos estaduais, Japan International Cooperation Agency (Jica), entre outros. Não conheci modelo mais eficiente e moderno de sustentabilidade e de reforma agrária no Brasil do que esse implantado pela Campo, tornando totalmente produtivas áreas que não eram exploradas; um modelo sem paternalismo, em que o produtor por vocação comprava a terra e as máquinas, sem qualquer paternalismo estatal, apenas com o apoio da assistência técnica direta das cooperativas parceiras do projeto. Em janeiro de 1993, quando era presidente da OCB, indicamos para assumir a Presidência da Campo o líder cooperativista e presidente da Cooperativa Agrícola do Vale do Paracatu (Coopervap), de Minas Gerais, Emiliano Pereira Botelho.

A importância do Sistema OCB era reconhecida pelo governo. Mantivemos uma proximidade com o então ministro da Agricultura, Antônio Cabrera. Com essa aproximação, passamos a ocupar, por decisão do CNPA, assento nas principais câmaras setoriais, entre elas, de assentamentos rurais, máquinas e implementos agrícolas, suinocultura, sementes e mudas, dendê, milho e sorgo, mandioca, feijão, arroz, leite, trigo, café, pesca e aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, mamona, algodão, cevada, malte, produtos fitossanitários, fertilizantes e corretivos. Cada uma dessas câmaras tinha 17 componentes, incluindo representantes do Mapa e do Ministério da Economia, além de técnicos de outros órgãos do governo e entidades ligadas ao setor.

Essa aproximação com o ministro Cabrera facilitou a ida do presidente, Fernando Collor de Mello, à cidade de Carambeí (PR), para as comemorações dos 65 anos da fundação da Batavo (atual Frísia), no dia 2 de agosto de 1990. O evento foi prestigiado por diversas autoridades, como o então governador do estado, Roberto Requião.

Entre os diversos setores do cooperativismo brasileiro, um que se destaca é as exportações. Sempre presentes na pauta da balança comercial brasileira, estão os principais grupos de produtos das cooperativas nas exportações, como laranja, soja, café, algodão, açúcar e carnes. Em 1990, apenas a laranja e a soja haviam sido responsáveis por 65% do valor total das exportações das cooperativas. Solicitamos, então, ao Departamento Técnico e Econômico da OCB, baseados em informações do Ministério da Indústria e Comércio e Banco do Brasil, a publicação de um anuário, *As cooperativas na balança comercial brasileira – ano base 1990*, publicação que teve prosseguimento nos anos subsequentes em que dirigi a entidade.

O Programa de Autogestão do Sistema Cooperativista Brasileiro teve suas principais discussões no ano de 1991, mais precisamente nos dias 13 e 14 de junho, durante a 1ª Convenção Nacional de Autogestão Cooperativista, realizada em Brasília (DF). Nela, foram aprovadas as diretrizes do programa a partir de uma proposta inicial apresentada pela OCB, em que foram definidos os instrumentos necessários para o desenvolvimento das etapas subsequentes a ser encaminhadas pelas organizações



Visita do presidente Fernando Collor de Mello à cidade de Carambeí (PR), para as comemorações dos 65 anos da fundação da Batavo (atual Frísia), no dia 2 de agosto de 1990



Na solenidade, à frente, o governador Roberto Requião, presidente Fernando Collor, presidente da Batavo, Dick Carlos de Geus, e, ao fundo, Osmar Dias, eu (Thiesen), o deputado estadual Orlando Pessuti e o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera

estaduais em suas áreas de ação. Essa convenção contou com a participação maciça e atuante de dirigentes de todos os estados. Na ocasião, o coordenador da Comissão Nacional era Silvio Galдино; participei de forma integral de todos os debates, afinal era um assunto de interesse do sistema, pois, com a Constituição de 1988, vivenciávamos um novo cenário para nossas cooperativas, que deixaram de ter a tutela estatal, isto é, passamos a caminhar com as próprias pernas.

No mês de setembro de 1991, participei, representando o Brasil, do Congresso Mundial da ACI, em Berlim, na Alemanha, em que estiveram presentes 79 países. Da América Latina, existiam delegações de 20 pessoas e, do Brasil, éramos apenas três representantes. Lembro que uma das discussões era sobre o processo de autogestão das cooperativas; pude trazer muitas informações para o processo que estava sendo implantado no país. Na ocasião, visitei a Universidade de Münster, em que conhecemos estudos aprofundados sobre o cooperativismo mundial. Recordo que a preocupação na Alemanha era o distanciamento entre a cooperativa e o cooperado, sendo um dos reflexos os bancos cooperativos que já existiam naquele país.

Reunimos em dezembro de 1991, dias 4, 5 e 6, em Manaus (AM), praticamente todos os dirigentes das organizações estaduais no X Encontro de Presidentes e Executivos do Sistema OCB. Além de avaliar as atividades do ano, discutimos as bases de atuação para o ano de 1992. Entre as principais diretrizes apontadas pelos dirigentes, estavam a aprovação da Lei Cooperativista e do Projeto do Ato Cooperativo; a constituição do Banco de Crédito Cooperativo; a implantação do Sistema de Crédito Cooperativo; e um plano de fomento para o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro. Também aprovamos a retomada da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) pelos deputados Jonas Pinheiro e Dejandir Dalpasquale, no sentido de fortalecer nossa representatividade nos Conselhos Especializados, em grupos de trabalho interministeriais de crédito, e, assim, facilitar o convencimento para a criação do banco cooperativo. Outro ponto discutido pelos dirigentes foi consolidar o Programa de Autogestão – 19 estados já haviam implantado o processo.

No mês de dezembro de 1991, foi autorizada pelo governo a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar),

que também passaria a atender a demandas das cooperativas em todo o território nacional, com ensino de formação profissional rural e promoção social. Fui indicado para integrar o primeiro conselho do Senar no país.

No dia 2 de julho de 1992, durante solenidade no Palácio do Planalto, tive a oportunidade de fazer um discurso em nome de mais de três milhões de cooperados para o então presidente da República, Fernando Collor de Mello. “Se nós não defendermos nossos interesses, ninguém vai lutar por nós” – lembro-me desse trecho da minha fala ao presidente e demais autoridades presentes.

Em outubro de 1993, fui um dos palestrantes convidados do V Congresso Brasileiro de Marketing Rural, em Maringá (PR). Lá, pude apresentar a visão da OCB para o tema, especialmente no agronegócio. Lembro que chamei atenção para a necessidade de o setor se mostrar mais, para ser valorizado e reconhecido, tanto pela sociedade quanto pelos governos, o que passa por



No dia 2 de julho de 1992, durante solenidade em homenagem ao Dia Internacional do Cooperativismo, o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, Antônio Ernesto de Salvo da CNA e eu (Thiesen), aguardando a chegada do presidente Collor ao Palácio da Alvorada

uma maior eficiência, do agricultor à cooperativa – precisamos cada vez mais mostrar nossa força e representatividade, em todos os segmentos do cooperativismo. Sempre atuei com essa preocupação: precisamos persuadir o governo para que ele saia das atividades em que é ineficiente, para que atrapalhe menos. O resto, o setor saberá fazer, como vem realizando há décadas.

Durante meu mandato, recomendamos a criação de um escritório regional, em Brasília (DF), da ACI para a América do Sul. Participaram da solenidade de assinatura, no dia 22 de março de 1993, na sede da OCB, o presidente da Organização das Cooperativas para a América (OCA), Armando Tovar Parada, e o presidente da ACI, Lars Marcus. Na ocasião, foi indicado pela diretoria da OCB para assumir o cargo de diretor regional Carlos Sandskaer, que possuía larga experiência no cooperativismo e um relacionamento com a própria ACI, a partir da sua atuação nas cooperativas suecas, além de ser conhecedor do mercado internacional. Nosso objetivo com essa iniciativa inédita era faci-



Inauguração do escritório da ACI na sede da OCB, em Brasília. Da esquerda para a direita: ministro da Agricultura da ACI, Lars Marcus, eu (Thiesen), presidente da OCB, e o presidente da OCA, Armando Tovar Parada



Tomamos a iniciativa de criar um escritório regional, em Brasília (DF), da ACI para a América do Sul, fato que foi noticiado no informativo da entidade em Genebra, na Suíça

litar a integração sub-regional e regional dos movimentos cooperativos e suas conexões com outras regiões do mundo associadas à ACI, além de abrir portas para o comércio internacional de produtos das nossas cooperativas.

No mesmo ano de 1993, aprovamos o Programa de Desenvolvimento e Integração do Cooperativismo, sob a coordenação dos engenheiros agrônomos Adelar Francisco Baggio e Silvio Galdino de Carvalho Lima, em conformidade com as diretrizes do XI Encontro de Presidentes Executivos das Organizações Estaduais de Cooperativas, realizado em Florianópolis (SC).

Também em 1993, a OCB passou a integrar e ter assento em diversas entidades, como no Conselho de Administração da OCA; no Conselho Fiscal Titular da Junta de Vigilância, nos Comitês Executivo e Bancário; na Presidência do Comitê Agrícola, na qualidade de representante da OCA. Também nos filiamos à Federação Internacional de Produtores Agrícolas (Fipa) e à Associação Latino-Americana de Centros de Educação Cooperativista (Alcecoop) e participamos da coordenação do Comitê Permanente de Integração das Cooperativas (Mercocoop). Oportunamente, indicamos Américo Utumi como secretário executivo do Comitê Agrícola da ACI e Roberto Rodrigues para sua reeleição como vice-presidente da mesma entidade.

No ano de 1994, aprovamos a criação de uma comissão para estudar a reforma estatutária da OCB, da qual participaram os cooperativistas Ronaldo Scucato, Reinaldo Felisberto Damacena e Silvio Galdino de Carvalho Lima.

Diante do agravamento do endividamento das cooperativas brasileiras devido aos sucessivos planos econômicos, iniciamos negociações com o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente da República, Itamar Franco, quando entregamos um relatório detalhado da CPI da Câmara Federal sobre as dívidas rurais no país. Até mesmo a nossa entidade (OCB) passava por dificuldades financeiras, em decorrência da redução nas contribuições cooperativistas.

De forma bem resumida, lembro aqui o que foram esses três anos à frente da direção nacional do cooperativismo. Com o apoio de centenas de lideranças cooperativistas, realizamos um trabalho importante para a consolidação da entidade e avanço do sistema no Brasil.

Paranaense será novo presidente da OCB

Da sucursal de Curitiba

O presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), engenheiro-agrônomo Wilson Thiesen, assume hoje a presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ele foi indicado pelas lideranças do setor como candidato único para substituir Roberto Rodrigues à frente da entidade por apenas três anos. A eleição aconteceu hoje à tarde, em Brasília. Votaram os presidentes de todas as organizações de cooperativas dos Estados. A posse está marcada para as 20h30m, no Hotel Carlton.

Thiesen atua no cooperativismo desde 1978, quando foi diretor executivo da Ocepar. Em 1986, foi eleito presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e presidente da Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná (Confepar). Uma assembleia no próximo dia 23 vai definir o seu substituto na Ocepar. Na última terça-feira, Thiesen recebeu a Fichas para uma entrevista.

Ficha de Londres: O que vai mudar na OCB com a sua eleição? O Sr. acha que a OCB precisa mudar?

Wilson Thiesen: Pretendo dar continuidade ao trabalho que estava sendo desenvolvido por Roberto Rodrigues. Queremos fortalecer a "trading" (empresa de comércio) do setor, já constituída, e fortalecer também o intercâmbio internacional buscando novos mercados e novas tecnologias para o desenvolvimento agropecuário. Temos outros projetos, como a criação de um banco privado do próprio setor, de uma seguradora própria e um desafio: a implantação do sistema de autogestão das cooperativas em todos os Estados, que foi uma exigência que obtivemos com a nova Constituição.

FL: Nos últimos anos, os agricultores organizaram reuniões a Brasília para pressionar o Governo a assumir suas responsabilidades. O Sr. pretende usar esse tipo de expediente na relação frente da OCB com o Governo?

WT: Isso vai depender da situação conjuntural do País. A OCB tem que ouvir a sociedade



WT: O governo tem tentado, na medida do possível, a solução dos problemas, que não são fáceis. O que nós mais temos solicitado nos contatos com o Governo é que o setor não pode ficar na falsa expectativa. O que não pode ser realizado sem que ser discutido com a sociedade.

FL: O Sr. acha que o Ministro da Agricultura, Antônio Cabrita, está cumprindo seu papel de ser um defensor da agricultura no Governo?

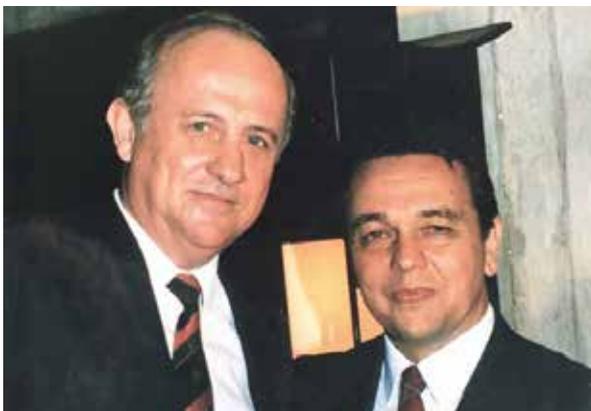
WT: Não precisamos do fortalecimento do Ministério da Agricultura. Felizmente, agora não tivemos a aprovação da Lei Agrícola e estamos muito esperançosos com a ação que nós podemos ter agora com a criação do Conselho Nacional de Política Agrícola, que estará sendo presidido pelo Ministro da Agricultura. Este é um ponto fundamental para o seu fortalecimento. O cooperativismo tem também dois aspectos nesse contexto e nós pretendemos, num entendimento com o próprio Ministro, fazer desse contexto um grande fórum de debate da agropecuária.

FL: O Sr. pretende fazer de sua passagem pela OCB um trampolim para a política brasileira?

WT: Não. Eu não acredito nisso. Inclusive, são três anos apenas e eu não tenho direito a rep...

Jornal da época destaca a minha posse na OCB

Com o amigo e líder cooperativista que tive a honra de substituir na Presidência da OCB, em Brasília, Roberto Rodrigues





Num gesto de carinho e reconhecimento, cooperativas paranaenses publicam anúncio da eleição para dirigir a OCB, em Brasília



Durante minha gestão, viajei por todo o país participando de eventos cooperativistas



Eu (Thiesen), ao lado do senador por Santa Catarina, Dejanir Dalpasquale, que mais tarde também seria presidente da OCB



Encontro em São Paulo com o presidente da Fiep, José Gomes de Carvalho, e o presidente da Cotriguaçu, José da Luz Ochôa



Foram muitas as homenagens recebidas em nome da OCB pelo Brasil afora



Uma das muitas viagens em que acompanhei o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera



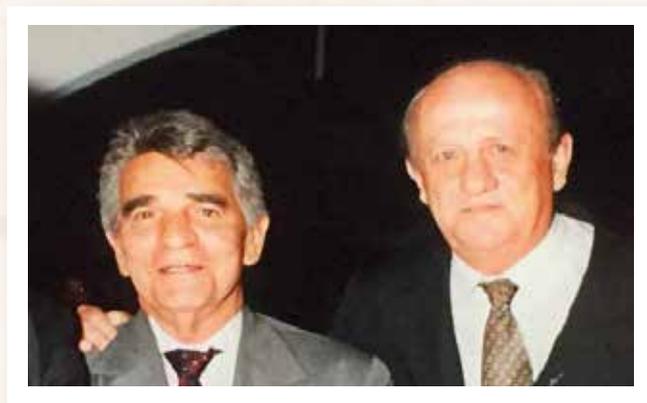
Encontro no Congresso Nacional com o governador Roberto Requião e o secretário da Agricultura, Osmar Dias



Homenagem recebida em Porto Alegre, com o Troféu A Granja



Encontro de Dirigentes e Executivos do Sistema OCB, em Natal, no Rio Grande do Norte, em novembro de 1990



Com o grande amigo e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antonio Ernesto Werna de Salvo



Evento realizado na sede da Ocepar, em 1993, para debater com lideranças do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo medidas para dirimir a crise no setor



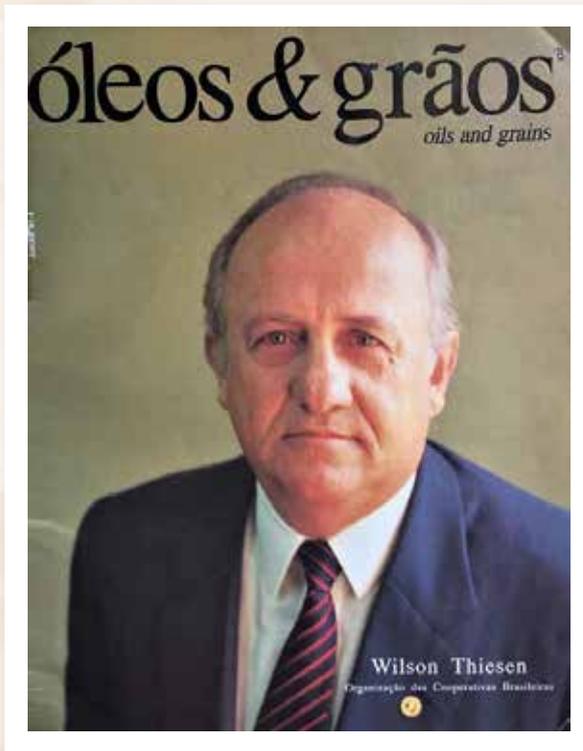
Com lideranças cooperativistas de todo o país durante manifestação de produtores rurais em Brasília



Na década de 1990, foram várias as manifestações de produtores rurais em Brasília com o apoio da OCB



Homenagem ao ministro Antônio Cabrera com o Mérito Cooperativista, em 1992. No canto da foto, observando, o ex-presidente da Coopavel, Salazar Barreiros



Capa da revista Óleos e Grãos, da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), quando concedi uma longa entrevista sobre o futuro do cooperativismo no Brasil e no mundo



Informativo editado pela Assessoria de Comunicação da OCB sobre as atividades desenvolvidas no ano de 1991



Informativo divulga ações na Presidência da OCB, no ano de 1993



Um dos vários certificados recebidos durante minha passagem como presidente da OCB. Este evento promovido pela OCA em Montevideú, no Uruguai, em 1993

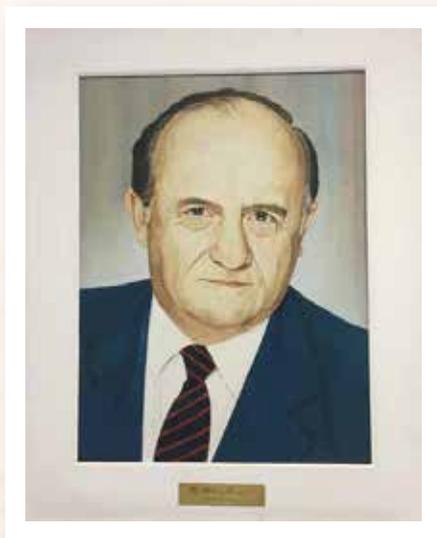


Certificado de participação no Congresso Continental de Direito Cooperativo, realizado em Brasília, no ano de 1992

Galeria dos Presidentes do Sistema OCB, em Brasília



Na galeria, está um retrato meu do mandato de 1991 até 1994 na presidência da OCB. Pintura em aquarela do artista plástico, Osni Chacon Manzini, de Jaú, São Paulo e que faleceu em 2003 aos 39 anos



CAPÍTULO 18

CANDIDATURA A DEPUTADO FEDERAL

Com toda a certeza do mundo, digo que nunca havia passado pela minha cabeça disputar, algum dia, um cargo político, uma eleição majoritária. Como o sistema cooperativista crescia de forma vertiginosa, as lideranças diziam que o setor precisava elegeer pessoas comprometidas com ele, que poderiam dar a sua contribuição na Assembleia Legislativa do Paraná ou Câmara Federal. As lideranças afirmavam que tais iniciativas eram necessárias para ter apoio político, representatividade e defesa dos anseios do setor. Diante disso, fui levado a aceitar mais esse desafio em minha vida e candidatei-me a deputado federal. Na época, o setor tinha outros dois candidatos, o ex-presidente da Coopavel, Salazar Barreiros, e o deputado federal Moacir Micheletto. Como eu não tinha

nenhuma vivência política, filiei-me ao Partido Popular (PP), que tinha, entre suas principais lideranças, o senador Osmar Dias.

Naquele ano, houve uma campanha muito curta. Inclusive, depois do pleito, soube que alguns parentes não votaram em mim por não saber que era candidato. Não fiz coligação com nenhum outro deputado, apenas um trabalho focado nas cooperativas. Realizamos 92 reuniões fechadas para firmar apoio, pois seria o parlamentar do setor cooperativista. Montei um comitê no apartamento do meu sogro para poder organizar a campanha, cuja coordenação foi feita pelo amigo de sempre, Silvio Galdino, e teve o apoio da secretária, Dona Ilda, que tinha sido funcionária da Cocap. Ela era uma pessoa de extrema confiança e muito organizada. Outra pessoa que, na minha campanha, arregaçou as mangas foi meu compadre, Roberto Sielski, que já faleceu, sem esquecer, é claro, minha família, que tanto trabalhou. Sabíamos que seria uma campanha rápida e sem recursos.

Conseguimos, por meio de comodato, dois veículos para a campanha. Com o Fiat Uno, percorri praticamente todo o Paraná na companhia do motorista, Laertes Pinto. Ele era meu vizinho e já tinha se aposentado da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), uma pessoa distinta e muito cuidadosa, o que era muito importante naquela época, pois nossas estradas não eram duplicadas e, sim, perigosíssimas. Lembro-me sempre de nossas viagens com o Fiat Uno. O tempo todo, eu e Laertes ouvíamos uma fita cassete com declamações da Bíblia, gravadas por Cid Moreira, além de músicas sertanejas e religiosas.

Meu compromisso era com a agricultura. Todo o material que produzi tinha como foco a defesa dos produtores e do cooperativismo paranaense. Mande fazer uma bolsa com o meu número, o 3.917. Também autorizei a confecção de uma prancheta de anotações, que os produtores poderiam utilizar. O verso dela trazia meu currículo. Lembro que, nos meus “santinhos” de cam-



REALIZAMOS 92 REUNIÕES FECHADAS PARA FIRMAR APOIO,
POIS SERIA O PARLAMENTAR DO SETOR COOPERATIVISTA.



panha, coloquei uma frase do ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, sempre atual: “Se as cidades acabarem, os campos permanecerão. Mas se os campos morrerem, as cidades morrerão”. Na época, algumas pessoas demonstraram interesse em me apoiar financeiramente, porém não aceitei a ajuda, porque elas não eram ligadas ao setor agropecuário. Devo muito às cooperativas e aos seus diretores pelo apoio que recebi durante a campanha. Precisávamos fortalecer nossa representatividade no Congresso, mostrar o que somos e o que fazemos para o desenvolvimento do nosso país.

Durante as reuniões de campanha, lembrávamos o quanto a agricultura não era respeitada pelo Poder Executivo. No período em que Collor governou, 12 pessoas diferentes ocuparam a função de ministro da Agricultura. Nos encontros com os produtores rurais, eu costumava dizer que daria um carro de presente àquele que soubesse o nome de cinco ministros da Agricultura na época. Não existia representatividade. Em algumas reuniões, Osmar Dias participava. O único material de campanha que produzi foi em dobradinha com ele, que era candidato a senador. Já para governador, não apoiei ninguém. O embate era entre Álvaro Dias e Roberto Requião; inclusive, pediram-me para gravar um depoimento a favor de Álvaro e contra Requião, mas não o fiz, até porque o cooperativismo nunca teve lado, sempre manteve uma posição independente. Também, sempre tive uma boa relação com o governador Roberto Requião.

Recebia muitas cartas de produtores, que sempre pediam algo. Respondi a todas, mas nunca doei nada, até porque não tínhamos condições. Foi uma campanha simples e sem gastos. Lembro que gastamos cerca de R\$ 62 mil em todo o processo, sem deixar qualquer dívida pendente. Na verdade, atendemos



DURANTE AS REUNIÕES DE CAMPANHA, LEMBRÁVAMOS O QUANTO
A AGRICULTURA NÃO ERA RESPEITADA PELO PODER EXECUTIVO.
NO PERÍODO EM QUE COLLOR GOVERNOU, 12 PESSOAS DIFERENTES
OCUPARAM A FUNÇÃO DE MINISTRO DA AGRICULTURA.





VÁRIOS COOPERATIVISTAS AJUDARAM-ME NO PERÍODO
DE ELEIÇÕES. NÃO GOSTARIA DE CITAR NOMES
PARA NÃO COMETER INJUSTIÇA, POIS SOU
ETERNAMENTE GRATO A CADA UM.



a apenas dois pedidos. Um deles era de uma jovem de Ivaiporã (PR), que precisava de um inalador; ela tinha bronquite, assim como meu filho. Como, em casa, havia um aparelho de inalação disponível, enviei para a menina. Outro pedido foi de uma estudante de Medianeira (PR), que precisava de livros escolares. Para ela, enviamos vários livros de cursinhos, que haviam sido usados pelos nossos filhos e estavam encostados. Meus filhos e minha esposa acabaram apoiando a campanha. Minha maior votação foi em Curitiba, onde fiz 1.672 votos. A segunda maior foi em Goioerê, região Noroeste do Paraná, onde obtive 862 votos.

Vários cooperativistas ajudaram-me no período de eleições. Não gostaria de citar nomes para não cometer injustiça, pois sou eternamente grato a cada um. Meu pai foi cooperado da Copagra, cooperativa com sede em Nova Londrina, região Noroeste do Paraná. Na época da campanha, a diretoria pediu para eu ir até a cidade. Seu presidente era médico e tinha sido prefeito da cidade, Olivier Grendene. Ele garantiu que, naquele município, eu faria quatro mil votos – porém não fiz mil. Ele ficou muito triste, decepcionou-se. Sempre que eu o encontrava, ele lamentava e falava do seu aborrecimento. Outro candidato, da região Oeste, que nem tinha pisado na cidade, fez mais voto do que eu. Coisas da política que não podemos entender.

Mas eu soube interpretar esses resultados. Sempre respeitei os desígnios de Deus. Se não era para ser para o bem, não seria a minha vez como deputado. Até encaro a situação de forma engraçada. Logo em seguida, eu tive um infarto. Consegui passar por uma cirurgia e fui salvo. Talvez, se eu tivesse sido eleito, e dependendo da situação, não teria a mesma chance. Na época, pelo PP, foram eleitos deputados: José Janene, por Londrina, Nelson Meurer, pelo Sudoeste, e Ricardo Barros, por Maringá.



COMO EU DISSE, FOI UMA CAMPANHA CURTA E MUITOS AMIGOS E PARENTES NÃO SABIAM QUE EU ERA CANDIDATO. ACABARAM NÃO VOTANDO EM MIM. OUTRA SITUAÇÃO QUE DIFICULTOU MINHA ELEIÇÃO FOI O FATO DE OS ELEITORES, NAQUELA ÉPOCA, PRECISAREM ESCREVER O NOME DO SEU CANDIDATO NA CÉDULA.



Um episódio que vale a pena contar é sobre um telefonema que recebi de um senhor japonês que vivia no Norte do Paraná. Ele ligou para mim, dizendo que precisava ir lá. Ele queria trabalhar na minha campanha. Numa das viagens, fui até a cidade dele. Quando cheguei, aguardavam-me o tal senhor e mais três vereadores da cidade. Disseram que precisavam de material. Eu atendi o pedido, porém já esperando que, logo depois, eles pedissem o que eu não tinha: dinheiro. Então, assim que eu me levantei para ir embora, perguntei se precisavam de mais alguma coisa. A resposta foi a mais surpreendente! Eles disseram que acompanhavam meu trabalho e explicaram que decidiram ajudar um candidato honesto, alguém que faria algo pela agricultura e pelas pequenas cidades. Nenhum deles era ligado a cooperativas; demonstraram, apenas, que estavam interessados em me ajudar. Saí de lá feliz da vida! Foi uma injeção de ânimo para eu continuar buscando apoio e votos. Com certeza, esses votos foram os melhores que pude receber.

Como eu disse, foi uma campanha curta e muitos amigos e parentes não sabiam que eu era candidato. Acabaram não votando em mim. Outra situação que dificultou minha eleição foi o fato de os eleitores, naquela época, precisarem escrever o nome do seu candidato na cédula. Muitos tinham dificuldade de escrever de forma correta, acabavam rabisando, e o voto era anulado. Tive votos em 320 municípios paranaenses e não consegui me eleger. Fiz mais de 21 mil votos.

Por muito pouco, o fato de não ter sido eleito não virou frustração. Entretanto, fiquei mais chateado pelo esforço da família e dos amigos do setor agropecuário, das cooperativas, do que pela derrota em si, ou seja, por não assumir uma vaga de depu-

tado. Com certeza, eu seria mais um que iria defender, no Congresso, a agricultura e o cooperativismo, o que, aliás, sempre fiz em toda a minha vida profissional.

O fato de eu ter saído candidato a deputado federal, e não estadual, foi uma decisão da própria diretoria da Ocepar e das cooperativas que me apoiaram. A Ocepar sempre foi favorável a eleger uma bancada forte no Congresso Nacional; em relação a deputados estaduais, mantém outro posicionamento, uma vez que a disputa é bem mais acirrada e envolve preferências locais, ou seja, um maior envolvimento no apoio a um candidato que disputa vaga na Assembleia Legislativa traria mais prejuízo às cooperativas do que benefícios. A mesma posição é mantida para os cargos de governador, presidente, prefeitos e vereadores. O sistema não se manifesta. No caso de deputados estaduais, até hoje, não temos uma Frente Parlamentar do Cooperativismo na Assembleia Legislativa do Paraná.

Considero que minha candidatura, na época, foi uma semente lançada para despertar junto às bases a necessidade de termos deputados eleitos para representar o setor, o que, desde então, vem acontecendo. Posteriormente, surgiu a própria Frencoop, que possui mais de 250 deputados e senadores na sua base. Hoje, podemos ver o quanto avançamos e conquistamos politicamente. Na verdade, tudo passa pela política e precisamos ter voz ativa para sermos ouvidos e respeitados.

Entretanto, se analisarmos a política nesses últimos anos, não temos muito do que nos orgulhar, mesmo sendo por meio dela que elegemos nossos representantes. Cada vez mais, precisamos votar de forma consciente, saber realmente distinguir os lobos dos cordeiros da política. Se os homens de bem não se envolverem na política, o mal prevalecerá.



O FATO DE EU TER SAÍDO CANDIDATO A DEPUTADO
FEDERAL, E NÃO ESTADUAL, FOI UMA DECISÃO DA
PRÓPRIA DIRETORIA DA OCEPAR E DAS
COOPERATIVAS QUE ME APOIARAM.





*Osmar Dias foi meu companheiro de
chapa e se elegeu senador pelo Paraná*

CAPÍTULO 19

SINDILEITE: DESAFIOS NO SETOR LEITEIRO DO PARANÁ

Na minha experiência profissional, sempre fiquei frente a frente com novos desafios. Na verdade, foram oportunidades que abracei com ética e profissionalismo. Em 1979, como delegado federal do Mapa, tive a chance de me aproximar mais do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (Sindileite). Três anos depois, quando estava na Vice-Presidência da Confepar, minha aproximação com o sindicato foi ainda maior. Na época, eu passei a me dedicar a assuntos referentes ao relacionamento da Confepar com as entidades, incluindo as reivindicações políticas, sendo a maior do segmento a fixação do preço do leite junto à Superintendência Nacional de Abastecimento (Su-

nab), extinta em 1998. Na época, o preço do leite era tabelado e fixado pela Sunab; diante dessa realidade, o Sindileite tinha um papel importante para que o segmento alcançasse seus objetivos.

Como havia a distribuição do leite em Curitiba, eu passei a me envolver, cada vez mais, com a ação política do sindicato. Lembro que, a cada novo preço do produto, nós publicávamos um pequeno folheto com o valor de venda atualizado. Participava das reuniões com a Sunab e lideranças do segmento; em tudo que se relacionava com o leite, eu estava lá! Na época, a Confepar tinha 30 cooperativas. Comecei a frequentar o Sindileite com mais assiduidade; logo depois, tornei-me vice-presidente e, em seguida, presidente da entidade. Foi um período em que eu alternava a Presidência com João Manfred Warkentin Siemens. Consequentemente, passei a ter uma convivência maior com a Fiep.

Veio a crise do leite e, com ela, o trabalho quadruplicou! Eram publicações em defesa do segmento, conscientização da sociedade sobre a importância dele, reivindicações, debates e muitas ações políticas na tentativa de, pelo menos, amenizar a situação complicada que o segmento estava vivenciando. No meio de todas essas iniciativas, consegui aproximar a Fiep da Ocepar e, consequentemente, das cooperativas. Lembro que levei a diretoria da Fiep para conhecer a CCLPL, fizemos reuniões com empresários na sede da cooperativa, enfim, estreitamos muito a relação das cooperativas com a Fiep. Sempre fui muito bem recebido na federação, tanto que me tornei vice-presidente, nas gestões 1995-1999, de José Carlos Gomes de Carvalho. Também fui terceiro tesoureiro na gestão 1992-1995, do saudoso Jorge Aloysio Weber.

Pelos meus serviços junto a essa importante federação representativa da indústria paranaense, tive a honra de ser indicado, em 1992, para receber a Medalha do Mérito Industrial, por escolha de todos aqueles que reconheceram os meus esforços em prol do fortalecimento do segmento leiteiro, não só no Paraná, mas também no nosso país. Quando a Fiep completou 65 anos, fui convidado para discursar, como presidente de um dos sindicatos fundadores da entidade, durante a abertura de uma exposição que fazia uma retrospectiva da sua história.

Eu me dedicava às questões do leite e, com meu conhecimento do setor agropecuário de um modo geral, pude contribuir ainda mais. Acabei coordenando o Conselho Temático da Indústria de Alimentos da Fiep; fizemos grandes trabalhos, como o estudo de 18 cadeias produtivas.

O segmento do leite, na verdade, começou a fazer parte da minha vida desde cedo. Em nossa propriedade rural, meu irmão dedicava-se à produção do alimento. Depois, quando comprei minha propriedade, também me dediquei ao leite. Ele sempre esteve em primeiro lugar! Como sempre defendi o segmento e o setor agropecuário, cobrei de mim mesmo que eu deveria ser produtor rural, era uma questão de consciência! Seria muito estranho defender algo e não o viver na prática.

No Sindileite, além de trabalhar especificamente com o leite, realizamos importantes trabalhos com os sindicatos de panificação e distribuição do leite pasteurizado e, ainda, desenvolvemos ações em parceria com os sindicatos do trigo e da carne. Como eu conhecia muito bem o setor agropecuário e todos os presidentes de sindicatos, as pessoas vinham me consultar. Na Fiep, desenvolvemos trabalhos com todas as cadeias produtivas; até hoje, essas iniciativas são lembradas e reconhecidas pelos profissionais que atuam na federação. Além disso, fizemos vários treinamentos com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), visando a enriquecer o segmento do leite.

Os trabalhos na Confepar e no Sindileite foram simultâneos. Eram ações que fortaleciam o segmento como um todo. Na cooperativa, colocamos em prática um treinamento intenso que envolveu os produtores de leite, bem como realizamos várias viagens técnicas internacionais, para a Argentina e Canadá, por exemplo, por meio da OCB, Ocepar, Sindileite e Confepar, em constante busca por maiores conhecimentos, experiências bem-sucedidas e por tudo que pudesse contribuir para o crescimento da cadeia produtiva do leite.

Entre os desafios, instituímos o Conseleite Paraná, uma associação que visava a buscar, por meio de produtores rurais e indústrias, soluções para os problemas enfrentados pelo segmento, uma iniciativa que hoje é exemplo para o Brasil. Já são 16 anos de Conseleite, tudo começou na época da CPI do Leite, em que havia um distanciamento muito grande entre o produtor e

as indústrias. Os produtores criticavam o papel da indústria, justificando que elas recebiam o leite, ficavam com todos os bônus e só ofereciam a “carne de peçoço” para o produtor. Na CPI, eu coordenava o trabalho – que espero continuar realizando – de demonstrar que a indústria era tão vítima quanto o produtor e que o problema era o mercado, principalmente a concentração das grandes redes. Conversando com o médico veterinário Ronei Volpi, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep), eu disse que as indústrias e os produtores precisavam se unir. No sindicato, eu sempre defendi que precisávamos estar unidos com os produtores. Na verdade, indústria e produtor precisam caminhar juntos, pois um não vive sem o outro. Na época, eu defendia o seguinte: só iríamos conseguir os avanços para o nosso setor se os produtores estivessem do nosso lado. Quanto à própria questão tributária, eu dizia que os produtores precisariam estar conosco. A bandeira sempre foi a defesa da cadeia produtiva do leite, e não a defesa apenas da indústria. Se fôssemos falar apenas como indústria, jamais seríamos ouvidos em nossas reivindicações. Precisávamos nos fazer presentes como um todo, ou seja, como cadeia produtiva do leite. Como era produtor, já com o espírito cooperativista, pude fortalecer a união dessas duas categorias em um mesmo propósito: o fortalecimento do segmento do leite.

Além disso, sempre fui muito próximo da Faep e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep). Na época, disse a Ronei Volpi que deveríamos fazer uma parceria entre a indústria e os produtores para encontrar uma maneira de os produtores, por si mesmos, provarem que a indústria não especulava em cima deles. Então, defendi a ideia de que essa parceria seria necessária para a realização de um estudo técnico, o qual mostraria que a indústria não ficava com a maior parte dos lucros. Eu me lembro que, quando estive na Clac, por exemplo, ela repassava 60% do valor obtido com a venda do leite para o produtor. Precisávamos mostrar que a especulação vinha do mercado.

Nossa primeira tentativa foi trazer Almir Meireles, um estudioso do cooperativismo leiteiro, para ministrar algumas palestras. Mesmo discutindo muito a respeito de como encontrar uma forma de o produtor ser conscientizado de que a indústria não o prejudicava economicamente, não conseguimos avançar nesse propósito. Diante desse impasse, tivemos a ideia de buscar, como segunda alternativa, uma parceria com o Departamento

de Economia Rural (Deral) da Seab, com quem fizemos várias reuniões. O Deral deveria fazer um estudo para conhecer os valores do leite vendido no atacado, no varejo e o que era pago ao produtor. Precisávamos encontrar um parâmetro para o nosso estudo, mas, depois de três estudos apresentados pelo órgão, não nos deparamos com a confiabilidade necessária.

No entanto, no meio das incertezas do momento, apareceram os professores da UFPR Vânia Di Addario Guimarães e José Roberto Canziani. Segundo eles, o modelo do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná (Consecana-PR), do qual eram colaboradores por meio da universidade, poderia ser adaptado para o segmento do leite. A dupla estava otimista. Canziani tinha experiência com leite e havia passado pela Ocepar, onde participou da realização do levantamento do preço do produto. Enfim, estávamos diante de dois ótimos profissionais decididos a colaborar em nosso desafio. Eles fizeram a adaptação necessária e ficamos seis meses em caráter experimental. Estávamos diante do nosso grande desafio: abrir a caixa-preta das indústrias!

O setor de leite e alguns outros setores econômicos foram regulados durante décadas pelo governo. Era a interferência estatal para tentar regular os preços. Tabelação para a matéria-prima, para o industrializado e até o tabelação para o consumidor final. No fim dos anos 1980 e início de 1990, acabaram os tabelamentos. Causou uma grande confusão num mercado que não tinha nenhum histórico de negociação direta. Todo mudo vivia em função do que o governo determinava e ponto-final. O leite foi um desses setores e entrou quase em colapso, com várias Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) estaduais e federais, no sentido de investigar o que estava acontecendo. Na época, a CPI da Assembleia ouviu várias lideranças, entre elas, Wilson Thiesen, que era o presidente do Sindileite Paraná e representava as indústrias. A tentativa era descobrir quem era o culpado pelos baixos preços do leite no campo. O setor lácteo passava por uma crise sem precedentes. Chegou-se à conclusão, então, de que o vilão, entre aspas, era o consumidor, pois, com o fim do tabelação, o poder dos preços havia sido passado para as unidades de varejo e pressionava a indústria por preços menores; conseqüentemente, ofereciam aos consumidores

preços mais baixos. A força estava no varejo, que, ao comprar mais barato, repassava para os consumidores. Quem é que vai defender uma política de preços que eleva os custos para a população? Ninguém defendia isso. Mas também, se continuasse, inviabilizaria toda a cadeia produtiva. Nenhum produtor sobrevive com prejuízos. O mercado teria que funcionar conforme as regras mercantis, ou seja, oferta e demanda. As grandes redes de supermercados também ditavam as regras pelo seu poder de compra junto à indústria, o que acabava desequilibrando. As forças haviam mudado muito de 1980 para 1990, com o fim do tabelamento. Como os produtores estavam organizados via Faep e as indústrias e as cooperativas, por meio do Sindileite Paraná, dialogavam para encontrar uma solução para esse novo momento. Descobriu-se, então, que a indústria era pressionada por preço e prazo e ia para cima dos produtores, que já estavam no seu limite de sobrevivência. Começamos a refletir: será que podíamos pensar em algo que minimizasse esses conflitos na negociação da matéria-prima? Leite é uma das atividades mais pulverizadas no setor do agronegócio no Paraná. Antigamente, eram 30 mil produtores. Depois, 50 mil e chegamos a 100 mil. Portanto, a indústria tinha que negociar com toda essa população diariamente. Então, a Faep, o Sindileite e o poder público sentaram-se para discutir uma solução. Foi aí que convidaram algumas instituições para participar dessas discussões, entre elas, a UFPR, que já tinha um histórico de negociações entre indústria e produtores na questão do preço: o Consecana. Seria possível utilizar esse mesmo modelo para o leite? Passamos a estudar formas de criar um conselho também para o produto. No modelo que acabamos construindo, era necessário gerar um valor para a matéria-prima e dar alternativas de que a indústria utilizasse esse produto de forma diversificada. O que a matéria-prima vale? Ela vale aquilo que será fabricado a partir dela. Foi assim que, na Câmara Técnica, solicitamos que as empresas (indústrias) abrissem seus dados de custos e comercialização. Não seria uma missão muito fácil, mas a postura e a liderança do Thiesen foram fundamentais para tranquilizar os industriais e as cooperativas de que os dados seriam totalmente confidenciais junto à universidade, com contrato em que existiriam cláusulas garantindo essa confidencialidade. Thiesen conseguiu articular, com nove indústrias, essa parceria. Esta viabilizou a

criação do Conseleite no Paraná e o número de indústrias passou para mais de 30.

*Vânia Di Addario Guimarães,
engenheira agrônoma, professora da UFPR
e consultora do Conseleite Paraná*

Não faz nenhum sentido criar uma nova política em que se prejudiquem os consumidores. Como dizem, o consumidor é o rei. Ele é quem dita a demanda do consumo. Produtores e indústria precisam se adaptar a ele. Teria cabimento buscar uma solução que voltasse ao sistema antigo, ou seja, ao tabelamento do preço do leite? Era um jogo de empurra, em que cada setor jogava a culpa no outro. A liderança de Wilson Thiesen foi fundamental para que o Conseleite se tornasse realidade. Por meio da sua forma pacificadora de sempre dialogar para encontrar uma saída e como representante do setor industrial, bancou, politicamente, tanto as investigações quanto a criação do Conseleite no Paraná. Ele, Thiesen, foi um articulador fundamental, evidentemente, com as lideranças dos produtores, via Faep, e o apoio oficial do governo e das entidades envolvidas. Temos certeza de que avançamos e pudemos contribuir para a continuidade de uma atividade tão fundamental para a economia rural, que é a atividade leiteira, em que todos ganharam, produtores, indústria e, principalmente, os consumidores. Realizamos em 2003, no início do funcionamento do Conseleite, mais de nove seminários em todo o estado, com a presença de Thiesen e Ronei Volpi, pela Faep. Essa divulgação inicial foi importante para dar tranquilidade para todos os envolvidos. Demonstramos toda a seriedade e profissionalismo de atuação desta Câmara Técnica, uma iniciativa inédita na época e que veio para ficar e regular o mercado de lácteos no Paraná. Avançamos muito e isso se deve a lideranças como a de Thiesen e de tantos outros que nos apoiaram em tocar os estudos e, hoje, ser uma referência para todo o Brasil e até para alguns países, como a Argentina, onde foi feita uma primeira tentativa de constituição durante nossa visita.

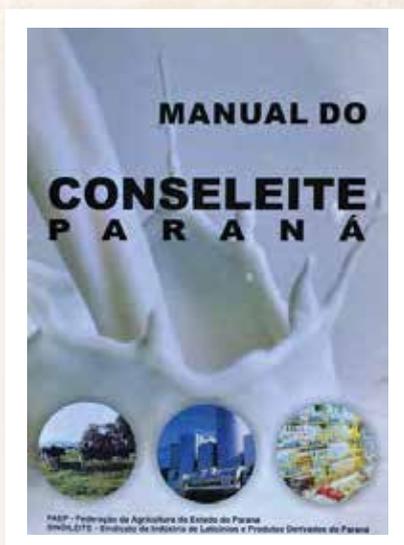
*José Roberto Canziani,
engenheiro agrônomo, professor da UFPR
e consultor do Conseleite Paraná*



Com os professores da UFPR, Vânia Di Addario Guimarães e José Roberto Canziani, ambos consultores do Conseeite Paraná



Particpei de todas as reuniões realizadas pelo Conseeite Paraná na sede da Faep



Manual do
Conseleite
Paraná com o
regulamento de
funcionamento



Durante a
realização
do protesto
dos
produtores
e indústria
de leite em
Curitiba,
SOS Leite,
fiz a leitura
da Carta de
Curitiba



Quando era
presidente
da Clac e do
Sindileite,
mobilizamos
centenas de
produtores
para que
viessem a
Curitiba
protestar



O então governador, Jaime Lerner, se comprometeu a atender à demandas do setor



Produtores da Clac, a qual eu presidia, também participaram do movimento



Por meio do Sindileite Paraná, demos todo o apoio para o funcionamento da CPI dos Alimentos, que ficou mais conhecida como CPI do Leite



Participando de reunião do Sistema Fiep representando o Sindileite Paraná



Recebendo, em nome do sindicato, homenagem da Fiep pelos seus 65 anos de fundação



Representando a diretoria do Sindileite, junto aos demais opito sindicatos que fundaram a Fiep, em 1943

Momento em que recebia os cumprimentos do senador Osmar Dias e do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci por ocasião da Medalha do Mérito Industrial da Fiep



A esposa Rucliu também foi homenageada na ocasião com um ramalhete de flores





Sindileite foi um dos homenageados nos 65 anos da Fiep, com uma exposição de objetos que contam a história do leite no Paraná



Abertura da Avenida do Leite, em 2006, no Mercado Municipal de Curitiba. Eu (Thiesen), prefeito de Curitiba, Luciano Ducci, o deputado Orlando Pessuti e Luiz Carlos Biscaia, da Faep



Brinde com leite na solenidade de abertura da segunda Avenida do Leite, em Curitiba em 2007

CAPÍTULO 20

OS 87 ANOS DO SINDILEITE

Boa parte da minha vida profissional dediquei também para a atividade leiteira. Além de ter sido presidente do Sindileite Paraná por sete mandatos, fui presidente da Glac. Nesses anos, pude acumular muitas informações a respeito do setor e isso contribuiu para ajudar a organizar um livro que contou a história dos 87 anos do Sindileite no Paraná, fundado no dia 22 de maio de 1932. Para marcar essa data, foi realizado no dia 18 de fevereiro de 2019, no Campus da Indústria da Fiep Paraná, uma solenidade de homenagens para indústrias, lideranças e produtores que muito contribuíram para a organização do sindicato. Tive o privilégio, na abertura do evento, de contar como a entidade iniciou suas atividades com um grupo de leiteiros em Curitiba e que mais tarde se

expandiu por todo o Paraná. Na ocasião, foi lançado um livro com 260 páginas, escrito pelo jornalista Samuel Z. Milléo Filho, com toda a história dessas quase nove décadas. Para minha surpresa, fui um dos homenageados pelo Sindileite Paraná, com a entrega de uma placa alusiva aos 87 anos da entidade.



Evento contou com uma exposição de fotos sobre o Sindileite Paraná e presença de muitas autoridades e convidados



Meu amigo, ex-ministro, ex-secretário e ex-deputado, Reinhold Stephanes



Ao receber a homenagem do Sindileite Paraná. Na foto, Valter Pereira da Rocha, diretor, minha esposa, Rucliu, eu (Thiesen), Marco Antônio Gallassini da Silva, presidente do sindicato, e Anna Proença, secretária executiva



José Roberto Ricken, presidente do Sistema Ocepar, fez a entrega da homenagem para a Frísia, indústria de laticínios mais antiga em funcionamento no Paraná



João Manfredo Warkentin Siemens recebeu a homenagem das mãos do ex-advogado do Sindileite, Luis Vieira, primeiro à direita



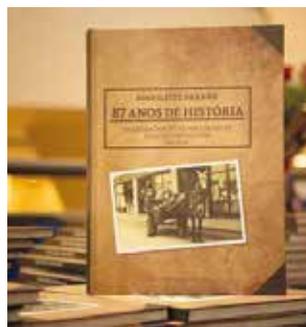
Acompanhado da minha esposa, Rucliu, fiz a entrega da homenagem aos produtores Ronei Volpi e Maria Ely Volpi



Foto com todos os homenageados da noite pelo Sindileite Paraná



O ex-governador, ex-secretário da Agricultura, ex-deputado estadual e atual presidente do BRDE, Orlando Pessuti, recebeu a sua homenagem do atual secretário, Norberto Ortigara, e do vice-governador, Darci Piana



Livro de autoria do jornalista Samuel Milléo Filho, conta a história do Sindileite Paraná

CAPÍTULO 21

CLAC, A PRIMEIRA ELEIÇÃO QUE DISPUTEI NA VIDA

Em minha vida, nunca pensei em obter algum cargo por meio de disputa. Jamais imaginei essa hipótese. Além disso, ser presidente de uma cooperativa nunca foi meu projeto. Como era associado, como produtor de leite, alguns cooperados me convidaram para me lançar candidato. Inicialmente, recusei o convite; sabia que haveria bate-chapa. Minha recusa foi baseada no fato de que todos os cargos que eu havia ocupado na vida até aquele ano tinham sido sem disputa; o acesso a todos foi por meio de convite ou indicação. Sempre fui a favor do consenso. Inclusive, procurei a outra chapa para fazer uma única, sem a necessidade do desgaste de uma eleição, afinal a cooperativa vivia um momento delicado. O candidato adversário era Rubens Arns Neumann, filho da grande

médica pediatra e fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, que eu muito admirava. Ele foi até minha casa, a meu convite, mas não aceitou a união das duas chapas. Eu era cooperado da Clac, porém não tinha muita relação com os cooperados. Sabia que seria difícil vencer o forte candidato, que era do Conselho de Administração daquela cooperativa.

Com certeza, foi uma das eleições mais disputadas e apertadas que eu já havia presenciado. Nossa chapa venceu com uma diferença muito apertada: apenas sete votos. Como foi muito equilibrada a disputa, os cooperados ficaram divididos entre uma chapa e outra. Lembro-me de que, eleito, enfrentei um período de extrema dificuldade do setor leiteiro, que sofria com as decisões impensadas do governo de liberar as importações de leite, além da mudança do modelo de consumo – mais tarde, chegariam as embalagens longa vida, o que mudaria todo o conceito de distribuição, produção e hábitos alimentares. Na época, dominávamos o mercado de fornecimento diário de leite em Curitiba e região metropolitana, onde a Clac e as cooperativas Batavo/Frísia e Witmarsum, juntas, entregavam por dia cerca de 300 mil litros de leite pasteurizado em supermercados e padarias. O hábito era consumir leite de pacote, o chamado “barriga mole”, produto que melhor remunerava os abnegados produtores.

Com a chegada do leite longa vida, perdemos drasticamente mercado. Precisávamos nos apressar e adquirir a nova tecnologia. Se, por um lado, essa mudança na forma de consumo beneficiou os consumidores, de certa forma, prejudicou os produtores, que passaram a ganhar menos na atividade. É muito difícil ser produtor de leite no Brasil. A atividade, fundamental para a segurança alimentar das famílias, não é valorizada. Pelo fato de o leite ter função social, o governo deveria desenvolver uma política que desse sustentação à sua cadeia produtiva e conscientizasse a sociedade sobre o real valor de um alimento essencial para o ser humano.

Quando assumimos a diretoria da Clac, além de lutar contra essas mudanças, enfrentamos o desafio do crescimento da urbanização em São José dos Pinhais (PR), ao redor da indústria de leite, que ficava na parte central da cidade, o que dificultava a entrada e a saída de caminhões das usinas de beneficiamento.

Ainda, havia a questão ambiental da própria indústria e da fábrica de ração. A cidade foi crescendo, desenvolvendo-se e acabou incorporando a Clac ao meio urbano e os órgãos de fiscalização pressionavam para que transferíssemos nossa indústria para outro local. Então, decidimos realizar uma campanha de *marketing* em defesa do consumo do leite pasteurizado e procuramos unir as cooperativas de leite em torno dessa ideia.

Todas as indústrias iriam para a Cooperativa Central de Alimentos do Paraná Ltda. (Centralpar), onde investiriam na compra de máquinas para envasar leite longa vida. Contratamos a Agência Gemini para fazer uma pesquisa junto ao consumidor, com o objetivo de conhecer melhor a tendência de consumo. Em uma sala espelhada, reunimos três grupos focais, cada qual com seis mulheres consumidoras: um com mulheres de até 30 anos de idade, outro com participantes entre 30 e 40 anos e um terceiro grupo com mulheres acima de 45 anos de idade, todas das classes A, B e C. Durante a conversa sobre consumo de leite, a pessoa que conduzia as entrevistas colocava alguns pacotes de leite pasteurizado “barriga mole” e de caixinha, o longa vida, sobre a mesa. Posso dizer que, na avaliação final de todas as mulheres, o leite pasteurizado perdeu de 10 a 0. Ficamos surpresos ao ouvir, principalmente das mulheres de renda menor, que elas preferiam o leite de caixinha. Para elas, era uma conquista e, também, uma questão de *status*, pois aquele era o leite que o rico tomava. A maioria disse que preferia o longa vida pela comodidade de levá-lo para casa; não precisavam comprar leite todo dia, o produto não vasava no carro, além de outras considerações. Ainda, afirmaram que aquele era o leite puro, bom e não aguado. O leite de pacote só foi bem avaliado pelas mulheres acima de 45 anos de idade, que justificaram que o leite de caixinha não dava para fazer iogurte ou queijo caseiro, ao contrário do leite de pacote, que coalhava, quando necessário.

Então, decidimos investir em uma central em Curitiba e entramos de cabeça na produção de leite longa vida. Fizemos parceria com a Witmarsum e procuramos uma terceira cooperativa para ser sócia na iniciativa: a CCLPL, detentora da marca Batavo. Fizemos muitas reuniões para viabilizar o investimento, que era muito alto. Soubemos que a Cooperativa Agrária, de Guarapuaça (PR), queria entrar no negócio do leite. Por três vezes, fomos



DECIDIMOS INVESTIR EM UMA CENTRAL EM CURITIBA E ENTRAMOS DE CABEÇA NA PRODUÇÃO DE LEITE LONGA VIDA. FIZEMOS PARCERIA COM A WITMARSUM E PROCURAMOS UMA TERCEIRA COOPERATIVA PARA SER SÓCIA NA INICIATIVA: A CCLPL, DETENTORA DA MARCA BATAVO.



lá convidá-la para fazer parte da sociedade da nova central, mas sem sucesso.

Daquelas reuniões, participavam eu e o presidente da Witmarsum, Siegard Epp. Como necessitávamos de uma terceira cooperativa para constituir uma central, colocamos como sócia a Gerwit, uma cooperativa de eletrificação rural da Witmarsum. Eu tinha um bom relacionamento com o diretor de crédito rural do Banco do Brasil, Ricardo Conceição, e conseguimos o recurso necessário, em cotas-parte, para comprar a estrutura de um antigo abatedouro de cavalo administrado por uma empresa japonesa na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o Frigorífico Yukijirushi, que estava em processo de fechamento por escassez de matéria-prima e pela falta, no Brasil, de tradição no consumo dessa carne. Pagamos R\$ 3 milhões pelos 17 hectares de área, com câmaras frias para 500 toneladas e tratamento de água, um negócio imperdível. Havia uma bela estrutura, bem localizada e com prédios perfeitos. Adaptada, abrigaria uma grande indústria de laticínios, uma central forte. Reformamos toda aquela estrutura para transferir a indústria de São José dos Pinhais para lá e demos início à linha de produção na Centralpar, com o importante apoio dos cooperados da Witmarsum. Contratamos como superintendente Vilmar Sebold, atual presidente da Cocari, de Mandaguari (PR). Ele tinha uma longa experiência na área de leite, pois havia passado pela CCLPL, de Carambeí (PR).

Infelizmente, a atividade leiteira passava por um momento muito difícil e, assim, não conseguimos nos manter lá. Passamos por dificuldades financeiras e a situação acabou colocando em risco até a continuidade das cooperativas, em decorrência dos empréstimos realizados. Correu risco até mesmo o projeto que tínhamos em São José dos Pinhais, visando a fomentar a produção de hortifrutigranjeiros como alternativa de renda junto a produtores. As terras estavam supervalorizadas e a atividade

leiteira, em baixa. Para esse projeto, buscamos parcerias na Holanda. Para lá, fiz uma viagem com o presidente da Lar, Irineo da Costa Rodrigues, e Dorothy de Geus Bauwmann, filha do ex-presidente da Batavo, Dick Carlos de Geus. Certo dia, após retornar ao Brasil, acabei sofrendo um infarto. Sobre esse episódio difícil da minha vida, relatarei mais à frente.

Por conta da crise na Centralpar, esse projeto também não continuou, ficou inviabilizado! Ele foi pensado com o superintendente da Clac, nosso saudoso amigo João Evangelista, uma figura ímpar e que muito me auxiliou na gestão da cooperativa. Mais tarde, a Centralpar foi arrendada para a Frimesa, que, por vários anos, utilizou a estrutura para industrializar diversos itens da sua linha de produtos, especialmente, leite longa vida UHT. Posteriormente, decidimos vender a estrutura, que inicialmente foi oferecida às cooperativas paranaenses para funcionar como um grande centro de distribuição, devido à sua localização estratégica. Contudo, não conseguimos esse feito. A estrutura em que funcionava a Centralpar acabou sendo adquirida pelo grupo Beal, de Cascavel (PR), atualmente, é uma superestrutura de distribuição, usada pela rede de supermercados Festival.

Quando a central foi vendida, eu não era mais presidente e, na ocasião, a cooperativa conseguiu pagar as dívidas contraídas pelas cooperativas Clac, Witmarsum e Cerwit. Todas foram saneadas e, hoje, continuam operando, de forma simples, porém sustentável. Não foi apenas o patrimônio das cooperativas que ficou bloqueado, o meu também, pois estava como garantia. Confesso que foi uma grande frustração da minha parte não ter conseguido convencer as cooperativas a comprar aquela estrutura privilegiada, uma das áreas mais nobres da CIC. Lamentável mesmo! Mas tudo na vida serve como experiência e lição. Para mim, ter sido presidente da Clac é motivo de muito orgulho. Sei que fizemos de tudo para viabilizá-la. Muitos, talvez, tenham me criticado, como também minha diretoria, por termos pensado grande e acreditado em uma estrutura que seria o caminho para oportunizar a produção leiteira. Tivemos azar naquele momento de crise; contudo, não me arrependo de ter arriscado, afinal o mundo é feito por pessoas que ousam acreditar. Nem sempre tudo dá certo, por isso não tenha medo de arriscar. Faça suas escolhas e, se algo der errado, tenha tranquilidade para ouvir as



Parceria inédita entre as cooperativas Clac e Witmarsum na formação de uma central

críticas e superar os obstáculos. Aliás, a superação é o segredo para o sucesso.

No período em que fui presidente da Clac (1995-1998), realizamos várias ações importantes para o desenvolvimento da cooperativa, além das anteriormente mencionadas. No início da gestão, em maio de 1995, fomos anfitriões da XI Convenção da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), nas dependências do Restaurante Madalosso, em Curitiba. Paralelamente ao evento, aconteceu uma exposição, batizada de Mostra Leite, que reuniu produtores, setor de máquinas e equipamentos, com foco no setor de leite, além do Leilão Star, em sua sétima edição.

Recebemos, em abril, a visita de uma missão da França de especialistas em tecnologia alimentar, por meio de um convênio com o governo do estado. Na ocasião, eles aproveitaram para ensinar a técnica da produção de queijos tipo Saint Paulin e Brillat Savarin, muito consumidos na Europa. A Clac sempre se destacou no mercado paranaense, em especial, de Curitiba, pela qualidade dos seus produtos lácteos, o que levou a cooperativa a

receber, no ano de 1994, o primeiro lugar nacional com o doce de leite e o requeijão cremoso, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, em Minas Gerais. Logo que assumimos a diretoria, novamente a cooperativa recebeu a notícia de que havíamos vencido, em julho de 1995, o primeiro lugar com o queijo prato. Essas conquistas, além do orgulho para cooperados e funcionários da indústria, eram a certeza de que tínhamos um leite de excelente qualidade, afinal, sem um leite bom, não se consegue um bom produto, especialmente fazer queijo.

Esse mesmo sucesso dos produtos industrializados pela cooperativa se repetiu em julho de 1997, desta vez com o requeijão, pela segunda vez o melhor do Brasil; industrializávamos cem mil copos de requeijão por mês. Realmente, eram uma delícia os produtos da Clac. Fomos uma das primeiras cooperativas no Brasil a pagar os produtores pela qualidade do leite entregue; isso fez com que todos se adaptassem às regras para também poder receber melhor pelo litro de leite entregue na usina de beneficiamento. Na época, a cooperativa recebia 170 mil litros de leite por dia e possuía mil cooperados, espalhados por cidades do Paraná e Santa Catarina e no Vale do Ribeira, em São Paulo.

Como inovação é importante, em setembro de 1995, lançamos uma série de novos produtos no mercado. Foi um evento muito prestigiado, no Parque Castelo Branco, em Quatro Barras (PR). Na ocasião, lançamos leite longa vida, bebida láctea Clac-Frut e queijos gouda, Edam e provolone. Todos os produtos eram produzidos no parque industrial da cooperativa, em São José dos Pinhais (PR), com exceção do leite longa vida, que, numa parceria com a Confepar, era produzido em Londrina (PR). Em pesquisa realizada pela Associação Paranaense de Supermercados (Apras) junto aos consumidores de Curitiba, tanto o queijo quanto o requeijão produzidos pela cooperativa foram citados em primeiro lugar na preferência; a manteiga ficou em segundo, enquanto o leite foi a terceira marca mais lembrada, ficando atrás apenas da Batavo e da Parmalat.

Em julho de 1997, decidimos aproveitar nossa presença no mercado e lançar uma segunda marca de leite de pacote, o Novo Dia, 100% natural, sem aditivos ou conservantes. O lançamento inicial foi para 2,3 mil empresários do ramo da panificação de Curitiba e região metropolitana, num evento organizado pelo

Sindicato das Indústrias de Panificação (Sipacon). Foi um sucesso a receptividade da nova marca.

Outra iniciativa foi tentar buscar um novo nicho de mercado aos produtores associados. Como também era vice-presidente da Ocepar, iniciamos uma discussão com 12 cooperativas, no fim de 1997, quanto à possibilidade de realizar um estudo sobre a viabilidade de um projeto voltado para o incentivo da produção de hortifrutigranjeiros, como uma alternativa de renda. Contratamos uma consultoria internacional para fazer o estudo. Esse projeto ainda pode ser implementado para que os produtores do cinturão verde da capital possam desenvolver produção de frutas e verduras no Paraná, afinal temos aspectos sociais e ambientais sustentáveis e favoráveis. Poderíamos abastecer o mercado interno e ainda exportar, como já acontece no Nordeste, mais precisamente, no Vale do São Francisco. Confesso ser esse um antigo sonho.



Quando mais uma vez o queijo prato da Clac venceu concurso nacional em Minas Gerais pela sua qualidade

No exercício da atividade de presidente da Clac, fui indicado para ocupar o cargo de vice-presidente da Fiep, tomando posse no dia 10 de outubro de 1995, durante um café da manhã no Clube Curitibano. Na ocasião, fui escolhido para coordenar o Conselho da Agroindústria do Paraná.

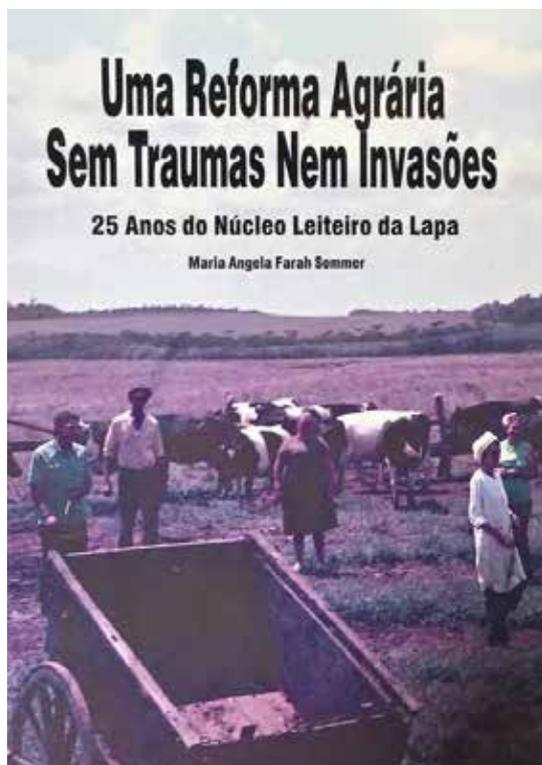
Melhoria constante de todos os colaboradores foi um desafio traçado pela nossa diretoria. Realizamos diversos cursos e treinamentos, em parceria com a Ocepar, Senar, Serviço Social da Indústria (Sesi), Senai e prefeituras, para funcionários e produtores cooperados. Implantamos o programa “A Hora é Agora”, para estimular os produtores para que, com novas informações técnicas, seu rebanho também produzisse mais no período de entressafra. O sucesso desse projeto foi tão expressivo que alguns produtores foram convidados para fazer um relato dos resultados durante um seminário internacional promovido pela Emater, Iapar e Institut de L'Élevage, da França.

Um projeto que muito me orgulha foi proporcionar, para centenas de colaboradores da cooperativa, a oportunidade de concluir seus estudos. Implantamos, numa parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação, uma escola de 1º grau dentro da cooperativa. Muitos funcionários se matricularam e, no contraturno do trabalho, estudaram e se formaram. Lembro-me da solenidade quando inauguramos a escola, que recebeu o nome do superintendente da Clac, João Evangelista, e a biblioteca, com o nome do advogado Raul Bley Maia, ambos já falecidos e que, na ocasião, ficaram muito emocionados. Acredito que fomos uma das empresas pioneiras a implantar escola no local de trabalho. Guardo até hoje uma frase que João Evangelista disse nesse dia: “A educação é o alimento da alma”.

Para cada vez mais ter melhoria no produto, é preciso também evoluir no quesito genético. Assim, promovemos, dentro da área de ação da cooperativa, torneios e exposições, em que, por meio de uma disputa saudável entre cooperados, ano a ano eles procuravam melhorar a genética dos seus animais. Tanto a Exposição de Gado Leiteiro Jersey e Holandês (Expoclac) quanto torneios leiteiros tinham esse propósito, assim como o Clube do Berro, que contava com a participação somente de jovens com suas bezerras; também havia um evento de capacitação exclusivo para as produtoras: Amigas do Leite, que anualmente reunia

entre 700 e 800 mulheres para debater assuntos de seu interesse. Tais eventos contavam com o apoio da Emater Paraná.

O Núcleo Leiteiro da Lapa é uma área onde foram assentadas várias famílias com vocação para produção leiteira, na década de 1970, um programa agrário liderado pelo Incra que deu certo. Em outubro de 1996, organizamos a festa dos 25 anos de fundação do núcleo, quando foram realizadas várias homenagens, como à responsável pelo projeto de assentamento, a engenheira agrônoma Maria Angela Sommer, que na ocasião lançou o livro *Uma reforma agrária sem traumas nem invasões*, escrito por ela e pelo jornalista Samuel Z. Milléo Filho, publicação apoiada pela Prefeitura da Lapa e pela Clac.

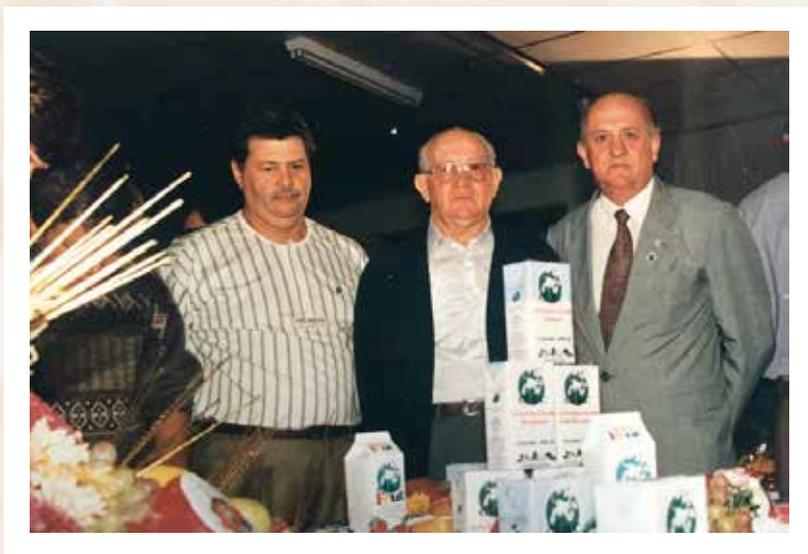


Apoiamos na época a edição e impressão do livro sobre o Núcleo Leiteiro da Lapa – Uma reforma agrária sem traumas nem invasões, de autoria da técnica do Incra, Maria Ângela Sommer

No fim de 1997, denunciámos para a imprensa que o governo brasileiro estava importando leite em pó vencido da Europa, via Mercado Comum do Extremo Sul (Mercosul). Se não fosse essa ação das lideranças do setor leiteiro, a qual apoiamos, esse leite, que na Europa seria utilizado para alimentação animal, aqui seria reidratado e poderia ser base da alimentação de muitas crianças. Iniciamos uma campanha, com o apoio da Ocepar, sindicatos e demais entidades, para impedir essa importação, que seria nociva tanto para os produtores de leite brasileiros quanto para os consumidores.

Vivenciamos um dos momentos mais críticos da produção leiteira no Brasil na década de 1990, com preços extremamente baixos e ameaças constantes de importação de leite dos nossos principais concorrentes. Diante da crise que já se instalava, no início de 1998, participamos ativamente de uma ação chamada SOS Leite, coordenada pela Ocepar, Faep e Sindileite Paraná, que tinha por objetivo reverter que muitos produtores deixassem a atividade por não vislumbrar qualquer melhoria. O combate era direto contra as fraudes, importações e preços baixos, que não cobriam os custos de produção. Com o apoio da Frente Parlamentar da Agricultura da Assembleia Legislativa Estadual, liderada pelo então deputado Orlando Pessuti, foi realizada uma CPI sobre a crise do leite.

No dia 2 de fevereiro de 1998, caravanas de produtores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul desembarcaram em Curitiba para participar da grande manifestação. Homens e mulheres lotaram o auditório do Edifício Castelo Branco, hoje Museu Oscar Niemeyer, onde, na presença de inúmeras lideranças políticas, como o governador, Jaime Lerner, o presidente da Faep, Ágide Meneguette, e da Ocepar, João Paulo Koslovski, o secretário da Agricultura, Antônio Leonel Poloni, e os deputados Moacir Micheletto e Antônio Leonel Poloni, apresentaram uma pauta de reivindicações. Na ocasião, fiz a leitura da Carta de Curitiba – SOS Leite, com dez pontos principais a ser levados ao governo federal. Considero essa uma das maiores mobilizações de que já participei na capital do Paraná. O então governador se comprometeu a ajudar o setor com ações diretas do estado e, no fim, foi realizado um brinde com leite oferecido pela Clac a todos os presentes.



Ocasão do lançamento do leite longa vida da Clac, com meu colega de universidade, Leibnitz Agibert, e o ex-presidente da cooperativa, David Koop Filho



Evento para lançar novos produtos e comemorar a escolha do queijo prato da Clac como o melhor do Brasil



Com minha esposa, Rucliu, o vice, Léo Mueller, primeiro da esquerda, e funcionários da cooperativa



Fundação da Cooperativa de Crédito da Clac



Criação da Escola João Evangelista de Ensino Médio dentro da cooperativa. Na frente à esquerda, o advogado Raul Bley Maia e o superintendente e homenageado, João Evangelista, com Suzete Moletta



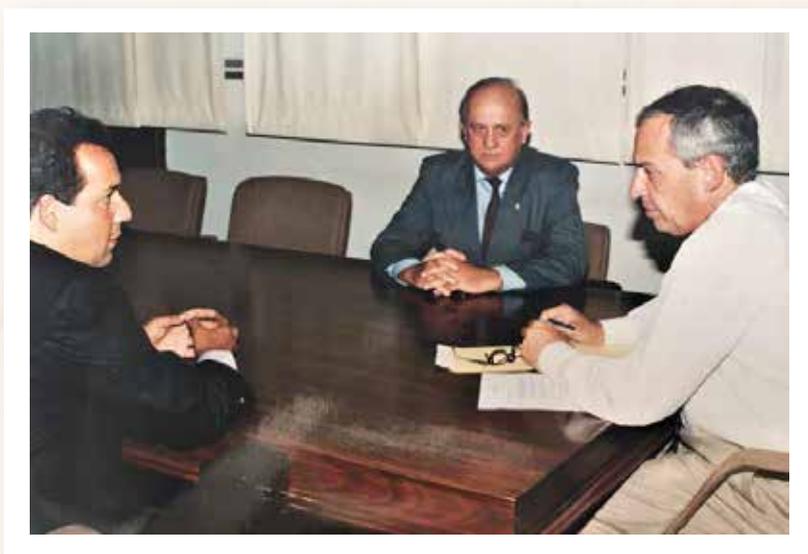
Durante a ExpoClac, premiação de grande campeã do cooperado, produtor e amigo, Dr. Nélio Ribas Centa (de óculos)



À direita, o ex-presidente da Clac e do Sindileite Paraná, João Manfredo Warkentim Siemens, durante homenagem a um cooperado



Sempre tive um excelente relacionamento com a imprensa em todas as entidades que passei. Entrevista para o jornalista Gladimir Nascimento, da Rede Paranaense de Televisão (RPC/Globo)



Audiência com o secretário da Agricultura, Hermas Brandão, e o presidente da Associação dos Criadores de Búfalos do Paraná, Paulo Clevis Bonfim

CAPÍTULO 22

VOLTA DA HOLANDA: O INFARTO

Em 1995, um dia após voltar da viagem à Holanda, que foi acompanhada de várias lideranças cooperativistas, destinada a conhecer projetos de sucesso nas áreas de hortigranjeiros e flores, acabei não passando bem e sofri um infarto.

Fui à sede da Clac, em São José dos Pinhais (PR), onde tinha uma reunião com a cooperada Elvira Ronconi. Durante a conversa, senti um desconforto e reclamei com o senhor João Evangelista, que era o financeiro da cooperativa. Na época, nosso assessor de imprensa, Samuel Milléo Filho, estava na cooperativa. Para me auxiliar, ele me deu algumas gotas de Guttalax, pois eu achava que estava com problemas gastrointestinais, talvez em decorrência de alguma comida ou tempero diferente na viagem. Lembro que

fui ao banheiro e demorei a sair. Samuel, o tesoureiro da cooperativa, Júlio Cardoso, e outros funcionários ficaram preocupados comigo. As dores e o enjoo não passavam; contrariamente, pioravam a cada minuto. Eu tinha náuseas. Voltei ao banheiro e vomitei.

Percebi que era algo mais sério e pedi para que alguém me levasse para casa. Prontamente, Júlio ofereceu-se. No trajeto, ele percebeu que eu não estava melhorando e sugeriu me levar direto para um hospital. Eu, teimoso, não concordei. Pedi que me levasse para casa, pois minha filha, Márcia, era médica e decidiria o que fazer.

Quando chegamos à minha casa, Márcia não se encontrava. Rucliu tentou localizá-la, mas sem sucesso. Foi então que ela teve a feliz iniciativa de ligar para o gastroenterologista Tamatsu Noda, nosso amigo, e explicar meu caso. Imediatamente, recomendou que ela me levasse ao seu consultório e pediu à sua secretária para que me passasse na frente das demais consultas do dia, pois, pelos sintomas apresentados, meu caso era de caráter emergencial.

Assim que cheguei ao consultório, doutor Noda iniciou os exames e disse que eu estava infartado e precisava ir rapidamente para um hospital. O centro médico mais próximo era a Santa Casa de Misericórdia. Doutor Noda recomendou a Rucliu que não me deixasse dirigir e que fossemos o mais rápido possível para a emergência da Santa Casa. Ele informou que já iria entrar em contato com o corpo clínico daquele hospital, alertando sobre a



ASSIM QUE CHEGUEI AO CONSULTÓRIO, DOUTOR NODA INICIOU OS EXAMES E DISSE QUE EU ESTAVA INFARTADO E PRECISAVA IR RAPIDAMENTE PARA UM HOSPITAL. O CENTRO MÉDICO MAIS PRÓXIMO ERA A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. DOUTOR NODA RECOMENDOU A RUCLIU QUE NÃO ME DEIXASSE DIRIGIR E QUE FOSSEMOS O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL PARA A EMERGÊNCIA DA SANTA CASA. ELE INFORMOU QUE JÁ IRIA ENTRAR EM CONTATO COM O CORPO CLÍNICO DAQUELE HOSPITAL, ALERTANDO SOBRE A MINHA SITUAÇÃO.





APÓS A RECUPERAÇÃO, OS MÉDICOS RECOMENDARAM QUE
SERIA PRUDENTE E NECESSÁRIO IMPLANTAR PONTES DE SAFENA.

ENTÃO, NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 1996, MINHA
CIRURGIA FOI REALIZADA, DE MANEIRA BEM-SUCEDIDA,
PELA EQUIPE DO DOUTOR FRANCISCO COSTA.
CREIO QUE FOI MAIS UMA OPORTUNIDADE
QUE DEUS ME CONCEDEU PARA CONTINUAR
NESTE NOSSO PLANETA.



minha situação. Chegando lá, fui rapidamente atendido; fizeram um eletrocardiograma, que confirmou o diagnóstico do doutor Noda: infarto. O médico que me atendeu falou para minha esposa que era necessário fazer uma angioplastia emergencial. Perguntei a ele qual era o grau de risco de morte; a resposta foi em torno de 20%. Então, pedi para aguardar um pouco mais até a chegada dos meus filhos. Ele foi enfático, afirmando que não poderia esperar mais. Minha preocupação é que eu não conhecia ninguém da Santa Casa. Pedi para Rucliu ligar para o amigo Gilberto Pires, que era chefe de gabinete do presidente da Faep. Na época, ele era o provedor da Santa Casa. Ela telefonou e explicou toda a situação. Poucos minutos depois, apareceram mais de cinco médicos no quarto em que eu estava. Após rápida avaliação, encaminharam-me para o centro cirúrgico e o procedimento de angioplastia foi um sucesso. Conseguiram desobstruir a coronária.

Após a recuperação, os médicos recomendaram que seria prudente e necessário implantar pontes de safena. Então, no dia 10 de outubro de 1996, minha cirurgia foi realizada, de maneira bem-sucedida, pela equipe do doutor Francisco Costa. Creio que foi mais uma oportunidade que Deus me concedeu para continuar neste nosso planeta.

Primeiramente, agradeço a Deus por, entre a vida e a morte, eu ter tido uma nova chance de continuar vivendo. Ao mesmo

tempo, reconheço o apoio que recebi da minha esposa, Rucliu, de meus filhos e de toda a equipe médica da Santa Casa de Misericórdia. Não esqueço cada um dos funcionários da Clac que se preocuparam comigo naquelas primeiras horas de dor. Ao doutor Noda, minha eterna gratidão pela agilidade no diagnóstico. Ao meu amigo, Gilberto Pires, e a toda a equipe de enfermagem do hospital. meus eternos agradecimentos pelo carinho.



Após retornar desta viagem com lideranças cooperativistas à Holanda, passei mal e sofri um infarto em Curitiba

CAPÍTULO 23

PROTEÇÃO DIVINA E MOTORISTAS HABILIDOSOS

Foram muitas as viagens realizadas ao longo da minha vida profissional, quer dirigindo, quer sendo conduzido por habilidosos motoristas, colaboradores das entidades em que trabalhei e que me acompanhavam sempre, pessoas que acabaram se tornando meus grandes amigos. Ainda descrevo as viagens aéreas, até para demonstrar a evolução da indústria aeronáutica nesses mais de 50 anos.

Tudo começou quando eu ainda era muito jovem. Na adolescência, aos 15 anos de idade, aprendi a dirigir o caminhão Chevrolet 1951 do meu irmão, Nelson. Ajudava na tarefa de transportar lenha e, sempre que possível, nos lugares mais tranquilos e sem riscos, o motorista me deixava dirigir por alguns quilômetros. Era uma aventura.

Quando vim estudar em Curitiba e enquanto trabalhava na Kibon, meu meio de transporte era uma lambreta, o que preocupava minha mãe. Com certeza, ela sempre colocava em suas orações diárias essa minha situação. O fato é que sempre tive muita proteção, porém sei o quanto ela ficou mais tranquila no dia em que eu disse que havia vendido a lambreta. Em 1968, portanto, exatos 50 anos atrás, tirei minha Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Na época, eu já trabalhava no Inda. No início, eu não tinha motorista; éramos autorizados a dirigir os carros oficiais, Jeeps Willys e, às vezes, Kombis; mas, na maioria das vezes, as viagens eram realizadas com a Rural Willys, sempre acompanhada das correntes para as quatro rodas, necessárias para enfrentar as estradas cheias de lama e para o carro não ficar atolado no meio do caminho.

Difícil até imaginar a quantidade de viagens que realizei. Foram muitas! Em 1968, por exemplo, quando estava no Inda, fiz inúmeras para fazer o levantamento das cooperativas que tinham registro na Jucepar. Percorri o estado de norte a sul e de leste a oeste. Muitas dessas cooperativas só existiam no papel e nem chegaram a funcionar. Em seguida, veio o trabalho de assistência na constituição dos PICs, Norcoop e Sulcoop. Somente quando fui nomeado assistente geral da Coordenadoria Regional do Incra, comecei a viajar acompanhado de motoristas. Foi uma sequência de cinco profissionais ao volante, que se tornaram meus amigos devido às longas horas de conversas por essas estradas.

O primeiro deles foi o jovem Ademar Moacir Cordeiro e as viagens eram realizadas com um Dodge Dart. Ademar era muito



DIFÍCIL ATÉ IMAGINAR A QUANTIDADE DE VIAGENS
QUE REALIZEI. FORAM MUITAS! EM 1968, POR EXEMPLO,
QUANDO ESTAVA NO INDA, FIZ INÚMERAS PARA FAZER
O LEVANTAMENTO DAS COOPERATIVAS QUE TINHAM
REGISTRO NA JUCEPAR. PERCORRI O ESTADO DE
NORTE A SUL E DE LESTE A OESTE.



responsável e atento, por isso o carro vivia impecável. Sempre participávamos de reuniões ou assembleias de cooperativas no interior. Lembro que ele sempre ficava aguardando no carro, quando aproveitava para ler e estudar. Era muito dedicado e disciplinado, o que o ajudou a crescer e se tornar vereador e, em seguida, prefeito da cidade de Tunas do Paraná.

Nosso outro motorista era o carioca Marino Custódio, que dirigia uma Veraneio Chevrolet. Ele veio transferido para Curitiba com a esposa e cinco filhos pequenos. Marino era outro exemplo de dedicação. Destacavam-se sua calma e educação exemplar. Lembro-me de uma viagem, em 1973, quando estávamos a caminho de Florianópolis (SC) para participar do 6º Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Naquela época, a pista era simples, muito irregular e cheia de curvas. Logo depois de passarmos por Balneário Camboriú (SC), percebemos a aproximação, em sentido contrário ao nosso, de um caminhão. Atrás dele, vinha outro caminhão, que tentou ultrapassar o primeiro. Ao fazer uma manobra brusca para retornar à sua pista, o motorista do segundo caminhão acabou batendo na traseira do primeiro veículo, arremessando-o contra a Veraneio em que viajávamos. Mas, graças à proteção divina, à presença de espírito e à habilidade de Marino, ele decidiu ficar na pista e acabamos passando entre os dois veículos. Confesso que foi um dos maiores sustos que passei na minha vida pelas estradas que rodei.

Agora, quando decidi escrever minhas memórias, procurei localizar Marino. Acabei encontrando-o aposentado e com os cabelos bem brancos; aproveitamos para relembrar aquele episódio e tantas outras viagens que fizemos. Ele disse que, naquele dia, havia sentido o gosto de sangue na boca. Fiquei muito feliz ao perguntar por seus filhos. Orgulhoso, ele disse que “todos estavam bem encaminhados na vida, todos foram formados com muito esforço e eram excelentes profissionais”. Perguntei a ele qual foi o segredo na educação de todos eles? Marino respondeu: “Eu sempre repetia e os lembrava para se afastar do mal e se aproximar do bem”. Ao nos despedirmos, ele repetiu uma frase que sempre me dizia quando voltávamos de viagem: “Recomendações para sua esposa e filhos”. Com certeza, eu e outros amigos cooperativistas devemos nossas vidas ao bom motorista Marino.



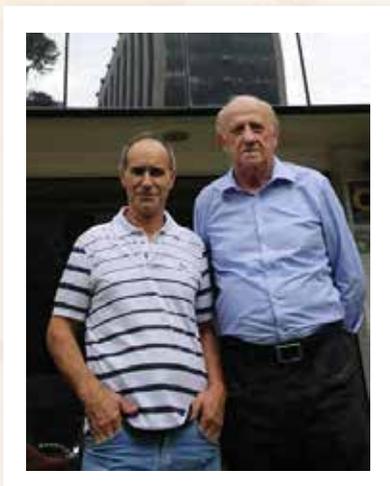
Eu (Thiesen) e Ademar Moacir Cordeiro



Marino Custódio e eu passamos por momentos difíceis nas estradas



José Pianaro



Benedito Silveira Coelho



Laertes Pinto

Na sequência, quando passei a trabalhar na Cocap, dirigi uma Brasília por mais de quatro anos. Como eram tantas as viagens, creio que trocávamos de automóvel de ano em ano, quando o veículo chegava aos 50 mil quilômetros rodados. Nossos deslocamentos eram semanais; eram muitas visitas e reuniões em todas as cooperativas filiadas. Uma vez, fomos ao Rio Grande do Sul comprar sementes de soja; na viagem a Porto Alegre, consegui a relação das cooperativas e produtores de sementes daquele estado. Então, visitamos quase todos eles com a nossa Brasília. Em poucos dias, percorremos mais de cinco mil quilômetros.

Após a Cocap, fui nomeado, em 1979, delegado do Mapa no Paraná, cargo que ocupei por três anos. Lá, tive a felicidade de conhecer e conviver com o motorista José Pianaro, outro exemplo de dedicação, um homem prestativo, cordial e muito pontual. Ele e todos os seus familiares tornaram-se nossos amigos, tanto que, após a minha saída do ministério, ele fazia questão de me levar bolachas de Natal, delícias que eram carinhosamente feitas pela sua esposa. Tenho ótimas lembranças dessas pessoas que marcaram minha trajetória de vida profissional e pessoal.

Ao sair do ministério, fui para a Confepar, atuando no escritório que existia em Curitiba, porém, toda semana, eu tinha que ir a Londrina, onde ficava a sede industrial da confederação, que reunia as cooperativas singulares de leite na época. Também precisava viajar, com frequência, às sedes das cooperativas filiadas, para levar informações ou discutir algum assunto de interesse.

Após a passagem pela Confepar, assumi a Presidência da Ocepar. Foram dois mandatos e muitas viagens pelo interior. Na época, não existiam as facilidades de transporte que temos hoje, como voos para o interior; só podíamos voar para outras capitais ou cidades maiores em outros estados. Com isso, foram muitos quilômetros rodados de carro. Lembro-me de um Ford Del Rey, quatro portas, e de um Gol BX, que eram sempre muito bem pilotados por Benedito Coelho, uma pessoa que dedicou boa parte da sua vida ao trabalho no sistema cooperativista, muitas vezes, como motorista da casa. Sempre foi atencioso e seguro ao volante.

No período em que fiquei em Brasília (DF) exercendo a função de presidente da OCB, Edmilson Julião dos Santos me atendeu como motorista. Já estava no sistema há muito tempo, tendo servido a outros presidentes que me antecederam. Era

uma pessoa gentil e muito atenciosa. Nosso contato era mais no trajeto do aeroporto até a sede da entidade e para cumprir a agenda de reuniões em repartições do governo. Foram poucas as viagens fora de Brasília com ele ao volante.

Quando me candidatei a deputado federal, por indicação das próprias cooperativas, precisei pegar a estrada novamente. Na ocasião, meu “anjo da guarda” ao volante foi o amigo e vizinho Laertes Pinto, aposentado da RFFSA. A bordo de um Fiat Uno, foram muitas horas e quilômetros de conversas animadas. Era tanta a sua dedicação que, conseqüentemente, nunca chegamos atrasados a uma reunião agendada.

Além das várias viagens realizadas em meio século, muitas foram aquelas com os familiares, seja de férias, seja para visitar meus pais no interior do Paraná, primeiramente para Santa Isabel do Ivaí e depois para Guaratuba, onde passaram a residir. Não posso deixar de recordar minha rotina semanal dos últimos 20 anos; todo fim de semana, faço questão de pegar a estrada e ir até a minha propriedade em Tijucas do Sul.

Para prestar uma homenagem a todos esses excelentes motoristas, que sempre tiveram todo o cuidado e carinho em prestar bons serviços nas entidades em que atuei e que, com o passar dos anos e tantos quilômetros de confidências, se tornaram meus amigos e de meus familiares, transcrevo aqui uma mensagem enviada especialmente por Ademar Cordeiro, que trabalhou no Incra:

Falar do amigo Wilson Thiesen é lembrar um dos momentos mais importantes de minha vida e de minha carreira. Na década de 1970, tive a felicidade de caminhar, viajar, dirigir e compartilhar diversos momentos e realizações do senhor Wilson Thiesen no Incra. Essas andanças pelo Paraná e Sul do Brasil, atuando em organizações para o apoio e constituição das cooperativas, as quais, hoje, são símbolos do estado e fortalecimento de nossa economia, foram motivo de muito orgulho.

Lembro-me de um amigo, um companheiro, um chefe que liderava com maestria nossa equipe e valorizava a atuação de cada membro. Lembro que seu comportamento frente aos demais colegas sempre foi exemplar, acolhedor, características que me motivam até os dias de hoje, pois agia compartilhando as conquistas, motivando a equipe e colocando a união como traço forte das realizações.

Seu senso humano ia além de beneficiar novas comunidades, pois também tinha por hábito sentarse à mesa com os subordinados e dividir as alegrias pelas conquistas e pelas realizações.

Lembro-me das tantas viagens, dos atoleiros nas estradas do Paraná, como, por exemplo, das inúmeras vezes em que encalhamos na estrada que liga os municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, quando aquela via ainda era de terra; da participação no reassentamento de colonos para a construção da Usina Itaipu Binacional. São muitas lembranças e que devem ser registradas para a história.

Ainda está marcado, em minha mente, o dia em que, com a graça de Deus, nos livramos de um terrível acidente próximo a Joinville, Santa Catarina, quando nossa comitiva se deparou com uma carreta invadindo a pista da BR-101. Num momento de grande perícia e destreza, senhor Marino, que dirigia na ocasião, deu um cavalo de pau na pista, livrando todos de uma terrível e, talvez, fatal colisão. Após o susto, pudemos seguir viagem para o Congresso de Cooperativismo, que aconteceria em Florianópolis. Esse foi um episódio que, com certeza, jamais se apagará de nossa mente.

Algo que considero uma conquista profissional foi o fato de ter sido indicado para compor a Comitiva Presidencial, em Bagé, Rio Grande do Sul, onde, em companhia de outros colegas, ficamos à disposição do então presidente, general Emílio Garrastazu Médici, e também de ter participado da colonização de Altamira, no Pará, onde nossos conterrâneos paranaenses povoaram aquela região sob a coordenação da Regional do Incra no Paraná e o comando do senhor Wilson Thiesen.

Enfim, emocionado, resta-me enfatizar que foi uma honra ter trabalhado ao lado dessa pessoa tão importante na história de nosso estado, de nosso país, pois seu brilhantismo, profissionalismo e competência mudaram o rumo de muitas cidades, regiões e pessoas, contribuindo para a melhoria que aí está e ficará para a eternidade. Enfim, fica aqui, nestas poucas linhas, minha eterna gratidão e desejo de muita saúde e sucesso na vida pessoal e profissional. Quero também estender, neste depoimento, minha gratidão a todos os companheiros que atuaram comigo naquela época e, de maneira especial, lembrar dois grandes amigos: senhores Silvio Galdino de Carvalho e Marino Custódio. Um fraterno abraço,

Ademar Moacir Cordeiro

Quem também fez questão de deixar registrado seu depoimento foi Benedito Silveira Coelho, que desempenhou a função de motorista no período em que atuei como presidente da Ocepar:

Falar do Thiesen não é uma missão muito fácil, afinal são muitas as suas qualidades como líder cooperativista e como pessoa. Um homem simples e de muita fé. Sempre que saíamos para viajar, fazia questão de fazer o nome do Pai e pedir proteção a Deus para o nosso caminho. Outra preocupação constante era com a família. Nas viagens, contava muitas histórias, especialmente sobre sua esposa e filhos. Lembro que, algumas vezes, ele me pedia para levar seus filhos até a escola; quando não podia, ele me confiava essa missão. Quando encontro com o Marcos, o Maurício ou a Márcia, eles também se lembram disso. Quando seu irmão faleceu em Santa Isabel do Ivaí, fui com ele para o velório. Foi num dia em que estava com dor nas costas. Às vezes, Thiesen dirigia e eu ia no banco de trás, descansando. Ele sempre foi de se preocupar com os outros. Uma vez, fomos para São Paulo, a uma reunião na Ocesp. Terminada a reunião, saímos. Na época, não existia GPS, tudo era no instinto, mesmo! Acabamos nos perdendo e ficamos rodando até achar a saída para Curitiba. Como fui dirigindo e voltamos no mesmo dia, Thiesen pediu para dirigir. Andou uns dez quilômetros com o Del Rey da Ocepar quando um guarda parou e deu uma multa para ele. Estava a 125 km/h. Passou o volante para mim e disse: 'Dirija, senão levo a segunda multa' (risos). No pouco conhecimento que tenho, sei que Thiesen foi um dos grandes responsáveis pela implantação do cooperativismo no Paraná. Antes mesmo de a Ocepar existir, ele já dava apoio para as cooperativas paranaenses. Ele me contava muito sobre essas histórias, as assembleias pesadas de que participava quando a cooperativa não ia bem das pernas. Só posso dizer que sinto muito orgulho de ter trabalhado com ele e saber que, agora, vai registrar toda a sua história num livro. Desejo sucesso e muita saúde para ele e todos os seus familiares.

Benedito Silveira Coelho

Viagens de avião também foram muitas! Comecei a voar muito cedo. Ainda era jovem quando, como funcionário da Kibon, participei de muitas reuniões da empresa. No fim do ano, viajava

para visitar meus pais; como não havia asfalto ligando Curitiba ao Norte do Paraná, o jeito era voar pela Cruzeiro do Sul. Os aviões Douglas faziam o seguinte percurso: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Paranavaí e, finalmente, Loanda, que ficava a 12 quilômetros de Santa Isabel do Ivaí, um verdadeiro pinga-pinga aéreo!

Atuando pelo Inda, realizei viagens aéreas para o Rio de Janeiro, onde fica a sede da entidade. Voava sempre de Electra, da Varig.

Minha primeira experiência em um avião a jato foi em 1972, quando fui fazer um curso nos Estados Unidos, na Universidade de Wisconsin-Madison. Confesso que, inicialmente, fiquei muito apreensivo, principalmente por causa do tempo de voo do Brasil até a América do Norte, porém foi uma viagem rápida e segura.

Não tenho ideia de quantas viagens realizei dentro do país, e mesmo fora, em pequenas aeronaves. Fica difícil enumerar as muitas viagens internacionais. Fui até para a Sibéria naqueles aviões russos, os Tupolev, conhecidos como "gigantes do céu". Aliás, durante uma viagem à Ucrânia, tive o privilégio de testemunhar a primeira viagem desse magnífico projeto aéreo russo, grande no tamanho, na comodidade e na rapidez.



Foram muitas as viagens no avião Douglas da Cruzeiro do Sul



Anos mais tarde, os voos eram no Electra da Varig

CAPÍTULO 24

EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS PARA A VIDA

Sempre digo que tive a graça divina de poder ser escolhido para realizar importantes viagens internacionais, nos diversos cargos que ocupei na minha vida profissional. Nem sei quantas foram, mas, em todas, eu tive a oportunidade de aprender muito, afinal esse era o objetivo dessas missões, muitas delas ligadas aos interesses das entidades do agronegócio ou do cooperativismo.

Quando presidi a Ocepar, OCB, a Delegacia do Mapa, Confepar, Clac e Sindileite, sempre incentivei iniciativas para que mais profissionais pudessem viajar, conhecer o mundo e trazer novidades. Muitas experiências exitosas no exterior foram implantadas aqui com sucesso, graças a essas viagens de troca de conhecimentos. Sempre busquei

motivar nossos dirigentes na análise das potencialidades do nosso país, tomando como exemplo aquilo que acontecia fora de nossas fronteiras, ou seja, no mundo.

Uma das primeiras experiências internacionais foi quando atuava no Inda/Inkra. Fui designado, em 1972, para integrar um grupo que realizaria curso sobre cooperativismo na Universidade de Wisconsin-Madison, no estado americano de Wisconsin. Na ocasião, fiz boas amizades e aprendi muito. O treinamento incluiu visitas aos mais diversos tipos de atuação, em mais de dez estados americanos. Foi uma grande experiência adquirida e vivida em um curto espaço de tempo. Das viagens que lembro, vou relatar algumas.

Durante minha gestão como presidente da Ocepar, realizei várias viagens em comitivas de cooperativistas para a América do Sul, em especial para a Argentina. Buscamos e formalizamos importantes parcerias entre os sistemas cooperativistas dos dois países, principalmente com a Confederação Intercooperativa Agropecuária Ltda. (Coniagro), da Argentina, fundada em 1958 com o objetivo de reunir as cooperativas agrárias daquele país e promover o cooperativismo. Realizamos diversas parcerias comerciais na época.

Pela Confepar, participei de importantes missões internacionais. Em uma ocasião, conhecemos a Sancor, empresa agroalimentícia da Argentina, líder no seu setor, que processa mais de 20% do leite produzido no país. Na oportunidade, além de conhecer todo seu parque industrial e forma de atuação no mercado, firmamos acordos comerciais entre os dois sistemas cooperativistas, parceria que perdura com o cooperativismo paranaense. A Sancor Seguros atua, no Brasil, em conjunto com o Sicoob Central Unicoob, central de cooperativas de crédito com sede em Maringá (PR).

Também a Argentina foi o destino de uma missão do Sindileite. Em novembro de 2009, fui convidado a realizar uma palestra sobre a implementação, que foi pioneira no Paraná, do Conselite, conselho paritário entre produtores e indústria que discute, mensalmente, o valor de referência a ser pago pelo litro de leite no estado. O importante conselho, copiado por diversos estados brasileiros, acabou despertando o interesse dos produtores argentinos, pela forma democrática e madura de estabelecer um preço justo para a produção.

No Paraguai, tivemos uma missão do Sindileite para debater, junto a lideranças daquele país, estratégias conjuntas no combate contra a febre aftosa, que, na época, ameaçava ambas as nações. Na Espanha e França, integrei uma missão para conhecer o processo de rastreabilidade da cadeia bovina.

Também visitei o Uruguai. Pela Ocepar e OCB, participei de exposição em Montevideú, em que nossas cooperativas mostraram todo o seu potencial de negócios. Realizei, ainda, algumas palestras para cooperativas daquele país sobre a forma de organização do cooperativismo no Paraná e no Brasil. Pela OCB, viajei com o então ministro da Agricultura, Antônio Cabreira, para o Conselho de Ministros do Mercosul.

Quando presidi a OCB, visitei cerca de cinco países na Europa, sempre para conhecer o sistema de autogestão no cooperativismo de crédito e de produção agropecuária, o qual, mais tarde, foi implementado no Brasil – já havia viajado com dirigentes do Paraná, pela Ocepar, com o mesmo objetivo. Conheci também a Fundação Friedrich Naumann, a mesma que contribuiu para que o sistema tivesse seu Centro de Pesquisa em Cascavel, cujo auditório foi construído com recursos doados pela fundação. Ela auxiliou muito no processo de implantação dos conceitos do processo de autogestão no cooperativismo paranaense, o que se tornou modelo para o restante do país. Na Alemanha, também visitei o Instituto Münster.

Pela OCB, fui à Colômbia participar de um congresso que envolveu cooperativas do mundo todo. Em outras ocasiões, participei de reuniões, naquele país, com o presidente da OCA.

Com dirigentes da Clac e da Witmarsum, conheci a produção leiteira do Uruguai, especialmente, as instalações industriais da Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite (Conaprole), de onde importamos, por compra direta, novilhas da raça Holandesa, enviadas às regiões de atuação das duas cooperativas paranaenses.

Pela Cocap, viajei ao México, visando a negociar a importação de sementes de trigo. Na oportunidade, conhecemos toda a estrutura do Cimmyt. No mesmo país, estive em missão, pela OCB, em um evento promovido pela ACI. Em uma segunda reunião da organização, fui a El Salvador. Ainda pela OCB, estive em Portugal e participei de reunião com os países de língua portuguesa.



QUANDO PRESIDI A OCB, VISITEI CERCA DE CINCO PAÍSES NA EUROPA, SEMPRE PARA CONHECER O SISTEMA DE AUTOGESTÃO NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, O QUAL, MAIS TARDE, FOI IMPLEMENTADO NO BRASIL - JÁ HAVIA VIAJADO COM DIRIGENTES DO PARANÁ, PELA OCEPAR, COM O MESMO OBJETIVO.



Na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), realizamos intercâmbio entre cooperativas russas e brasileiras para exportação de tecnologias e produtos.

Por diversas vezes, fui ao Canadá. Pela Ocepar, Confepar e Sindileite, visitei cooperativas produtoras de leite, como também a empresa privada de inseminação Semex. Pela Ocepar, tive a oportunidade de conhecer, em companhia de vários dirigentes cooperativistas paranaenses, algumas cooperativas e entidades representativas daquele país. Conhecemos, na ocasião, o sistema de armazenagem e de transportes, com destaque para o ferroviário.

Na Holanda, estive diversas vezes, ora pela OCB, ora pela Ocepar e, ainda, pela Clac. Além da produção leiteira, fomos conhecer a produção de hortigranjeiros. Quando fui presidente da Clac, sempre defendi, como alternativa de renda para os produtores da Região Metropolitana de Curitiba, a produção de hortaliças em grande escala, visando a abastecer a capital paranaense e outros municípios.

Pela Fiep, no mês de maio de 2001, integrei uma delegação oficial do Itamaraty, em viagem a Kiev, na Ucrânia, para conhecer indústrias de processamento de alimentos. Na época, eu era coordenador do Conselho Temático da Agroindústria e Alimentos da federação. Durante uma semana, participamos de diversas reuniões com autoridades daquele país. Nessa viagem, merece destaque especial a moderna indústria de aviões Aviant, especialista em aeronaves de cargas pesadas. Presenciamos o primeiro voo do maior avião cargueiro da época, um Antonov. Essa viagem abriu portas para viabilizarmos um intercâmbio entre empresas ucranianas e paranaenses e diversas áreas produtivas.

Outro país visitado foi o Japão. Estive lá pela OCB, por meio da

Empresa Brasileira Agroindustrial Ltda. (Brasagro) e pela Campo. Na ocasião, discutimos importantes projetos apoiados pelo governo japonês, visando à ampliação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Proceder) nos estados do Piauí e Maranhão. Em outubro de 1989, participei, como presidente da Brasagro, com vários engenheiros agrônomos que integravam a Campo, de um extenso curso sobre modernização agrícola, financiamento e cooperativismo. Na oportunidade, realizamos diversas viagens para o interior do Japão, a fim de conhecer, de perto, a produção agropecuária e o cooperativismo daquele país. Em uma segunda viagem ao Japão, participei do Congresso Mundial de Cooperativismo, organizado pela ACI, representando a OCB.

Entre tantas viagens, as que marcaram pelas experiências muito enriquecedoras foram as duas missões a cinco países da Europa, organizadas pela Faep e pelo Senar. Em ambas as oportunidades, conhecemos, detalhadamente, a organização, como também as produções agrícola e pecuária, e visitamos indústrias, mercados públicos, propriedades leiteiras e laticínios. Tivemos a oportunidade de visitar a Espanha, a França, a Alemanha e a Itália, acompanhados por dirigentes de sindicatos rurais, lideranças rurais da Faep, do Senar, da Ocepar e da Seab e, ainda, alguns jornalistas. Visitamos fazendas de maçãs, propriedades com horticultura, cooperativas de frutas silvestres e vinho, gado de corte, gado de leite e cultivos de trigo, de milho e de outros produtos agrícolas.

Ainda, tive a oportunidade de participar de várias viagens a convite de outras entidades e órgãos oficiais, integrando comitê ou representando-as, como, por exemplo, a viagem à Ucrânia, representando a Fiep. Também participei de seminários, congressos e até eventos de negócios.

Com tantas viagens internacionais a trabalho, acabei fazendo novos amigos por onde passei. Consequentemente, tive a oportunidade de levar minha esposa para conhecer alguns países onde fiz amizades. Então, juntos, realizamos viagens de lazer ao México, Estados Unidos, Argentina e países da Europa.



Visita a uma propriedade de produção de cebola na Itália



Numa vinícola na Alemanha



Provando uma deliciosa Paella Valenciana na Espanha



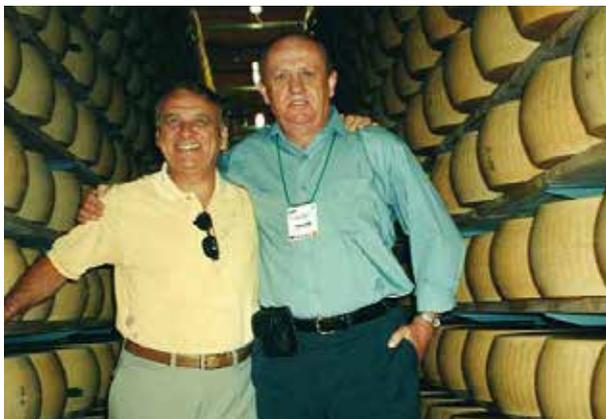
No porto de Roterdã, na Holanda



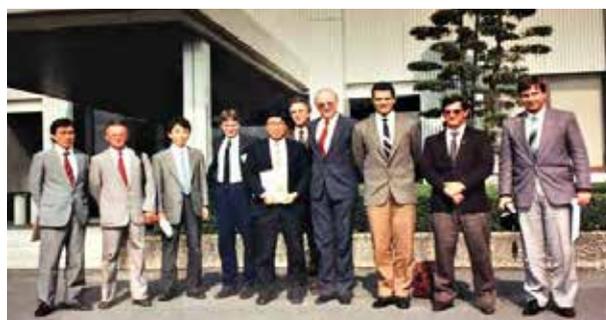
Cataratas do Niágara, no Canadá com os amigos José Otaviano de Oliveira Ribeiro e Ademir Graziottin



Conhecendo a Alemanha



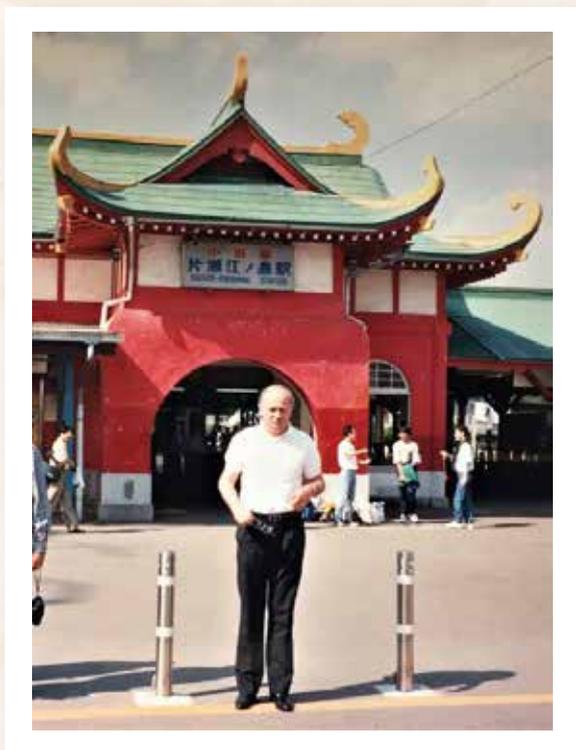
Na indústria de queijo parmesão, Emília Romana, Itália na companhia do deputado estadual Divanir Braz Palma



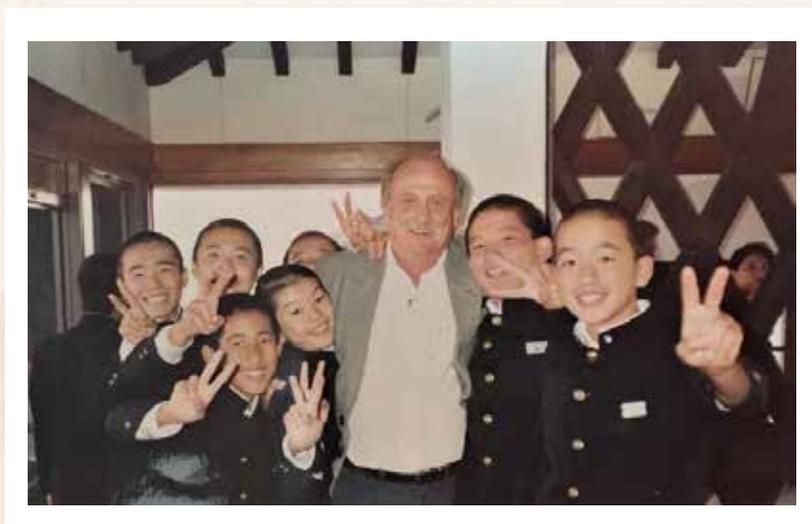
No Centro de Pesquisa Agropecuária do Japão em companhia de técnicos da Campo



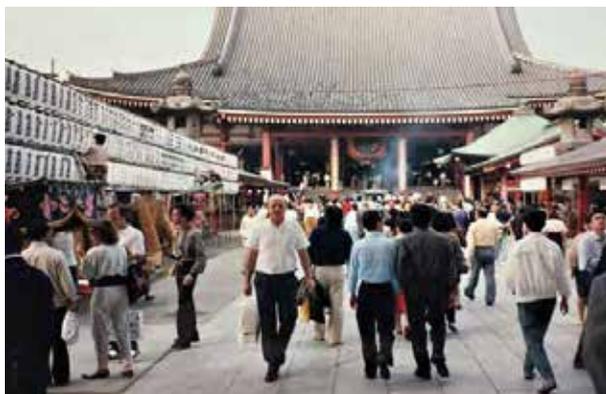
Durante visita ao Uruguai para negociar importação de novilhas



*Primeira viagem ao Japão
como presidente da Brasagro*



Com um grupo de estudantes japoneses



Visitando alguns pontos turísticos em cidades do Japão



Jantar típico japonês com profissionais da Campo



Participando do Congresso Mundial da Aliança Cooperativa Internacional no Japão em 1992. Segunda visita que faço ao país



Segunda visita ao Japão, desta vez como presidente da OCB, em companhia do senador Dejandir Dalpasquale, de Santa Catarina



Participando de conferência sobre cooperativismo no Japão em companhia do ex-presidente da OCB, Roberto Rodrigues



No templo do Xintoísmo, as pessoas puxam a fumaça pra si, esfregam e oram



*Um dos almoços oferecidos pelos anfitriões no Japão.
No cardápio, frango e carne de cavalo*



No célebre vulcão Aso, no Sudoeste do Japão



Visita à longínqua Sibéria pela OCB. Eu (Thiesen) e , à esquerda da foto, o cooperativista Francisco Alves e representantes das cooperativas siberianas



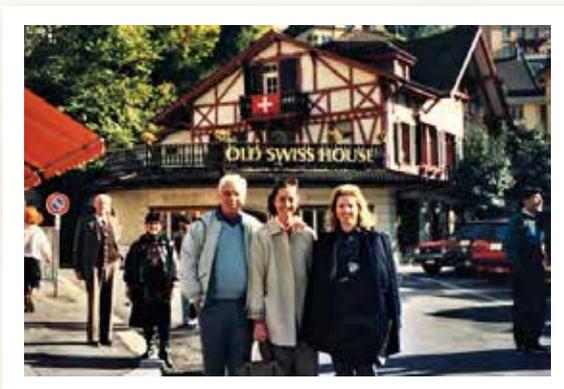
Presenciamos a primeira decolagem de um Tupolev russo



Integrando a Missão da Fiep para Kiev, na Ucrânia



Oportunidade única de ter conhecido uma casa onde trabalhavam algumas tecelãs na Sibéria



Eu (Thiesen) e Rucliu, em viagem de turismo à Suíça, em companhia de Oswaldo Correia Moraes, presidente da Cocamar e esposa



Conhecendo sítio arqueológico de Teotihuacan, no México, com minha esposa, Rucliu



Passagem por Lucerna na Suíça, com minha esposa, Rucliu



Na ponte petrificada de Lucerna na Suíça



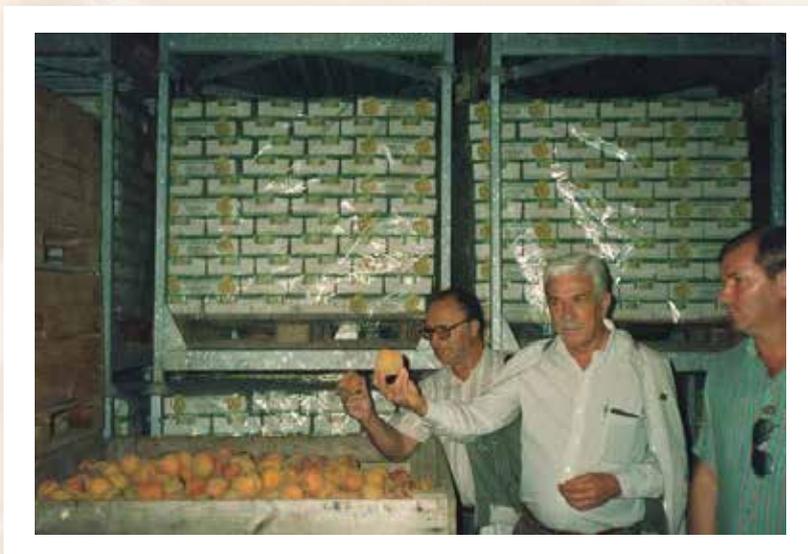
Na parede de casa, pratos decorativos, como lembrança de cada país que conheci



Primeira viagem a Europa com os amigos cooperativistas para ver a autogestão. Da esquerda para direita, Oswaldo Correia Moraes (Cocamar), Ignácio Aloísio Donel (Cotrefal/Lar), Sebaldo Waclawovsky (Coagro), eu (Thiesen) e José Aroldo Gallassini (Coamo)



Na frente do monumento Atomium em Bruxelas



Visita ao norte da Itália para ver fruticultura



Conhecendo processo industrial na Itália



Confinamento de bezerros na Itália



Com amigos holandeses durante passagem pela região dos Países Baixos

CAPÍTULO 25

PAPEL DO HOMEM DO CAMPO

Na infância, já tinha vocação para a vida rural. Ajudava minha mãe com a horta e as criações. Depois, em nossa propriedade em Santa Isabel do Ivaí, onde meu pai cultivava café, eu ajudava na lida diária, cuidando dos cafezais e da colheita. A vida no campo sempre foi algo que me acompanhou, tanto que deixei a casa dos meus pais para cursar Agronomia na UFPR, em Curitiba, em que me formei. A maioria dos cargos que ocupei, com exceção da Kibon, sempre esteve relacionada, direta ou indiretamente, com a agricultura – atuei no Inda/Incra, Copac, Mapa, Apasem, Ocepar, Confepar, Clac, Sindileite e por aí vai.

Sempre gostei da atividade rural! Por isso, em 1989, decidi, em conjunto com a minha esposa, vender algumas propriedades urba-

nas em Curitiba e adquirir 20 alqueires em Tijucas do Sul (PR). Tempos depois, comprei mais uma parte e, hoje, temos 75 hectares naquele município. Logo iniciei na atividade leiteira e, imediatamente, associei-me à Clac. Minha propriedade recebia assistência da cooperativa e, com um plantel de primeira qualidade, produzia leite tipo B. Sempre procurei estudar sobre genética e me aprimorar na atividade; destaquei-me como produtor de leite, fornecendo um alimento de qualidade para ser usado nos produtos industrializados pela Clac, que se tornou referência nacional em dois produtos: requeijão e doce de leite. No tempo em que fui presidente da cooperativa, vencemos diversas vezes o concurso realizado pelo Instituto de Laticínios de Cândido Tostes, no município mineiro de Juiz de Fora, com o “melhor” requeijão e doce de leite do Brasil. Sentia orgulho por ajudar, como produtor, para que essas conquistas fossem possíveis. Sempre trabalhei dentro dos padrões estabelecidos, com sala de ordenha, acompanhamento dos animais e produção de, aproximadamente, 700 litros de leite por dia. Criei gado Holandês com controle de qualidade pela Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH).

No ano de 1996, devido a outras atividades que ocupava, resolvi deixar a produção leiteira, pois, para isso, é necessário viver a rotina da atividade. Assim, decidi passar a criar gado de corte. No início, tinha animais da raça Simental. Atualmente, lido com a raça Red Angus. Apenas faço recria e vendo os bezerros. Como nossa área não é muito grande, além do gado, investimos na produção de ovos durante uma época. Tínhamos galinhas poedeiras, todas criadas soltas, a pasto e não em granjas. Na ocasião, associei-me à Associação Paranaense dos Avicultores (Apavi), que foi presidida, por muito tempo, pelo saudoso amigo Laércio Cardoso. Também criei carneiros para consumo próprio.

Sempre defendi a teoria de que, na propriedade rural, até é importante diversificar, mas é preciso focar em uma atividade que, realmente, dê renda. É necessário se especializar nela, ou seja, ir a fundo para ter retorno do investimento realizado.

Outro detalhe com o qual sempre me preocupei é a questão ambiental. Minha propriedade faz divisa com o rio da Várzea, onde procuro cuidar da mata ciliar. Desenvolvi lá um projeto específico, o Pró-Várzea, para proteger e melhorar a qualidade da



CHEGUEI A TER CEM PÉS DE CAQUI, MAS NUNCA
VENDI AS FRUTAS; COLHIA E DISTRIBUÍA.
MEUS FILHOS, HOJE, ESTÃO EM OUTRAS
ATIVIDADES E NÃO TÊM MAIS TEMPO
PARA IR ATÉ A PROPRIEDADE.



água, um dos bens mais sagrados para a atividade rural. Meus vizinhos e amigos, quando vão à minha propriedade, querem saber por que eu não cortei os muitos pinheiros que lá estão. Sempre respondo que precisamos ter um olhar diferente para a natureza, tirar dela nosso sustento, mas sem destruí-la. Guardo na lembrança uma generosa atitude do Seu Antônio, que trabalhou comigo durante 14 anos. Lembro-me de que, na época das festas de fim de ano, ele se dirigia à cidade e comprava, em uma loja, um pinheirinho para enfeitar sua casa. Então, um dia, eu quis saber a razão de ele comprar um pinheiro artificial, se havia tantos pinheiros pequenos, e naturais, em volta da propriedade. Ele imediatamente explicou: “Se eu cortasse, o senhor me daria uma bronca na certa”. Foi assim que sempre cuidei da propriedade: preservando e produzindo de forma consciente. Todo sábado, ainda vou à propriedade e trago frutas e verduras, muitas vezes até as de lá; como acabo trazendo mais do que consumimos em casa, distribuo os alimentos para amigos e colegas de trabalho.

Cheguei a ter cem pés de caqui, mas nunca vendi as frutas; colhia e distribuía. Meus filhos, hoje, estão em outras atividades e não têm mais tempo para ir até a propriedade. Houve um tempo em que meu filho, Marcos, ia bastante, época em que produzíamos húmus para vender. Ele, que também é agrônomo, desenvolveu todo um processo para a produção de húmus em escala. Hoje, ainda o utilizo nas minhas hortas e no pasto. Mas o que sempre deu mais trabalho foi a produção de leite. Em uma época, investi em um telefone rural, porque precisava ter acesso a uma comunicação mais rápida caso surgisse algum problema ou mesmo se fosse preciso inseminar um animal. Hoje, com o celular, o WhatsApp e todas as tecnologias disponíveis, resolve-se tudo com muito mais facilidade. Meu atual funcionário, cada

vez que nasce um bezerro, imediatamente envia uma foto do recém-nascido para mim.

Ser produtor rural, no Brasil, é uma árdua e constante luta. Exige-se um aperfeiçoamento contínuo. Não dá para parar de aprender, ainda mais atualmente, com a tecnologia avançando em uma velocidade impressionante. Produtor que pensa já saber tudo está redondamente enganado. Na verdade, precisamos aprender cada vez mais. O produtor precisa saber gerenciar e cuidar dos custos, ou seja, precisa ser um verdadeiro administrador. Por meio do Senar e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), são oferecidos muitos cursos e treinamentos aos produtores. Atualmente, eles são mestres na gestão de suas propriedades, sendo o resultado o alcance, cada vez mais expressivo, de produtividade no campo. Por isso, também é importante ter mão de obra preparada e qualificada. No tempo em que produzia leite na propriedade, meus funcionários passavam por treinamento no Centro de Treinamento para Pecuaristas (CTP), em Castro (PR). Antigamente, não tínhamos todas essas oportunidades.

Acredito que o fato de eu ter atuado na agricultura desde criança influenciou muito minha decisão de ser agrônomo. Também me ajudou muito nos cargos que ocupei ao longo da minha vida, pois as decisões tomadas eram baseadas no aprendizado que obtive na agricultura. Sempre digo que tive a graça de ter aprendido muito sobre o setor nessa minha caminhada. Quando fiz o curso na área de leite, em 1972, nos Estados Unidos, tive a oportunidade de visitar muitas propriedades, onde a tecnologia era de ponta e garantia alta produtividade. Eram técnicas que levaram muito tempo para chegar ao Brasil, porém trouxe muitas informações para serem implementadas no Paraná. Lembro que, na época, as vacas já eram todas controladas por meio de um fichário, uma espécie de cartão perfurado, igual ao da antiga loteria esportiva. Nesse cartão, os pecuaristas tinham todas as informações necessárias sobre aquele animal, como época de inseminação, medicação, descarte do animal etc., um acesso a informações que foi aperfeiçoado com o tempo e, atualmente, acontece por leitura eletrônica, com utilização de *chips* ou brinco no animal. Voltei com uma visão totalmente modificada, a qual sempre procurei colocar em prática por meio dos cargos

que exerci, como também em minha propriedade. A informação é a principal ferramenta que temos nas mãos e quem a tem e sabe utilizá-la pode se considerar realizado.

Hoje, as previsões climáticas são muito mais precisas e estão à disposição dos produtores de forma ágil e imediata. Basta um *smartphone* para ficar ligado no tempo. Diante de tanta inovação tecnológica, tento imaginar o futuro; espero que algum neto ou neta tenha a vocação do avô e, um dia, possa dar prosseguimento a essa missão de cuidar da terra. Nenhum dos meus filhos se interessou pela atividade, mas os três estão realizados naquilo que fazem. Também tenho consciência de que, se fosse depender apenas da minha propriedade para criar meus filhos, não conseguiria. Por isso, sempre digo que, mesmo nos tempos atuais, ser agricultor não é fácil. Minha propriedade é autossustentável; não dá lucro, mas também não dá prejuízo. Nunca precisei tirar dinheiro do meu salário para cobrir despesas, somente para fazer investimentos.

O grande problema da agricultura ainda é a falta de entendimento e de sensibilidade de nossos governantes para desenvolver reais e efetivas políticas públicas de incentivo ao setor. Desde o tempo em que exerci a Presidência da Ocepar e da OCB, a grande dificuldade tem sido convencer os políticos de que a agricultura e a pecuária carregam o país “nas costas”. Precisamos de juro condizentes com a atividade para podermos produzir mais e, assim, atender à demanda do consumo interno e exportar, ou seja, garantir divisas para o Brasil. Creio que, até hoje, a segurança alimentar não é prioridade, pois um país que não oferece condições para que isso ocorra está cavando um buraco debaixo dos próprios pés. Talvez, em algum aspecto, tenha mudado esse entendimento por parte de algumas autoridades, principalmente em tempos de crise econômica, quando a âncora verde é que segura o nosso caixa, mas ainda precisamos trabalhar muito com a comunicação junto à sociedade, para que esta entenda a importância do setor. Se nossos produtos forem mais valorizados, todos ganharão.

O próprio Roberto Rodrigues sempre defendeu a ideia de que precisamos cacarejar mais e mostrar nossa força. Ele brinca que, até na hora da morte, nos lembramos do campo, pois o caixão é feito de madeira. Cada vez mais, precisamos unir esforços de

todos os atores do setor agropecuário para divulgar que o PIB agrícola tem mantido o desenvolvimento do Brasil e das pequenas cidades. Precisamos mudar a mentalidade do brasileiro de sempre reclamar quando o preço do leite, do arroz e do feijão sobe 50 centavos. Nunca vejo, na imprensa, matéria mostrando a reclamação de consumidores quando o preço do refrigerante, da cerveja ou do cigarro aumenta. Cansei de dar entrevista à imprensa, quando exerci a Presidência do Sindileite, explicando, nos mínimos detalhes, como se calcula o preço do litro do leite, bem como todo o trabalho que existe por trás para que o produto chegue à mesa do consumidor. Até hoje, há pessoas que acreditam que o leite dá na caixinha; então, não é uma questão de pagar caro pelo alimento, mas, sim, pagar pelo que ele vale, ou seja, pagar pelo seu custo real.

Muitos produtores não conseguem sobreviver por conta do que recebem pelo seu trabalho. Por isso, sempre defendi o sistema cooperativista. Nele, os donos do negócio são os próprios produtores, não há atravessadores; é uma forma inteligente de poder mudar todo o cenário atual. E o setor tem feito a lição de casa corretamente. Se fosse definir o agricultor numa frase, diria que ele é um herói, alguém que tem muito amor pelo que faz. Um tio meu, quando veio para o Paraná, tinha sete filhos; chamava-se José Michels. Ele comprou uma área de mato com 15 alqueires e, durante um ano, sua família morou debaixo de uma lona, enquanto ele desbravava a terra com um machado. Sozinho, ele abriu um poço de 30 metros de profundidade para encontrar água no terreno; depois, plantou café e venceu na vida com muito esforço. Essa história repetiu-se, muitas vezes, na colonização do Paraná. Muitos imigrantes e migrantes vieram para cá em busca de uma nova oportunidade; hoje, em muitas cidades, vemos monumentos que homenageiam esses heróis, pioneiros que tanto lutaram e fizeram pela agricultura paranaense.



O GRANDE PROBLEMA DA AGRICULTURA AINDA É A FALTA DE ENTENDIMENTO
E DE SENSIBILIDADE DE NOSSOS GOVERNANTES PARA DESENVOLVER
REAIS E EFETIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO AO SETOR.





Na propriedade em Tijucas do Sul, um momento de descontração com os filhos, Marcos e Maurício



Um refúgio em Tijucas do Sul, onde passo os fins de semana com a família



Produção de leite na propriedade. Na foto, Rucliu, que tem um carinho grande pelos animais



Criação de galinhas poedeiras soltas



Vinocultura é outra atividade



Criação de gado Angus



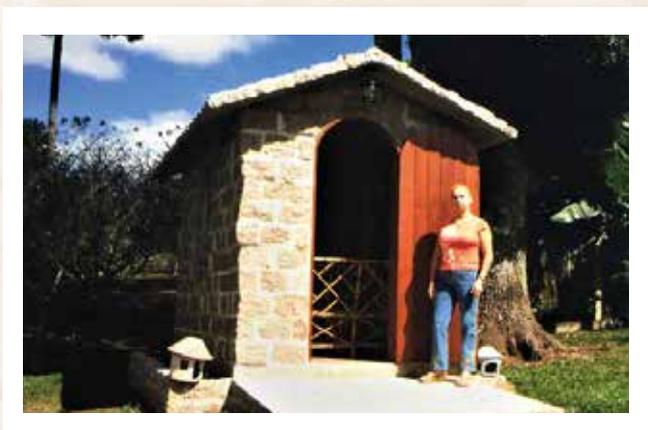
Minha filha Márcia na propriedade em Tijucas do Sul



Meu filho Marcos durante uma confraternização com amigos



Amigos e familiares durante um almoço na propriedade



Lá construímos uma capela para os momentos de reflexão



Rucliu se dedica a cuidar da capela, onde temos Nossa Senhora e São Francisco de Assis



Mandamos fazer vitrais para homenagear nossos santos de devoção



Nossos ajudantes e a casa que ocupam na propriedade em Tijucas do Sul



Vista geral da propriedade com suas casas e instalações



Com orgulho, digo que sou produtor, inclusive associado à Associação Paranaense de Criadores de Bovinos

CAPÍTULO 26

VIDA SOCIAL E ESPORTIVA

Sempre gostei de esportes. Quando adolescente, em Lages (SC), gostava de jogar futebol. A casa dos meus pais ficava a poucos metros da Igreja Santa Cruz, onde existia um enorme pátio, em que brincávamos e jogávamos bola. Numa dessas partidas, tivemos a ideia de constituir um time de futebol; assim, nasceu o Santa Cruz Esporte Clube. Sempre que podia, ia com os amigos de escola jogar uma partida, com o consentimento da minha mãe; afinal, antes eu cumpria meus deveres de escola, depois os de casa e, só então, estava liberado para a diversão.

Meu primeiro time do coração foi o Vasco da Gama, do Rio de Janeiro. Hoje, sou torcedor roxo da Sociedade Esportiva Palmeiras e do Clube Atlético Paranaense, de que sou

sócio há muitos anos; sempre frequento o estádio do time paranaense. Quando estava na Kibon, eu ia para São Paulo a trabalho e aproveitava os fins de semana para assistir aos jogos do Palmeiras, no Palestra Itália, na capital paulista.

Também na juventude, aprendi a jogar xadrez. Essa atividade, creio eu, ajudou a tornar meu raciocínio mais lógico e rápido. É um excelente jogo! Ficava observando os mais idosos jogarem e, assim, aprendi a dar xeque-mate. Quando cursava Agronomia, representei a UFPR no campeonato de xadrez.

Outra paixão, mantida até os dias de hoje, é a pescaria; por meio dela, fiz grandes amigos. Peguei o gosto pela pesca com meu pai e, sempre que posso, vou pescar com Carlos, meu funcionário. Vamos ao rio da Várzea, que corta minha propriedade rural, em Tijucas do Sul (PR), como também a tanques de alguns amigos na região. Costumava pescar com meu filho, Marcos, no mar; pegávamos alguns robalos na Baía de Guaratuba ou no rio Palmital. Minha primeira pescaria internacional foi no México; aproveitei a ida a trabalho para também fisgar alguns peixes por lá.

Outra atividade que continuo praticando é o jogo de cartas. Nas horas vagas, aproveito o tempo para jogar truco, buraco e escopa de 15, na companhia da família e de amigos. Sempre que posso, jogo bilhar ou sinuca; até hoje, frequento a Associação dos Funcionários do Sistema Ocepar (Afoca), onde jogo com ex-colegas de trabalho no intervalo do almoço. São horas agradáveis, momentos em que nos esquecemos dos problemas e damos muita risada.

Também sempre fiz questão de ser sócio de clubes para que meus filhos pudessem frequentar um ambiente agradável nos fins de semana, em danceterias, nas piscinas ou em outras atividades. Fui sócio do Clube Thalia, tendo integrado uma das diretorias, e somos sócios do Clube Curitibano.

Há mais de quatro décadas, mantemos os encontros mensais com nossos amigos da equipe de Nossa Senhora, em forma de rodízio – a cada mês, é em uma casa. São momentos de reflexão sobre a palavra de Deus, assim como uma oportunidade para bater um bom papo.

Considero-me bastante sociável. Gosto de reunir meus filhos, noras, genro e netos para um bom churrasco nos fins de semana.

Adoro conversar com os amigos em volta de uma mesa, tomar uma cerveja, social e moderadamente, contar histórias, lembrar os velhos tempos e dar risada com piadas. Também adoro viajar e conhecer novos lugares em companhia da minha esposa e filhos, quando possível. Nosso destino certo é Guaratuba, onde temos uma casa na praia, construída em parceria com uma família de amigos, o casal Antônio e Sônia Gavazzoni. Todo verão, estamos lá, reunidos em família para nos divertir. Afinal, é isso que devemos guardar das nossas vidas: os momentos felizes.



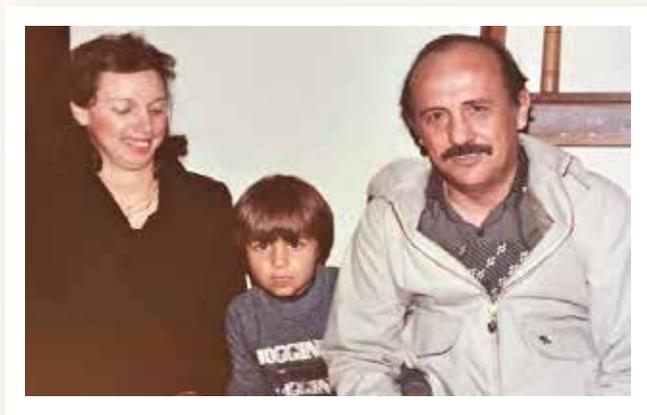
Construção da casa de veraneio, na praia de Guaratuba (PR), em sociedade com o amigo Antônio Gavazoni, da equipe de Nossa Senhora



Márcia e Marcos seguram o mais novo irmãozinho, Maurício



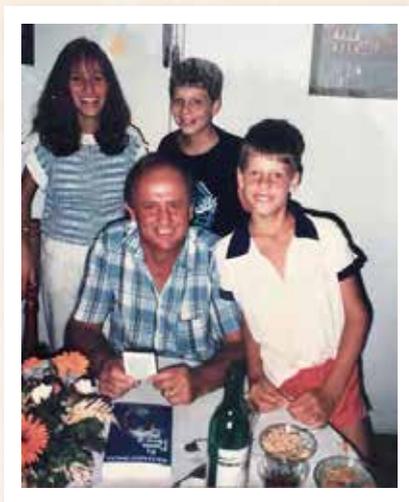
Jantar com a esposa, Rucliu, e filhos na comemoração das Bodas de Ouro de meus pais



Rucliu, nosso afilhado Rafael, com cinco anos, e eu (Thiesen)



Trote em Guaratuba da filha, Márcia, que passou em Medicina



*Sempre junto aos
filhos nos
principais
momentos da
vida*



Os filhos Marcos, Márcia e Maurício numa noite de Natal



Uma família feliz!



Celebração de Natal da casa do filho Maurício



Casa que construímos no bairro Santa Quitéria, em Curitiba, e onde nossos filhos cresceram



Um belo exemplar que fisguei, durante minha primeira pescaria internacional, no México



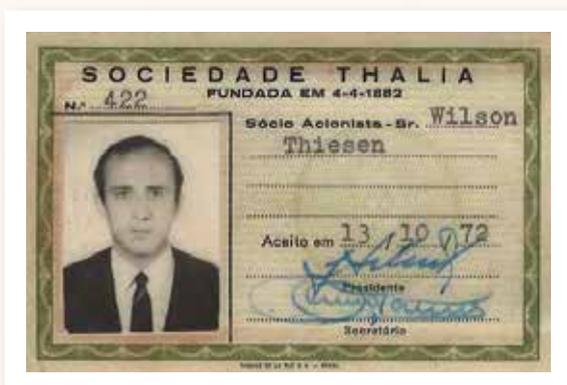
Grupo de pescadores mexicanos que me acompanharam e ficaram surpresos com a minha sorte no anzol. O segundo da esquerda para direita é John Gibler



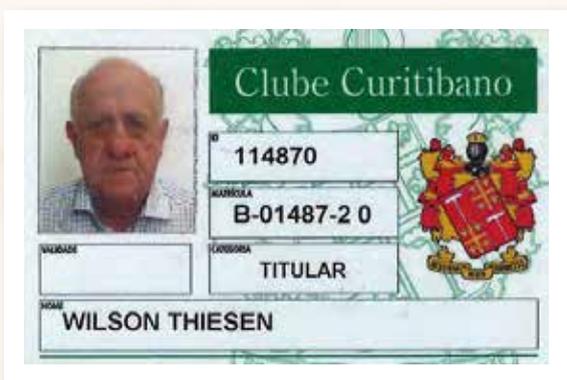
Aqui, um registro das muitas pescarias que já fiz na Baía de Guaratuba, Paraná



Carterinha de associado do meu clube do coração: Clube Atlético Paranaense



Somos sócios da Sociedade Thalia, desde 1972



Outro clube que toda família frequenta é o Clube Curitibano

CAPÍTULO 27

ORGULHO DE SER ENGENHEIRO AGRÔNOMO E TER UMA LEGIÃO DE AMIGOS

Foi quando trabalhei no Inda que comecei meu relacionamento profissional com a classe dos engenheiros agrônomos. Sem desvalorizar outras profissões técnicas, principalmente as vinculadas ao setor agropecuário, destaco a feliz convivência e as conquistas que tive em companhia de centenas de colegas de profissão. Ao longo de toda a minha vida profissional, conheci muitos colegas e seria impossível citar todos aqui. Faço menção apenas àqueles com quem tive relação direta de trabalho e contato no exercício dos cargos.

No Inda, destaco Silvio Galdino. Com o tempo, ele se tornou um dos meus grandes amigos na vida. Foi a pessoa que me incentivou e me apoiou como um verdadeiro pai.

No Inda e, depois, no Incra, convivi com

muitos engenheiros agrônomos, como Paulo Gustavo Sommer e sua esposa, Maria Ângela Farah Sommer, Orontes Pires, Savino Folloni, Luiz Mendes de Lima, Airton Luiz Bergamini e Hermes Neri Palumbo. Foram muitos os trabalhos realizados na companhia desses profissionais. Entre as iniciativas, destaco a implantação do Núcleo Leiteiro da Lapa e o Projeto Ocoí.

Com o relacionamento e a integração com a Acarpa e o DAC, vinculado à Seab, foi possível centrar um grande esforço no desenvolvimento do cooperativismo no Paraná. Ressalto o trabalho de constituição da Ocepar e a elaboração dos Projetos Integrados de Desenvolvimento do Cooperativismo (Pidcoops). Para a elaboração do PIC, foi necessário realizar mais de 40 reuniões para chegarmos à conclusão da real necessidade do cooperativismo e, assim, ver implantado um projeto audacioso, que traria o desenvolvimento do setor. Participaram, de forma ativa, para que na prática esses projetos acontecessem, os amigos e profissionais de engenharia agrônômica do Incra: além de Silvio Galdino, Ênio Marques Ferreira, do DAC, e Dúlio de Paola, Hans Henning Guinther, Silvio Tédeo, Airton Berganine e Carlos Rodolfo Vasconcelos Kruger, da Acarpa. Ainda, destaco a amizade com os engenheiros agrônomos Guntolf van Kaick, que foi o primeiro presidente eleito da Ocepar, José Orontes Pires, Ralf V. Mass, José Eduardo de Lacerda, Rogério Lobo Filho, Carlos Heins Wolff e Ilo João Solak.

Nossa integração era tanta que é difícil imaginar como tantas entidades poderiam trabalhar juntas, em perfeita harmonia quanto a seus objetivos. Até hoje, tenho muitos amigos que ainda acham que eu era funcionário da Acarpa, pois, na verdade, agíamos como uma família, com um único objetivo: desenvolver a agricultura paranaense por meio do cooperativismo. Ninguém queria ser o líder do processo, não existia ego ou vaidade, tudo era feito com muito profissionalismo e respeito, por isso deu certo!

Ao longo da minha vida e carreira como profissional de engenharia agrônômica, convivi com colegas altamente qualificados e com foco no seu trabalho, pessoas que sempre pensaram no bem da agricultura e do cooperativismo.

Quando fui convidado para trabalhar como secretário executivo da Ocepar, a convite de Guntolf van Kaick, o destino reservou-me a felicidade de, mais tarde, ser presidente da entidade por dois mandatos. Na Ocepar, além de van Kaick, destaco a con-



Churrasco organizado para comemorar os 10 anos de formatura de agronomia na Federal



Noite dançante com os colegas e suas namoradas, nas comemorações da primeira década formados



AINDA NO COOPERATIVISMO ESTADUAL, RESSALTO
ALGUNS PROFISSIONAIS DE AGRONOMIA QUE FORAM
VICE-PRESIDENTES DURANTE MEU MANDATO NA
OCEPAR, COMO JOSÉ AROLDO GALLASSINI, ATUAL
PRESIDENTE DA COAMO; NA COCAP, JOSÉ CASSIANO
GOMES DOS REIS JÚNIOR E JOSÉ CELLA.



vivência com os engenheiros agrônomos e ex-presidentes da entidade, como Benjamin Hammerschmidt, João Paulo Koslovski e o atual presidente, José Roberto Ricken, bem como valorosos colaboradores que passaram por lá, como Wilson Pan, Carlos Bassoi, Ivo Marcos Carraro, Luiz Carlos Colturato, Nelson Trombeta, Nelson Costa, Flávio Turra, Robson Mafioletti, Leonardo Boesche, Santim Guernieri, Gilberto Borges da Silveira, Egor Webster, Pedro Sebrían, Gastão Pinheiro Machado e Sílvio Krinski, e a amizade com José Rafael Azambuja e Víctor Monastier, que, atualmente, é diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no Paraná. Graças ao cooperativismo, convivi e fui homenageado, em conjunto, com o primeiro presidente da OCB, Antônio Rodrigues, além de seu filho, Roberto Rodrigues, vice-presidente da organização. Ainda na OCB, não posso deixar de destacar o convívio com o saudoso engenheiro agrônomo Ramon Belisário, que nos deixou muito cedo devido a um trágico acidente em Brasília (DF).

Ainda no cooperativismo estadual, ressalto alguns profissionais de Agronomia que foram vice-presidentes durante meu mandato na Ocepar, como José Aroldo Gallassini, atual presidente da Coamo; na Cocap, José Cassiano Gomes dos Reis Júnior e José Cella. Na Acarpa, fiz grandes amigos, como Hans Henning Guinther; Irineo da Costa Rodrigues, que se tornou presidente da Lar; o presidente da Copacol, Valter Pitol; o presidente da C.Vale, Alfredo Lang; o presidente da Cooperativa Agropecuária de Capanema (Coagro), Sebaldo Waclawovsky; Edson Bastos, da Coamig, de Guarapuava (PR); e o saudoso amigo e engenheiro agrônomo Oswaldo de Moraes Correa, ex-presidente da Coca-

mar, que emprestou seu nome para a principal avenida que corta todo o centro administrativo e industrial da cooperativa, em Maringá (PR). Enfim, convivi com muitos outros ex-presidentes de cooperativas, que eram engenheiros agrônomos, como Francisco Scarpari Neto e Amaro Assunção. Já no Bادهp, tive a honra de conviver com Paulo Carneiro e Celso Saboia.

No início do cooperativismo no Paraná, havia apenas dois ou três engenheiros agrônomos nas cooperativas do estado; atualmente, elas contam com cerca de mil profissionais de Agronomia. No sistema cooperativista, muitos agrônomos são presidentes de cooperativas ou ocupam cargos que se destacam no setor. Entre os profissionais que destaco, está Eugênio Bohatch, da Apasem, que foi diretor executivo da entidade e dedicou toda a sua vida ao desenvolvimento da indústria sementeira do nosso estado, além dos engenheiros agrônomos Geraldo Rodrigues Froes, Ugo Ermínio Rodacki, Iwao Myamoto, Eduardo Massignan, Leocildes Luiz Rosa Bisognin, Elias José Zidek, Gualter Barcelos Gonçalves e Maury Sade. Não posso deixar de mencionar nosso sempre amigo do setor sementeiro, Scylla Cezar Peixoto Filho.

Ainda na Apasem, um destaque especial para Elcy Saboya Zappia, primeira técnica responsável pelo Laboratório de Análises de Sementes do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT). Como engenheira agrônoma, ela nos ajudou muito! Talvez, tenha sido uma das melhores incentivadoras da produção de sementes do estado. Na época, importávamos muita semente do Rio Grande do Sul; chegamos a levar àquele estado cerca de 20 agrônomos das cooperativas para que tirassem amostras e fizessem a análise de todas as sementes. Todo esse trabalho foi realizado graças ao empenho e à dedicação de Elcy.

Também não posso deixar de citar meus companheiros de Agronomia que integraram a diretoria da Apasem, relação de



NO SISTEMA COOPERATIVISTA, MUITOS
AGRÔNOMOS SÃO PRESIDENTES DE
COOPERATIVAS OU OCUPAM CARGOS
QUE SE DESTACAM NO SETOR.



nomes que consta do capítulo em que descrevo minha passagem pelo setor sementeiro do Paraná.

Na função de delegado do Mapa no Paraná, trabalhei com inúmeros agrônomos, com destaque para José Rolim Lamas, que nomeei como delegado substituto, e o diretor administrativo, Roulian Basaglia. No ministério, encontrei vários colegas de turma e, ao deixar o cargo, assumi, com José Otaviano de Oliveira Ribeiro, a condução da Confepar, constituída por 30 cooperativas. Nos diversos cargos que ocupei ao longo da vida, tive convivência muito próxima com o engenheiro agrônomo Paulo Ribeiro Carneiro, que foi secretário da Agricultura do Paraná e presidente da Faep, como também com o atual presidente da entidade, Ágide Meneguette, que também preside o Senar no Paraná. Aliás, com este tenho uma convivência muito profícua, de mais de dez anos, na diretoria do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária (Fundeppec). Ainda no Senar, convivi com os engenheiros agrônomos José Vicente e Humberto Malucelli Neto; cheguei a exercer cinco mandatos no Conselho Administrativo da entidade. Em parceria com a Faep, constituímos, de forma pioneira, o Conseleite, que atua, de forma efetiva, em defesa da produção leiteira há mais de 16 anos. Lá, eu conheci e passei a admirar o trabalho de dois excelentes profissionais de Agronomia, os professores da UFPR Vânia Di Addario Guimarães e José Roberto Canziani.

Outra convivência importante foi com o senador Osmar Dias, principalmente quando exerceu a função de secretário da Agricultura do Paraná. Tal proximidade viabilizou a quebra do monopólio do estado na produção de sementes de algodão, além de outros trabalhos realizados em conjunto com a Ocepar. Fizemos várias viagens pelo Paraná e outros países em busca de inovações para o setor produtivo. Nosso convívio tornou-se mais estreito quando decidi sair candidato a deputado federal; boa parte das viagens, comícios e visitas a municípios paranaenses, realizamos juntos.

No tempo do Incra, convivi com profissionais altamente graduados, como o ex-ministro da Agricultura e ex-secretário da Agricultura de Minas Gerais, Alysson Paulinelli, que também presidiu a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e continua na ativa como presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho). Na CNA, tive como grande amigo o enge-

nheiro agrônomo Antônio Ernesto de Sávio, que também foi presidente da confederação e, depois, do Senar em âmbito nacional.

Destaco, ainda, os colegas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em especial, Eugênio Stefanello, ex-secretário da Agricultura e professor universitário. No BRDE, convivi com Álvaro Azinelli Boing e Werner Tschoeke. Na Itaipu Binacional, relacionei-me com o ex-presidente da usina hidrelétrica, Jorge Miguel Samek, Cícero Bley Júnior e Herlon Almeida, além do ex-secretário da Agricultura e ex-secretário nacional da Agricultura Familiar, Valter Bianchini.

Seria muito difícil escrever um tópico completo sobre o assunto, uma vez que, desde que ingressei na graduação em Agronomia na UFPR, conheci e passei a conviver com muitos profissionais da área. Nossa nobre profissão só me enche de orgulho. O Paraná e o Brasil devem muito aos engenheiros agrônomos; com toda certeza, o estado não teria o desenvolvimento atual se não fosse o grau de dedicação de milhares de homens e mulheres, pessoas que se tornaram engenheiros agrônomos e muito fizeram em prol do setor.

Orgulho-me, também, de ter ocupado a secretaria geral da nossa AEAPR, quando o presidente era o meu amigo Silvio Galdino. Sinto-me muito feliz por ter sido convidado pelos formandos da Fundação Faculdade Luiz Meneghel (FFALM), localizada em Bandeirantes (PR), para ser o paraninfo de 1991. Mesmo sem conhecer nenhum acadêmico daquela turma, recebi o convite, o que me deixou muito mais emocionado e feliz. Esses jovens viram, na minha pessoa, uma referência para a nova caminhada que se iniciava em suas vidas. Eles não pediram nada em troca, apenas reconheceram minha dedicação e meu trabalho em defesa da agricultura paranaense e brasileira.

Outro orgulho que trago no peito é o fato de meu filho, Marcos, ter optado por ser engenheiro agrônomo. Confesso que não o influenciei, apesar de sonhar que um dia um deles desse sequência a essa profissão tão maravilhosa e importante para o mundo.

Este livro também é uma homenagem aos colegas engenheiros agrônomos que já não estão mais entre nós, pelo que fizeram pelo bem comum, por nosso Paraná, por nosso Brasil.

Àqueles que pereceram no exercício de suas funções, em es-

pecial, aos colegas de turma: Ilo Rodrigues, que foi nomeado para ser chefe de fiscalização do Posto de Fronteira em Foz do Iguaçu e acabou desaparecendo misteriosamente – até hoje não há notícias –, e José Palhano, funcionário da Embrapa que morreu num acidente aéreo a trabalho. Ao colega e amigo do Inca Airton Luiz Bergamini, que foi fazer curso na França e lá acabou falecendo, vítima de um acidente vascular cerebral. Ao colega Daros, que foi trabalhar com o amigo e irmão, Silvio Galdino, num projeto de desenvolvimento agrícola em Angola e acabou sendo morto numa emboscada pela guerrilha naquele país. Ao deputado federal e amigo Moacir Micheletto, morto em um trágico acidente de carro no interior do Paraná.

Aos colegas servidores da antiga Acarpa e atual Instituto Emater, que, na década de 1970, ficaram quase seis meses sem salários, mas não deixaram de trabalhar um minuto sequer em prol do desenvolvimento rural e das nossas cooperativas.

Orgulho de ter exercido vários cargos ao longo da minha vida, que me permitiram colaborar com o desenvolvimento do cooperativismo e da agropecuária do estado do Paraná e do meu país.

Orgulho de ter participado da diretoria da Associação dos Engenheiros Agrônomos no cargo de secretário-geral na gestão de Silvio Galdino.

Orgulho de ter meu filho, Marcos, como colega de profissão, além da sua dedicação ao aperfeiçoamento constante – com apenas 40 anos, concluiu várias especializações, entre as quais, dois mestrados.

Orgulho de ter sido convidado para ser paraninfo da turma de Agronomia, no ano de 1991, da Faculdade Luiz Meneghel, em Bandeirantes, e, o mais surpreendente, sem conhecer sequer um só formando na época. Escolheram-me pela minha história no agronegócio.

Enfim, orgulho de ter convivido com centenas de colegas ao longo dessas mais de cinco décadas de trabalho, em que todos se tornaram meus amigos.

Por isso, eu digo: obrigado!

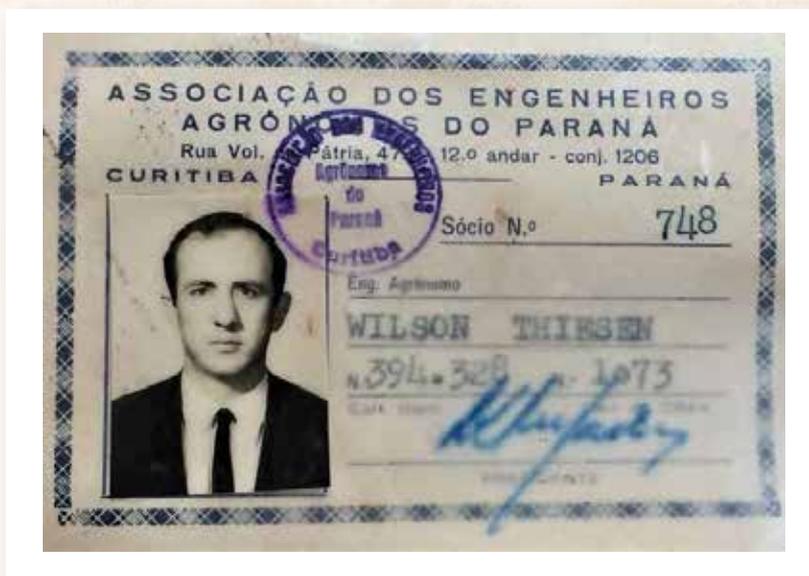
Aos colegas de turma, pelo companheirismo e apoio para que fosse até o fim e me formasse. Um especial agradecimento a Carlos Eduardo Barreti e Gilberto Germano Meyer, respectivamente conhecidos como Carlão e Gil.



Laboratórios de análise de sementes do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), criado em 1967



Entre tantos diplomas e certificados, um que me deixa muito feliz e emocionado é a conclusão do curso de Agronomia da UFPR. Aqui com as fotos dos colegas de universidade, ao fundo, diversas homenagens recebidas



Carteira de filiação à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná



Evento em comemoração aos 25 anos de fundação da associação, em 1972

CAPÍTULO 28

HOMENAGENS RECEBIDAS

Neste tempo todo, foram muitas as homenagens recebidas. Nunca fui uma pessoa afeita a ser homenageada, mas aos poucos fui me acostumando. Hoje, não tenho onde mais guardar tantos diplomas, certificados, troféus e medalhas recebidas daqueles que, de uma forma ou outra, viram no meu trabalho méritos.



As mais diversas homenagens, recebi-as ao longo de minha vida profissional, o que me deixa muito feliz



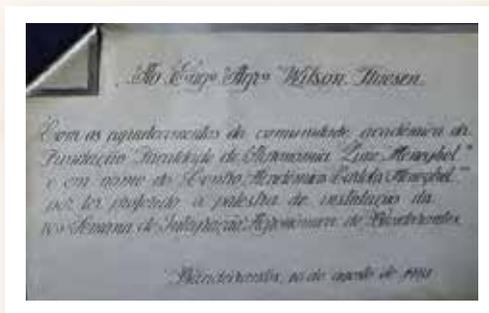
1979, homenagem
dos funcionários da Cocap



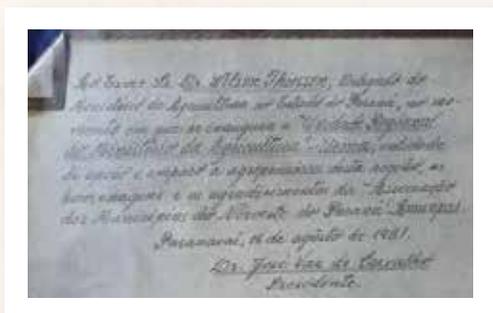
1980, placa do Mapa pelas quatro mil
amostragens fiscalizadas de fertilizantes no
Paraná



1981, homenagem da
Acarpa/Emater



1981, Centro Acadêmico
da Universidade
Luiz Meneghel de
Bandeirantes por
palestra realizada

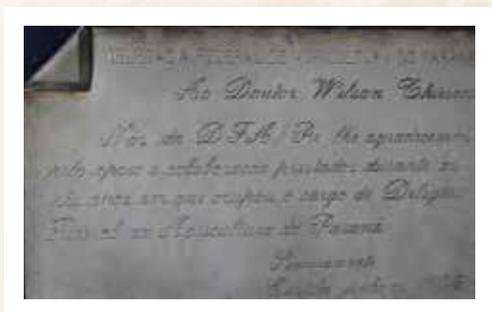


1981, Associação
dos Municípios do
Noroeste do Paraná
pela inauguração da
Urma em Paranavá



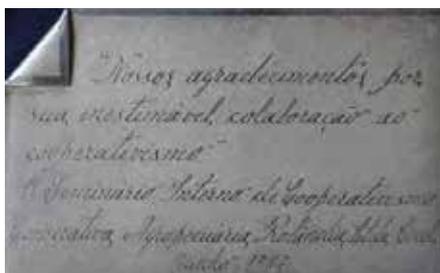
1981, Prêmio Paraná
Suinícola pela
Associação Paranaense
de Suinocultores do
Paraná

■ HOMENAGENS RECEBIDAS ■



1982, homenagem dos funcionários da Delegacia Federal do Mapa, em Curitiba

1987, agradecimento da Cooperativa Agropecuária Rolândia (Corol)

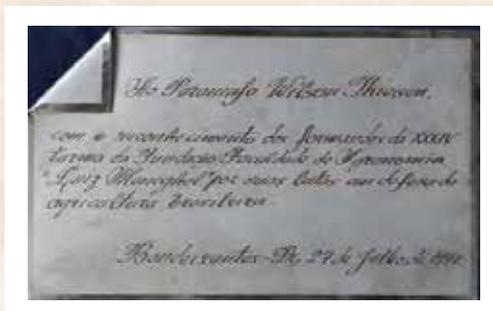


1987, Prêmio Personalidade Indústria e Comércio – Líderes da Agricultura



1989, Diploma de Mérito Cooperativista concedido pelo Cecresp de Belém do Pará

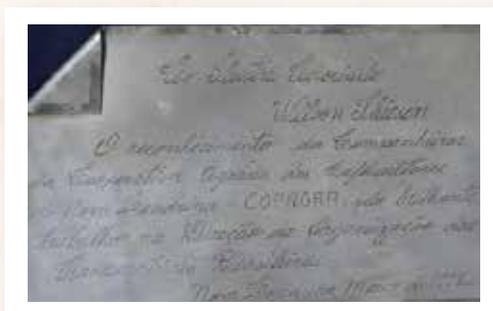
1989, certificado da Agência Internacional de Cooperação do Japão



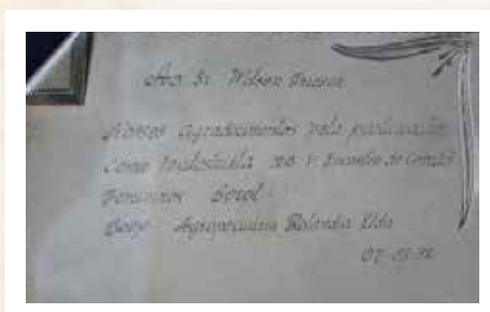
1991, paraninfo dos formandos da FFALM



1992, Honra ao Mérito da Cooperativa Habitacional Econômica do Gama, Brasília



1992, reconhecimento da Copagra pela atuação na Presidência da OCB



1992, agradecimento da Corol pela participação no Encontro de Comitês Femininos



1992, prefeitura municipal de Santa Cruz (RS) pela participação na Feira Nacional do Trigo



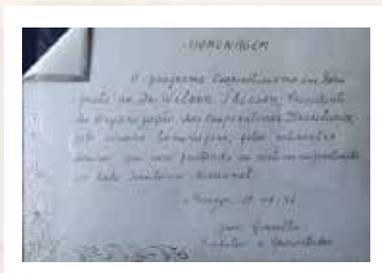
Momento em que recebi a Medalha do Mérito Industrial da diretoria da Fiep



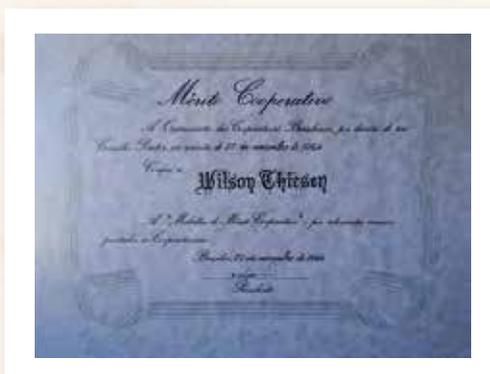
1992, Medalha do Mérito Industrial entregue pela diretoria da Fiep



1992, diploma da Medalha do Mérito Industrial



1992, participação no programa Cooperativismo em Foco, Aracaju, Sergipe



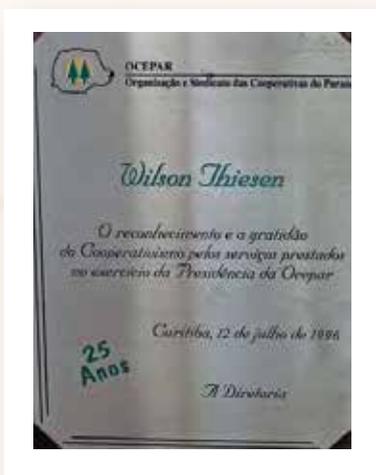
1994, Mérito Cooperativo da OCB

1994, homenagem da Ocepar pelo apoio ao Programa de Pesquisa Cooperativista





1994, Medalha do Mérito Cooperativista concedida pela OCB



1996, reconhecimento da diretoria da Ocepar pelos serviços prestados no exercício da Presidência



1996, homenagem pelos 25 anos de fundação da Ocepar



2001, 30 anos da Apasem, homenagem a gestão exercida de 1979 à 1981



2001, homenagem nos 30 anos da Ocepar como "Construtor do Cooperativismo Paranaense"



2001, Medalha do Mérito Cooperativista Nacional



2006, nos 50 anos da Emater/PR recebi o Troféu Galha Azul

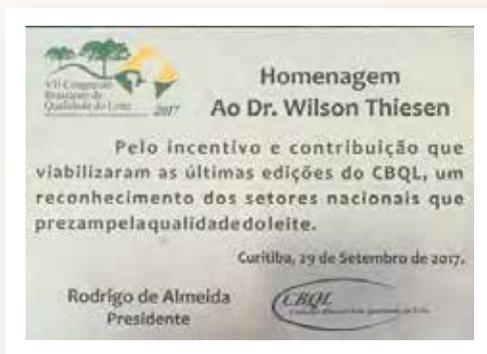
■ HOMENAGENS RECEBIDAS ■



2008, Diploma pelos 148 anos de fundação do Ministério da Agricultura



2010, Troféu Ocepar em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao cooperativismo brasileiro e paranaense



2017, Homenagem recebida do VII Congresso Brasileiro do Leite



2019, Placa concedida pela Fiep por ocasião dos 87 anos do Sindileite Paraná onde fui presidente



2019, Troféu concedido pela diretoria do Sindileite Paraná por ocasião dos 87 anos de fundação

CAPÍTULO 29

CURRICULUM WILSON THIESEN

- Produtor rural.
- Engenheiro agrônomo formado pela UFPR – 1969.
- Chefe da Seção de Desenvolvimento Rural do Incra – 1972.
- Assistente geral da Coordenadoria do Incra no Paraná – 1973.
- Coordenador substituto da Coordenadoria do Incra – 1975.
- Diretor executivo da Ocepar – 1975.
- Gerente do Departamento de Compras em Comum da Cocap – 1975-1979.
- Secretário geral da AEAPR – 1976-1977.

- Presidente da Apasem – 1979-1981.
- Vice-presidente da Ocepar – 1981-1983.
- Presidente da Ocepar – 1987-1990 e 1990-1993.
- Delegado federal do Mapa no Paraná – 1979-1982.
- Vice-presidente da OCB – 1988-1991.
- Presidente da OCB – 1991-1994.
- Presidente do Sindileite – 1986 (sete mandatos).
- Vice-presidente do Centro de Comércio Exterior do Paraná (Cexpar) – 1987-1990.
- Vice-presidente do Centro das Indústrias do Estado do Paraná (Ciep) (quatro gestões).
- Vice-presidente da Fiep – 1989-1992 e 1995-1998.
- Membro do CNPA do Mapa.
- Membro da Comissão Empresarial de Competitividade – Subcomitê da Agroindústria PSQP do Ministério da Fazenda.
- Membro do Conselho Deliberativo do Senar Nacional.
- Presidente do Conselho de Administração da Brasagro – 1993-1995.
- Vice-presidente da Confepar – 1983-1994.
- Presidente da Clac – 1995-1997.
- Presidente da Centralpar – 1996-1998.
- Membro do Conselho de Administração do Badep – 1995.
- Membro do Conselho de Administração da Emater – 1990-2000.
- Coordenador do Conselho Temático de Agroindústria e Alimentos da Fiep – 1999-2000.
- Membro do Conselho de Administração do Sescop (dois mandatos).
- Membro do Conselho de Sanidade Agropecuária (Conesa).
- Vice-presidente do Fundepec – desde 1995.
- Presidente do Conselho Paritário do Conseleite (16 mandatos).
- Membro do Conselho de Administração do Senar-PR (sete mandatos/atuamente).
- Vogal do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná (CCRF) (sete mandatos).
- Assessor da Presidência da Ocepar.
- Presidente da Naturagro – Serviços de Consultoria e Treinamento Agropecuário e Ambiental Ltda. – desde 1995.

Cursos de extensão universitária (até o ano de 1969)

- VIII Semana de Estudos Agro-Veterinários do Paraná – Escola de Agronomia e Veterinária da UFPR – Curitiba – abril de 1966.
- Semana de Palestras sobre Conjuntura Rural Brasileira – Departamento de Educação e Cultura da UFPR – Curitiba – outubro de 1966.
- Semana de Palestras de Terras Sociais – Departamento de Educação e Cultura da UFPR – Curitiba – outubro de 1967.
- IX Semana de Estudos Agronômicos e Veterinários – Departamento de Educação e Cultura da UFPR – Curitiba – abril de 1967.
- X Semana de Estudos Agronômicos e Veterinários – Departamento de Educação e Cultura da UFPR – Curitiba – maio de 1968.
- I Semana de Estudos sobre Extensão Rural – Departamento de Educação e Cultura da UFPR – Curitiba – novembro de 1968.

Outros cursos, seminários e encontros (a partir do ano de 1969)

- XI Semana de Estudos Agronômicos-Veterinários – Departamento de Educação e Cultura da UFPR – maio de 1969.
- Curso de Cooperativismo – Centro de Treinamento da Seab – Acarpa-PR – Curitiba – outubro de 1969.
- Curso de Treinamento dos Agentes da Reforma Administrativa – Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – Curitiba – agosto/setembro de 1970.
- Seminário Regional de Cooperativismo na Área do Projeto Iguaçu – Incra/DAC/Acarpa – Cascavel – março de 1971.
- Seminário de Cooperativismo – Incra – Ponta Grossa – agosto de 1971.
- II Seminário Regional de Cooperativismo na Área do Projeto Iguaçu – Incra/DAC/Acarpa – Pato Branco – setembro de 1971.
- Curso de Administração de Cooperativa Incra/Assocep – Curitiba – outubro de 1971.
- Seminário Regional de Cooperativismo – Incra – Campinas – outubro de 1971.
- Seminário de Interpretação da Legislação Cooperativista – Incra – Campinas – janeiro de 1972.
- Encontro de Interpretação da Legislação Cooperativista – Incra – Londrina – fevereiro de 1972.
- Encontro de Interpretação da Legislação Cooperativista – Incra – Curitiba – fevereiro de 1972.

- III Seminário Regional de Cooperativismo na Área do Projeto Iguaçu – Incra/DAC/Acarpa – Marechal Cândido Rondon – março de 1972.
- Curso de Introdução ao Marketing – Curitiba – maio de 1972.
- Curso do *Agricultural Cooperative Program* – Universidade de Wisconsin-Madison – Wisconsin – julho a agosto de 1972.
- IV Seminário Regional de Cooperativismo na área do Projeto Iguaçu – Incra/DAC/Acarpa – Francisco Beltrão – setembro de 1972.
- V Seminário Regional de Cooperativismo na área do Projeto Iguaçu – Incra/DAC/Acarpa – Toledo – março de 1973.
- VI Seminário Regional de Cooperativismo na área do Projeto Iguaçu – Incra/DAC/Acarpa – Dois Vizinhos – outubro de 1973.
- I Seminário do Norcoop – Incra/DAC/Acarpa – Maringá – fevereiro de 1974.
- VII Seminário Regional de Cooperativismo na área do Projeto Iguaçu – Incra/DAC/Acarpa – Medianeira – março de 1974.
- Seminário para Professores de Cooperativismo – Assocep – Curitiba – março de 1974.
- Encontro Nacional dos Projetos Integrados de Desenvolvimento Cooperativista – Brasília – julho de 1974.
- II Seminário do Norcoop – Cornélio Procopio – agosto de 1974.
- Treinamento Básico de Cooperativismo – Assocep – Curitiba – maio e junho de 1975.
- V Seminário do Norcoop – Londrina – abril de 1976.
- II Seminário Nacional de Comércio Exterior para Cooperativas – Curitiba – maio de 1976.
- VI Seminário do Norcoop – Goioerê – julho de 1976.
- Encontro Estadual de Agronomia – Curitiba – maio de 1977.
- X Seminário do Norcoop – Maringá – agosto de 1978.
- VI Seminário do Sulcoop – Curitiba – maio de 1979.
- V Ciclo de Reuniões Conjuntas – CESM-PR – Foz do Iguaçu – setembro de 1979.
- VI Ciclo de Reuniões Conjuntas – CESM-PR – Foz do Iguaçu – setembro de 1981.
- V Encontro Estadual de Comitês Educativos – Ponta Grossa – julho de 1983.
- 1º Seminário de Agroindústria do Paraná – Faep/Fiep – Curitiba – julho de 1984.

- Encontro para Dirigentes de Cooperativas – Curitiba – agosto de 1984.
- 8º Encontro Estadual de Comitês Educativos – Londrina – julho de 1986.
- 9º Encontro Estadual de Comitês Educativos – Guarapuava – julho de 1987.
- Curso de Aperfeiçoamento de Atitudes Profissionais – Curitiba – setembro de 1987.
- X Congresso Brasileiro de Cooperativismo – Brasília – março de 1988.
- IV Encontro Continental de Dirigentes Cooperativos – Bogotá – novembro de 1988.
- Curso e Treinamento *Modernized Agricultura Technos Irrigation, Agricultural Finance and Agricultural Cooperative* – Japan Internacional Cooperation Agency Under the Internacional Cooperation Program of the Government of Japan – Japão – outubro de 1989.
- VI Convenção Anual da APCBRH – Ponta Grossa – maio e junho de 1990.
- 11º Encontro Estadual de Comitês Educativos – Maringá – julho de 1990.
- 12º Encontro Estadual de Comitês Educativos – Palotina – julho de 1991.
- Fórum Empresarial Trigo – Urgente – São Paulo – junho, agosto e novembro de 1991.
- 12º Encontro Estadual de Comitês Educativos – Palotina – julho de 1991.
- V Congresso Brasileiro de Marketing Rural – Maringá – novembro de 1991.
- I Convenção Nacional Uniodonto – Curitiba – novembro de 1991.
- IV Congresso Continental de Direito Cooperativo – OCA – Brasília – agosto de 1992.
- XII Encontro Estadual de Cooperativismo – Aracaju – setembro de 1992.
- Seminário Internacional sobre Comercialização e Intercâmbio – Montevideú – março de 1993.
- 1º Seminário Sócio-Econômico do Cooperativismo de Crédito do Estado do Pará – Belém – outubro de 1993.
- Fórum de Debates sobre o Setor Lácteo e a Globalização – Curitiba – julho e agosto de 1996.

- Seminário Superando Desafios – Adventure Experiences – Curitiba – julho de 1996.
- Seminário Competitividade da Cadeia Produtiva do Leite – Curitiba – outubro de 1997.
- Simpósio de Horticultura do Paraná – Castro – novembro de 1998.
- Diploma de Mérito Cooperativista oferecido pela Central das Cooperativas de Crédito do Estado do Pará (Cecresp) pelo apoio ao cooperativismo do estado no ano de 1993 – Belém – novembro de 1998.
- II Simpósio Internacional sobre Qualidade do Leite – Curitiba – maio a agosto de 2000.
- Congresso Mundial de Cooperativismo – ACI – Japão – 1992.
- 9º Congresso Pan-Americano do Leite – Porto Alegre – junho de 2006. Moderei dois painéis: “Manejo de efluentes em sistemas de produção e industrialização de leite” e “Desenvolvimento integrado da cadeia láctea – Conseleite Paraná, experiências e resultados”.
- Congresso Estadual do Comércio – Curitiba – julho de 2008.
- Diploma de homenagem pelos 148 anos de criação do Mapa, pelos relevantes serviços prestados durante o período em que exerci o cargo de delegado no Paraná – julho de 2008.

CAPÍTULO 30

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Delegacia Regional do Paraná. **Sinopse do cooperativismo do Paraná 1970**. Curitiba: Inda, 1970.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS CURITIBA. **Informativo Clac**, São José dos Pinhais, 1995 a 1998.

LIMA, S. G. C.; PINTO, E. B.; PAOLA, D. J. **Projeto Iguazu de Cooperativismo**. Curitiba: Mapa, 1970.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **História da OCB**. Brasília, DF 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, 1972 a 2000.

_____. **Paraná Cooperativo**, Curitiba, 2004 a 2018.

SETTI, E. O. **Cooperativismo paranaense**: Ocepar 40 anos construindo o futuro. Curitiba: Ocepar, 2011.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS E PRODUTOS DERIVADOS DO PARANÁ. **Boletim do Sindileite**, Curitiba, 2000 a 2001.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Atas de reuniões da diretoria executiva**. Curitiba, 1972 a 2000.

_____. **Relatórios de atividades e prestação de contas**. Curitiba, 1972 a 1996.

SOMMER, M. A. F. **Uma reforma agrária sem traumas nem invasões**: 25 anos do Núcleo Leiteiro da Lapa. São José dos Pinhais: [s.n.], 1996.

THIESEN, W. **Inda Cooperativo**, Curitiba, ed. esp., 1969.

Este livro foi composto em ATF Antiquel (texto),
Candara Regular (títulos) e impresso sobre
couchê fosco 120 gramas (miolo) e Triplex 300 gramas (capa).



Samuel Zanello Milléo Filho, casado, três filhos, 57 anos, natural de Piraí do Sul (PR). Jornalista profissional formado pela Universidade Estadual de Londrina, em 1986, especializado em Agronegócio pela Universidade Federal do Paraná (2003) e pós-graduado em Marketing para Cooperativas pela Universidade Positivo (2013). Iniciou suas atividades no jornalismo bem cedo, em 1975, na sua cidade natal, no jornal A Razão e na Rádio Piraí do Sul, hoje Rádio Brotas, como repórter. No cooperativismo, atua desde 1985 como assessor de imprensa, inicialmente na Cooperativa Agrícola Mista Alvorada do Sul (Camas), em Alvorada do Sul (PR). No ano de 1987, ingressou como assessor no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), em que permaneceu até o ano de 1990. Entre 1990 e 1998, foi proprietário da Fonte Comunicação SC Ltda., quando assessorou a Cooperativa de Laticínios Ltda. (CLAC) de São José dos Pinhais e diversos sindicatos de trabalhadores no Paraná. No ano de 1998 retornou para a Ocepar e, em 2002, ingressou no Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop Paraná). Atualmente, é coordenador de Comunicação Social do Sistema Ocepar. No ano de 2005, ajudou a fundar a Associação de Jornalistas do Agronegócio do Paraná (AJAP), entidade que presidiu nos anos de 2008 e 2009. Integrou a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor) como membro do Conselho Fiscal triênio 2009-2012. Editou os livros: Não mexa comigo – trajetória dos vigilantes no Paraná; Uma reforma agrária sem traumas nem invasões – 25 anos do Núcleo Leiteiro da Lapa; Cuba: 300 perguntas, 300 respostas; e é autor do livro Sindileite Paraná - 87 anos de história: na defesa dos interesses do setor leiteiro paranaense.

